



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO  
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO E ESTRATÉGIA**

**GESTÃO DA POLÍTICA PÚBLICA BRASILEIRA DE RECURSOS  
HÍDRICOS: UMA PROPOSTA RELACIONAL DE GESTÃO  
INTEGRADA DO COMITÊ DE INTEGRAÇÃO DA BACIA  
HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL**

**JULIO FRANCISCO ALVARENGA DA SILVA**

*Sob a Orientação da Professora:*

**Dra. Maria Gracinda Carvalho Teixeira**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Gestão e Estratégia**, do Curso de Mestrado Profissional em Gestão e Estratégia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Seropédica, RJ  
Abril de 2014

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO  
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO E ESTRATÉGIA**

**JULIO FRANCISCO ALVARENGA DA SILVA**

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Gestão e Estratégia na área de concentração em Gestão e Estratégia.

Banca Examinadora

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Gracinda Carvalho Teixeira

(Orientadora)

UFRRJ

Prof<sup>a</sup> Dra. Heloisa Guimarães Peixoto Nogueira

(Membro interno)

UFRRJ

Prof<sup>a</sup> Dra. Marilene de Oliveira Ramos Múrias dos Santos

(Membro externo)

FGV

## RESUMO

ALVARENGA DA SILVA, Julio Francisco. Gestão da Política Pública Brasileira de Recursos Hídricos: Uma Proposta Relacional de Gestão Integrada do Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, 2014, p.152. Dissertação (Curso de Mestrado Profissional em Gestão e Estratégia). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2014.

O objetivo da pesquisa é analisar sob a abordagem relacional a experiência de integração na atuação do Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul no contexto da gestão dos recursos hídricos brasileira, expondo o potencial de articulação desta política com outras políticas públicas, apresentando assim, novas abordagens para a efetivação da gestão integrada e participativa pelo Comitê. Privilegiou-se, como base empírica da pesquisa, o Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (CEIVAP), organização que integra a Política Nacional de Recursos Hídricos do país e faz parte de um complexo sistema que envolve governo, empresas públicas e privadas, além de entidades representantes da sociedade civil de três importantes estados brasileiros. Essa abordagem é de caráter teórico-metodológico, e imprime à pesquisa a sua originalidade, principalmente na área da Administração, onde não foi localizado esse enfoque particular que compreende as redes de políticas como um conceito aberto, ou seja, apesar de focalizar as relações estabelecidas entre Estado e atores não estatais, mais comumente utilizado no campo das Ciências Sociais, nesse conceito, não há uma definição prévia da configuração de tal relação e do tipo de atores, pois se pressupõe a entrada e saída de atores diversos, o que vai dando novos contornos na configuração da rede e trazendo novas formas de participação, o que será obtido por meio de material extraído de entrevistas e de observação. Na literatura recente identificam-se fatores críticos existentes na gestão integrada de recursos hídricos, nas assimetrias de poder dos atores e no efetivo papel dos comitês de integração das bacias hidrográficas, para avançar as teorias e a política pública de recursos hídricos brasileiros, o que se confirmou na pesquisa de campo. Ao compreender a dinâmica da relação entre os atores e sua articulação no CEIVAP foi possível mapear os avanços e limitações no compartilhamento da gestão a que se propõe o CEIVAP como elemento constitutivo da gestão integrada. Para tal o estudo apoiou-se em pesquisa bibliográfica, dados documentais e fontes orais extraídas de pesquisa de campo. A literatura internacional tem um significado relevante na pesquisa uma vez que esta vem mostrar as interconexões entre a política de recursos hídricos brasileiros e as de países que lhe serviram de modelo, assim como experiências de outros países que podem contribuir para aperfeiçoar a gestão brasileira ou que possam sinalizar adequabilidades à situação brasileira. Observa-se que tanto no Brasil quanto em outros países o processo de descentralização nas tomadas de decisão nas políticas públicas favorece a articulação entre atores nos domínios públicos ou privados. Entretanto é na prática e no campo da ação que se evidencia como essa articulação ocorre, os pontos de melhoria na atuação do Comitê e como desejam seus componentes que a gestão integrada potencialize a atuação efetiva do CEIVAP.

Palavras-chave: política pública de recursos hídricos, gestão integrada, dimensão relacional, CEIVAP.

## **ABSTRACT**

ALVARENGA DA SILVA, Julio Francisco. Brazilian Public Policy of Water Resources Management: A Relational Proposal of Integrated Management of the Paraíba do Sul Basin Integration Committee, 2014, 152p. Dissertation (Professional Master in Management and Strategy). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2014.

### **ABSTRACT**

The goal of the research is to analyze, from a relational perspective, the integration experience of Paraíba do Sul River Basin Integration Committee performance in the context of the Brazilian water resources management, exposing the potential of this joint policy with other policies, presenting thus, new approaches for the realization of integrated and participatory management by the committee. Privileged as empirical basis research, Paraíba do Sul River Basin Integration Committee (CEIVAP, in short, in Portuguese), an organization that integrates the National Water Resources Policy and it is part of a complex system involving government, public enterprises and private entities as well as civil society representatives from three important states. The relational perspective proposed is of theoretical and methodological character, and it conveys to the research its originality, particularly in the Administration field when associates policy networks as an open concept. In this concept - most commonly used in the field of Social Sciences - although focusing on the established relationships between state and non-state actors, there is no previous definition configuration of such relationship and the type of actors, because it assumes there is an input and output of various actors, which will give new trends in network configuration and bring new forms of participation, which will be achieved through data extracted from interviews and observation. In recent literature, one identifies existing critical factors in integrated water resources management, the power asymmetries of the actors and the actual role of the river basins integration committees, to advance theories and Brazilian public policy water resources, which were confirmed in field research. By understanding the dynamics of the relationship between the actors and their articulation in CEIVAP it was possible to map the progress and the limitations in shared management that proposes CEIVAP as a constitutive element of integrated management. For such, the present study relied on bibliographical research, documentary data and oral sources extracted from fieldwork. International literature has significant relevance in the research since it shows the interconnections between the Brazilian water resources policy and that of countries that served as a model, as well as other countries background that can contribute to improving the Brazilian management or could show suitability to the Brazilian situation. It has been observed that not only in Brazil but also in other countries the process of decentralization of public policy decision-making favors the connections between actors in the public and private domains. However it is in practice and in the field of action that it is possible to get evidences of how this connection occurs, the points of improvement in the Committee intervention and how their members want that integrated management potentializes the effective intervention of CEIVAP.

Keywords: public policy for water resources, integrated management, relational dimension, CEIVAP (Paraíba do Sul River Basin Integration Committee).

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Principais Elementos da Lei das Águas de 1997 e Legislação Complementar	22
Quadro 2 – Resumo das Experiências Internacionais e Brasileira na Política de Recursos Hídricos.....	25
Quadro 3 – Questões Norteadoras das Entrevistas.....	44
Quadro 4 – Composição do CEIVAP.....	49
Quadro 5 – Relação dos Entrevistados.....	56
Quadro 6 – Síntese da Entrevista com representante do INEA.....	61
Quadro 7 – Síntese da Entrevista com representante da Prefeitura Municipal de Volta Redonda.....	63
Quadro 8 – Síntese da Entrevista com representante da Prefeitura Municipal de Petrópolis.....	67
Quadro 9 – Síntese da Entrevista com representante do SAAETRI – Serviço autônomo de Águas e Esgotos de Três Rios.....	68
Quadro 10 – Síntese da Entrevista com representante da CEDAE – Companhia Estadual de Águas e Esgotos.....	71
Quadro 11 – Síntese da Entrevista com representante do Instituto ALFA – Representante do Setor Industrial Fluminense.....	75
Quadro 12 – Síntese da Entrevista com representante da ABES – Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental.....	78
Quadro 13 – Síntese da Entrevista com representante do CEIVAP.....	81
Quadro 14 – Síntese da Entrevista com representante da AGEVAP.....	83
Quadro 15 – Síntese das Entrevistas Realizadas.....	84

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – O Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos .....	23
Figura 2 – A Centralidade da Água para Outras Atividades e para a Manutenção da Qualidade de Vida .....	34
Figura 3 – A Articulação Teórica da Pesquisa.....	39
Figura 4 – O Círculo Hermenêutico Seguido nesta Pesquisa.....	45
Figura 5 – O CEIVAP no Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos....	50
Figura 6 – Localização da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul.....	51
Figura 7 – Rede Relacional do CEIVAP.....	53
Figura 8 – Distribuição dos Membros do CEIVAP por Setor .....	54
Figura 9 – Utilização de Águas por Setor e por Estado a Bacia do Rio Paraíba do Sul ...	55

## LISTA DE ABREVIATURAS

ABES – Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental  
ABRH – Associação Brasileira de Recursos Hídricos  
AGEVAP – Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul  
ANA – Agência Nacional de Águas  
ARP – Análise de Redes de Políticas  
CBH – Comitê de Bacia Hidrográfica  
CBH-PS – Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – São Paulo ou “Comitê Paulista”  
CEDAE – Companhia Estadual de Águas e Esgotos  
CEIVAP – Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul  
CERHI/RJ – Conselho Estadual de Recursos Hídricos  
CNRH – Conselho Nacional de Recursos Hídricos  
CNUMAD - Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável  
COPAPA – Companhia Paduana de Papéis S/A  
FUNDRHI – Fundo Estadual de Recursos Hídricos  
GPW – *Global Water Partnership*  
IANAS – *InterAmerican Network of Academies of Sciences*  
IAP – *InterAcademy Panel*  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IGAM - Instituto Mineiro de Gestão das Águas  
INEA – Instituto Estadual do Ambiente do Rio de Janeiro  
IWMM – *Integrated Watershed Management Model*  
IOCS – Inspeção de Obras Contra as Secas  
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada  
MMA – Ministério do Meio Ambiente  
MME – Ministério das Minas e Energia  
ODM – Objetivo de Desenvolvimento do Milênio  
ONG – Organização Não Governamental  
ONU – Organização das Nações Unidas  
PNSB – Política Nacional de Segurança de Barragens  
PNRH – Política Nacional de Recursos Hídricos  
PPA – Plano Plurianual  
SAAETRI – Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Três Rios  
SEA – Secretaria de Estado do Ambiente do Rio de Janeiro  
SINGREH – Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos  
SNGRH – Sistema Nacional de Gestão de Recursos Hídricos  
WCED – *World Commission on Environment and Development* (Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento)

## SUMÁRIO

<b>1.</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>1</b>
1.1	Contextualização .....	1
1.2	O Problema da Pesquisa .....	6
1.3	Objetivos .....	7
1.3.1	Objetivo Geral .....	7
1.3.2	Objetivos Específicos .....	8
1.4	Suposição .....	8
1.5	Delimitação do Estudo .....	9
1.6	Relevância da Pesquisa .....	9
1.7	Estrutura da Dissertação .....	9
<b>2.</b>	<b>FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	<b>11</b>
2.1	A Política Pública dos Recursos Hídricos .....	11
2.1.1	Experiências Internacionais .....	11
2.1.2	A Política dos Recursos Hídricos no Brasil .....	20
2.2	Gestão da Política Pública de Recursos Hídricos .....	26
2.3	A Gestão Integrada .....	29
2.4	A Dimensão Relacional das Políticas Públicas e a Questão dos Atores Sociais .....	35
<b>3</b>	<b>PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA</b> .....	<b>40</b>
3.1	Tipo de Pesquisa .....	40
3.2	Sujeitos da Pesquisa .....	40
3.3	Coleta de Dados .....	41
3.3.1	Pesquisa Documental .....	41
3.3.2	Pesquisa Empírica com Fontes Orais .....	42
3.4	Tratamento e Análise dos Dados .....	45
<b>4</b>	<b>APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA</b> .....	<b>48</b>
4.1	Análise de Dados da Pesquisa Documental .....	48
4.1.1	Breve Histórico e Situação Atual do CEIVAP .....	48
4.2	Análise dos Dados Empíricos com Base nas Fontes Orais .....	56
<b>5.</b>	<b>RESULTADOS DA PESQUISA</b> .....	<b>87</b>
<b>6.</b>	<b>CONCLUSÕES</b> .....	<b>91</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>93</b>
	<b>ANEXOS</b> .....	<b>101</b>
	<b>ANEXO I – Quadro de Composição do CEIVAP</b> .....	<b>101</b>
	<b>ANEXO II – Modelo do Termo de Consentimento</b> .....	<b>116</b>



# 1. INTRODUÇÃO

## 1.1 Contextualização

Nas últimas décadas, Estado e sociedade vêm revendo e alterando seus papéis, constatando-se uma crescente discussão sobre a participação da sociedade civil na gestão dos bens coletivos (MARQUES, 2006; MOURA; SILVA, 2008). Nesse sentido, amplia-se o debate da democratização dos processos decisórios, facilitada quando os cidadãos têm acesso aos canais de participação, pois sua proximidade com os problemas vividos facilita a percepção e, conseqüentemente, a mais adequada contribuição para sua solução (SILVA, 2006).

A década de 1980 foi marcada por uma crise de governabilidade e credibilidade em diversos países latino-americanos em decorrência de oscilações no mercado internacional. Conforme destaca Diniz (2001), essa crise coincidiu com o fracasso de experimentos de estabilização econômica, o que veio a acentuar a incapacidade do Estado em garantir à sociedade, principalmente a de baixa renda, o acesso aos serviços básicos, tais como saúde, educação e saneamento básico. Paes de Paula (2005) identifica que a partir de então começaram a se articular movimentos que reivindicavam soluções para esses problemas junto ao poder público. Na mesma época, ocorreram as primeiras experiências para tentar descentralizar o poder público, tais como os mutirões de casas populares, hortas comunitárias e os centros populares, sendo que estes últimos viriam posteriormente receber a denominação de organizações não-governamentais (ONGs). Esse movimento, cujo tema central é a participação da sociedade na tomada de decisão, foi se fortalecendo e, em meados da década de 1980, na discussão pela constituinte, se delineou uma concepção predominante:

A implementação de um projeto político que procura ampliar a participação dos atores sociais na definição da agenda política, criando instrumentos para possibilitar um maior controle social sobre as ações estatais e desmonopolizando a formulação e a implementação das ações públicas (PAES DE PAULA, 2005, p. 39).

O cenário assim configurado foi obrigando o Estado a reverter sua posição de “isolamento e confinamento burocrático” (DINIZ, 2001, p. 21), propiciando o fortalecimento da relação entre Estado e sociedade civil, em que os controles de coordenação permanecem nas mãos do Estado, mas havendo incentivo à participação de diversos atores em várias arenas de discussão.

Desde então, observa-se a disseminação de fóruns, conselhos, comitês e parcerias atuando nas diversas esferas do Estado e em todos os níveis, o que trouxe a reflexão sobre o “papel desempenhado pela sociedade civil na consolidação e no aprofundamento da democracia” (MOURA; SILVA, 2008, p. 43).

A Constituição de 1988 apresenta como inovação a ideia de poder partilhado - pilar da democracia participativa – representando, na visão de Costa (2012), a retomada do processo democrático brasileiro sob o princípio da participação popular no exercício do poder, gerando expectativas de patamares mais elevados de socialização da política para além da retomada das instituições democráticas formais básicas (eleições regulares, livre organização partidária, liberdade de imprensa, entre outros aspectos). Essa configuração contribui para que o Estado possa se amparar numa sociedade civil “forte, organizada e ativa” (PECI, 2007, p. 175).

A obrigatoriedade constitucional de implantação de conselhos gestores de políticas públicas se estabeleceu como uma das possibilidades dessa “partilha”. Como espaços públicos de composição plural e paritária, constituídos da parceria entre Estado e sociedade civil, os conselhos possuem, em geral, atribuições deliberativas e fiscalizatórias, ora contribuindo na formulação de políticas públicas, ora controlando a execução dessas mesmas políticas públicas. Tais conselhos gestores foram pensados, portanto, como espaços institucionais de exercício de participação social na gestão da coisa pública e de controle social decorrente do princípio constitucional participativo (CASTRO, K., 2008).

A década de 1990 vem acompanhada de uma tendência do cenário político mundial para a reforma do aparelho do Estado, iniciado com ideais surgidos nos Estados Unidos e no Reino Unido, mas que rapidamente se espalharam pela Europa e América Latina, tendo como projeto político a ênfase na eficiência administrativa, baseado no ajuste estrutural, nas recomendações dos organismos multilaterais internacionais e no movimento gerencialista (PAES DE PAULA, 2005). Não obstante, o Brasil acompanha a tendência mundial, adotando a política, ora mencionada, na gestão pública.

O amadurecimento do Brasil quanto à participação social nas políticas públicas ocorre a partir da década de 1990, quando a sociedade civil ganha notoriedade e estudiosos percebem que o aumento da participação desse segmento da sociedade nos processos decisórios aumenta a possibilidade de que suas reivindicações sejam incorporadas aos projetos públicos. Essa participação foi compreendida como “solidária, orientada para o interesse geral, originada da associação espontânea” e que marcou a “redemocratização brasileira” (MOURA; SILVA, 2008, p. 46).

Nesse contexto, a gestão das águas é estabelecida no Artigo 21, inciso XIX da Constituição Federal de 1988, que determina ser competência da União “instituir sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos e definir critérios de outorga de direitos de seu uso” (BRASIL, 1988 p.15) e também estabelece, em seu Artigo 26, a dominialidade, ou seja, o poder de Estado sobre as águas em seu território. A regulamentação desses artigos ocorre através da lei 9.433 de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) e cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH), conferindo ao Poder Executivo Federal a atribuição de tomar as providências necessárias à sua implementação (COSTA, 2012). A partir daí, define-se um “conjunto de instrumentos institucionais voltados para o gerenciamento dos recursos hídricos nacionais no sentido de garantir o ordenamento dos aspectos relativos à disponibilidade e ao uso da água” (CASTRO, K., 2008, p. 50).

A criação da Política das Águas e o SINGREH, baseados na experiência francesa<sup>1</sup>, surgem buscando a descentralização das decisões e a participação da sociedade, tendo a bacia hidrográfica como unidade de planejamento e gerenciamento da água (COSTA, 2012). Nesse contexto, os Comitês de Bacias Hidrográficas (CBHs), também conhecidos como “parlamento das águas”, tornam-se instrumentos eficazes para a “transformação do cenário socioambiental” (CASTRO, C., 2012, p. 3), onde são discutidas as “diretrizes sobre a gestão

---

<sup>1</sup> O modelo de Gestão de Recursos Hídricos francês, promulgado em 1964, incluiu princípios, tais como a bacia hidrográfica como unidade territorial para a administração das águas, a cobrança da água bruta e a administração com participação dos usuários organizados em comitês de bacias e serviu de modelo para diversos países (CAMPOS, 2013).

pública colegiada dos recursos hídricos” (CASTRO, C., 2012, p. 51), de forma descentralizada e participativa, com base na construção de consensos (COSTA, 2012).

Desde sua criação, esse modelo de gestão vem sendo implantado gradativamente nas bacias brasileiras, sendo 23 comitês de bacia instalados nos estados até janeiro de 1997, data em que foi promulgada a Lei 9.433/97, outros 59 comitês criados após essa data, e até dezembro de 2012, outros 83 instalados, totalizando, assim, 165 comitês (SCANTIMBURGO, 2012). Mesmo passados 16 anos de sua implantação, alguns autores identificam que o modelo brasileiro ainda se encontra em fase de amadurecimento (CASTRO, C., 2012; SANTOS; FORMIGA-JOHNSON, 2012).

Os Conselhos de Recursos Hídricos e os Comitês de Bacia Hidrográfica são espaços onde se prevê a participação do poder público, de organizações usuárias públicas e privadas dos recursos hídricos e de organismos da sociedade civil, reunidos para definirem, em conjunto, quais as políticas a serem adotadas para preservação de determinado corpo hídrico.

Por meio do Decreto Federal nº 1842/96, é criado o Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (CEIVAP), o primeiro comitê de bacias hidrográficas em rio federal. Em 1997 é promulgada a Lei 9433/97, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e, posteriormente, a Lei Federal 9984/00 cria a Agência Nacional de Águas (ANA). A partir de 2001, inicia-se o processo de cobrança pelo uso dos recursos hídricos na bacia do Rio Paraíba do Sul, sendo que os primeiros recursos financeiros foram arrecadados em março de 2003. Com a finalidade de dar apoio técnico e operacional à gestão dos recursos hídricos na área de atuação do CEIVAP, foi criada a Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (AGEVAP), através da Deliberação CEIVAP nº 12 de 20 de junho de 2002, posteriormente reconhecida pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), em sua Resolução nº 38, de 26 de março de 2004, como entidade delegatária das funções de Agência de Água da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul. No mesmo ano, os recursos da cobrança aos usuários pelo uso da água em rios federais passaram a retornar, sobre a forma de investimentos, em ações de despoluição e preservação para a bacia, devido à assinatura de um Contrato de Gestão entre a ANA e a AGEVAP. Assim se estabelece a estrutura do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos prevista na Constituição.

Desde então, o CEIVAP e a gestão integrada dos recursos hídricos, prevista na Lei 9.433/97, vêm sendo objeto de estudo no campo das Ciências Sociais. Destacam-se principalmente os pesquisadores Santos (2002), que analisa a capacidade do instrumento da cobrança como ferramenta econômica que posteriormente seria administrado pelo CEIVAP no âmbito da Bacia do Rio Paraíba do Sul. Gruben *et al.* (2003) que avaliam as mudanças na gestão hídrica brasileira; Pereira e Formiga-Johnsson (2003) que discutem a implementação dos instrumentos de gestão no âmbito do CEIVAP; Serrichio *et al.* (2005) que avaliam os esforços e resultados alcançados pelo CEIVAP no contexto da gestão integrada da bacia do rio Paraíba do Sul durante os anos 2003 e 2004; Novaes (2006) que discute a integração da gestão entre os comitês CBH-PS, responsável pelo trecho paulista do Rio Paraíba do Sul e o CEIVAP, atuante na totalidade do rio; Castro (2008) que analisa as disputas de poder no Comitê e Carneiro e Britto (2009) que apresentam fatores críticos na proposta da gestão integrada dos recursos hídricos. Ressalta-se que todos esses trabalhos foram localizados em bases de dados como BDTD, SciELO, SCOPUS e Portal de Periódicos Capes, sendo que no âmbito da Área de Administração somente se localizou uma tese e um artigo sobre o Comitê

de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul da autora Silva (2011). Essa tese explora o significado da participação dos usuários dos recursos hídricos e da sociedade civil no CEIVAP (SILVA, 2011).

A atuação dos comitês de bacia é bastante discutida no meio acadêmico, a exemplo das pesquisas acima referidas. Por ser o primeiro comitê de bacia de domínio federal instalado no Brasil, o CEIVAP suscita curiosidade e atrai atenção para que se avalie o funcionamento do Sistema de Recursos Hídricos. Por esse motivo, privilegiou-se como base empírica da pesquisa o Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (CEIVAP), entidade que faz parte de um complexo sistema organizacional que envolve governo, empresas públicas e privadas, além de entidades representantes da sociedade civil de três importantes estados brasileiros, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Esses atores, portanto, sendo indivíduos, grupos ou organizações desempenham um papel na arena política, ou seja, no lugar onde acontece a disputa política (SECCHI, 2009) na gestão dos recursos hídricos.

Todos os atores envolvidos mantêm interesses, de formas distintas, no corpo hídrico do Rio Paraíba do Sul, que nasce no estado de São Paulo, faz a divisa entre os estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais, desembocando no Oceano Atlântico na região norte do estado do Rio de Janeiro. Entre esses interesses em comum destaca-se a preocupação com os problemas ambientais pelos quais o Rio Paraíba do Sul vem sofrendo, vindo essa preocupação a se constituir também uma demanda dos usuários deste rio e um fator de motivação para a criação do próprio CEIVAP. A relação entre seus membros é marcada por interesses políticos e aderentes aos objetivos das instituições e/ou estados a que eles representam. Normalmente são criadas coalizões para atender a objetivos pontuais, tais como definição de aplicação de recursos em determinada região, ou adiamento da revisão do valor da cobrança pela utilização da água.

Decisões tomadas em um Comitê de Bacia Hidrográfica são influenciadas por “motivações, valores e interesses humanos que definem escolhas e decisões.” (MAGALHÃES JUNIOR, 2007, p.45). Essa dinâmica é reconhecida no campo das Ciências Sociais como redes de políticas públicas, conceituadas como uma estrutura de interações, predominantemente informais, entre atores públicos e privados na formulação e implementação de políticas públicas (SECCHI, 2009). Desse modo, explica Secchi que, apesar de os atores terem interesses e motivações distintos na condução de uma política pública, esses interesses são interdependentes e os problemas demandam soluções coletivas e de uma maneira não hierárquica. Essas redes sugerem também uma interatividade entre políticas públicas na gestão de determinada política uma vez que muitas políticas não se viabilizam de forma isolada (GAETANI, 2008).

A ênfase na participação dos usuários de serviços públicos ocorre com a abertura dos mercados nacionais, que, na visão de Scantimburgo (2012), representa a imposição de diretrizes neoliberais que passam a nortear as políticas públicas no Brasil na década de 1990, semelhantes às aplicadas em outros setores da economia, além os serviços públicos. Essas mudanças foram caracterizadas por redução e descentralização do Estado, diminuição de investimentos públicos, desregulamentações, internacionalização do capital e empoderamento da iniciativa privada, seguindo as premissas políticas preponderantes na época. Scantimburgo chama atenção para o discurso de democratização e participação nos processos decisórios da gestão hídrica do Brasil, que, na visão do autor, “parece ter ficado apenas na retórica para

legitimar como democráticas as mudanças em prol do mercado ocorridas no setor de águas” (SCANTIMBURGO, 2012, p. 69), opinião também defendida por Costa (2012), que analisa a participação do Plenário no Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) e na Política Nacional de Recursos Hídricos brasileira. Existe uma corrente (ABERS, 2007; JACOBI, 2005; ABERS; KECK, 2008) que vem questionando se os comitês são espaços efetivamente democráticos e suas ações realmente decididas por todos ou se alguns atores mais organizados detêm os resultados, ou mesmo se as decisões já não foram tomadas pelo governo e apenas referendadas nos comitês.

Por outro lado, Costa (2012) acredita que as relações estabelecidas entre os atores promovidas pela discussão baseada nos interesses de cada representante propicia o surgimento de redes sociais, que “mobilizam recursos e favorecem a ampliação das perspectivas em torno da decisão pública” (COSTA, 2012, p. 42), que se caracterizam, de acordo com o mesmo autor, como um capital social em potencial que poderá ou não ser mobilizado segundo a estrutura da rede. Santos e Formiga-Johnsson (2012) afirmam que houve avanços na política de gerenciamento de recursos hídricos, especialmente em termos de participação, mesmo reconhecendo a existência de dificuldades na sua implantação.

Considerando o cenário identificado através das diversas contribuições dos autores na temática da gestão brasileira de Recursos Hídricos e do papel do CEIVAP, achou-se pertinente conhecer a articulação do CEIVAP com os outros atores públicos e privados que atuam na gestão dos recursos hídricos brasileira, uma vez que passados 16 anos da implantação do modelo de gestão integrada dos recursos hídricos no Brasil, esse assunto vem sendo cada vez mais polemizado (BRITTO; BESSA, 2009; CASTRO, C., 2012; COSTA, 2012; SCANTIMBURGO, 2012; SANTOS; FORMIGA-JOHNSSON, 2012), ainda que pouco se tenha avançado na identificação das lacunas para a efetivação da proposta de integração da gestão hídrica contida na ideia de criação dos Comitês.

Apesar de não haver um consenso sobre o sentido do termo gestão integrada, há várias interpretações desse termo na literatura concernente. Destacam-se a definição de Brito e Barraqué (2008), como integração multissetorial para a gestão dos recursos hídricos; Costa (2012), que considera a integração como democratização e participação na tomada de decisões; Tucci (2008) e Cerqueira e Pimentel da Silva (2013), que abordam a relação entre os efeitos da ocupação do solo urbano e os recursos naturais contidos no ambiente; Noronha *et al.* (2013) que entendem gestão integrada como gestão compartilhada entre diferentes esferas; Machado, (2003) que identifica várias dimensões que a gestão integrada de recursos hídricos assume, tais como: a influência da ação humana no ciclo natural da água, os usos múltiplos da água, a água como parte de um ecossistema, em termos de coparticipação entre gestores e usuários e população no planejamento e na gestão.

Contudo, há duas noções que mais contribuem para a presente pesquisa, que são a de Porto e Porto (2008) que reconhecem que a gestão de uma bacia hidrográfica interfere e sofre interferência de vários aspectos, tais como o meio físico, social, econômico e cultural e a de Tundisi (2008), que afirma que “uma bacia hidrográfica tem todos os elementos para integração de processos biogeofísicos, econômicos e sociais, é a unidade natural que permite integração institucional, integração e articulação da pesquisa com o gerenciamento” (TUNDISI, 2008, p. 9). Essas noções serão aprofundadas no tópico específico sobre gestão integrada. Com base na contribuição desses autores, delineou-se o problema de pesquisa a seguir.

## 1.2 O Problema da Pesquisa

O reconhecimento do CEIVAP como o primeiro Comitê de Bacia em âmbito federal em 1996, e posteriormente a criação da AGEVAP como sua Agência de Bacia, representaram, juntamente com a implantação da Agência Nacional de Águas (ANA), um importante momento na configuração do modelo de gestão brasileiro, pois a partir daí se iniciava a aplicação da lei 9433/97, que prevê cinco instrumentos de gestão: Plano de Recursos Hídricos, enquadramento dos corpos d'água em classes de uso, outorga de direitos de uso, cobrança pelo uso da água e o sistema de informações (BRASIL, 1997), possibilitando o início efetivo da gestão de uma bacia federal de modo a assegurar a aplicação dos recursos gerados pela cobrança na própria bacia (ABERS *et al.*, 2009).

No entanto, a implantação do Comitê de Bacia trouxe também a inserção de uma nova cobrança, que induziu diferentes reações em grupos distintos, a exemplo do grupo industrial, composto por grandes usuários de recursos hídricos, que tende a reagir fortemente, enquanto que do grupo usuário doméstico individual não se espera reação, pois a cobrança pela água bruta é repassada indiretamente a esse usuário pelas empresas de saneamento que inserem essa cobrança à tarifa. Já os usuários agrícolas tendem, devido ao baixo valor agregado de seus produtos e alto consumo de água, a ser mais sensíveis à cobrança. Por isso, as experiências mundiais excluem ou incorporam por último a cobrança a esse setor (SANTOS, 2010). Tem sido defendido que um dos intuitos da cobrança é educativo, pois esta pretende reduzir o consumo ao estritamente necessário. No entanto, existe a dificuldade do usuário em “perceber a diferença entre o preço como mecanismo de incentivo e como mecanismo de arrecadação” (PORTO; PORTO, 2008, p. 53).

Os atores que se relacionam no Sistema de Recursos Hídricos brasileiro por vezes não compreendem seus papéis, ou ultrapassam seus limites de atuação e responsabilidades. As organizações e seus representantes são muitos e com interesses variados, tendendo a se criarem relações conflitantes. O sistema, devido à sua complexidade, ainda se apresenta imaturo e com lacunas, principalmente no tocante às relações e entre os seus membros à clareza na atuação de seus componentes (CASTRO, K., 2008). A legislação relativa aos recursos hídricos, mencionada anteriormente, por ser genérica, não tem como abordar características regionais ou prever interesses específicos que podem vir a influenciar nas tomadas de decisões (PEREIRA; FORMIGA-JOHNSSON, 2005). Outrossim, importantes setores da sociedade, envolvidos com políticas de planejamento urbano e regional, de ocupação e uso do solo, de gestão ambiental, entre outras, têm pouca ou nenhuma participação nas decisões ocorridas no Comitê, o que distancia a desejada integração da gestão dos recursos hídricos. Essa discussão implica no entendimento da noção de gestão integrada que o presente estudo pretende abordar em capítulos seguintes.

Outro ponto importante a ser observado é a necessidade de utilização dos recursos hídricos por cada grupo. Tende a haver variações nas configurações dos comitês quando se relacionam às variáveis: quantidade disponível de água e nível de industrialização (SILVA FILHO *et al.*, 2009). A renda e a mobilização política local também influenciam a interação entre os entes. Considerando que o CEIVAP é um comitê de integração com os comitês dos estados de sua abrangência e tem como finalidades principais a promoção de debates com os atores, busca de solução de conflitos em primeira instância, aprovação e implementação do Plano de Recursos Hídricos e estabelecimento de mecanismos de cobrança (BRASIL, 1997), pode-se inferir o grau de complexidade na relação dos membros, o que exige uma articulação

entre pessoas e instituições com interesses diversos e a presença de outras políticas públicas com vistas a encaminhar deliberações consensuais.

Os principais atores que compõem a rede do CEIVAP estão reunidos em quatro grupos: o poder público, as organizações da sociedade civil, organizações privadas usuárias de recursos hídricos e organizações públicas usuárias de recursos hídricos.

Considera-se que essa gama de distintos atores, ao se inserirem numa arena político-institucional onde haverá complexas decisões envolvendo a aplicação de recursos, pode levar à construção de articulações, rearticulações e coalizões que nem sempre se manifestam de forma clara ou proveitosa para os comitês.

Com base no que foi discutido até então, a situação problemática que mais chama atenção do pesquisador é que, apesar do CEIVAP ter como competência promover, por força de lei, a articulação entre as entidades participantes da gestão dos recursos hídricos, este papel não tem alcançado pleno êxito, pois a política de recursos hídricos permanece sendo tratada de forma segmentada e desarticulada de outras políticas, das quais depende para sua efetivação. Diante dessa problemática, formulou-se a seguinte questão de pesquisa: Como articular a gestão dos recursos hídricos com outras políticas públicas e atores sociais, de modo a promover a efetivação da gestão integrada e participativa que se propõe o Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (CEIVAP)?

Esse problema teve origem em experiência passada do pesquisador junto ao CEIVAP, na observação do pesquisador sobre a configuração da Lei 9433/97 e sobre as possíveis relações criadas entre seus entes, as quais têm um potencial de coalizões e articulações, de fomentar ou desprezar importantes interfaces entre a política hídrica e outras políticas públicas que necessitam estar integradas.

### **1.3 Objetivos**

#### **1.3.1 Objetivo Geral**

Nas seções anteriores, enfatizou-se que a gestão dos rios e bacias pressupõe formas participativas e democráticas de modo a favorecer acordos entre atores de setores da economia que têm interesses distintos. Todavia, passados mais de uma década da implantação da Política Nacional dos Recursos Hídricos, observam-se resultados insuficientes, pois “faltam foco e capacidade executiva para ações efetivas” (SANTOS; FORMIGA-JOHNSSON, 2012, p.7) para gerar uma gestão participativa. Segundo os referidos autores, os investimentos atrasam devido à burocracia, ocorrem interferências de problemas a serem gerenciados no âmbito de outras políticas públicas como, por exemplo, a de ocupação do uso do solo, assim como outras situações que afetam a gestão hídrica.

A Lei 9433/97 prevê diretrizes, responsabilidades e competências visando à articulação entre diversos setores e esferas governamentais, com intuito de promover a integração entre a gestão dos recursos hídricos e a gestão ambiental nas três esferas do governo. Neste contexto, cabe aos municípios, conforme o Artigo 31 da referida lei, a “integração das políticas locais de saneamento básico, de uso, ocupação e conservação do solo e de meio ambiente com as políticas federais e estaduais de recursos hídricos” (BRASIL, 1997 p. 33), ou seja, a adequação de suas políticas às esferas superiores, onde lhe compete. Já

as esferas estaduais e a federal têm como responsabilidade a promoção da integração da gestão de recursos hídricos com a gestão ambiental, o que respalda a ação municipal.

Com isso, o objetivo geral desta pesquisa é analisar sob a perspectiva relacional, a experiência de integração na atuação do Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul no contexto da gestão dos recursos hídricos brasileira, expondo o potencial de articulação desta política com outras políticas públicas, apresentando assim, novas abordagens para a efetivação da gestão integrada e participativa pelo Comitê.

### 1.3.2 Objetivos Específicos

- a. Identificar os atores integrantes do CEIVAP e suas competências;
- b. Compreender a noção de integração da gestão na visão dos atores;
- c. Mapear as políticas públicas que afetam e são afetadas pela atuação do CEIVAP;
- d. Explicitar os avanços e os entraves da gestão integrada dos recursos hídricos na visão dos atores;
- e. Apontar as lacunas a serem superadas no âmbito da gestão de recursos hídricos de modo que se efetive a gestão integrada.

### 1.4 Suposição

Entende-se a importância da participação da sociedade para que ocorra a gestão integrada dos recursos hídricos, pois a política de recursos hídricos pressupõe a integração com outras políticas e atores, como mostram Britto e Barraquè (2008), Abers *et al.* (2009) e Carneiro *et al.* (2010). Entretanto, a conciliação de interesses não é uma tarefa fácil, pois as necessidades das políticas dos atores são diversas e suas relações tendem a ser conflituosas. Compreende-se também que o CEIVAP, por força de lei, atua voltado para dentro de si mesmo, promovendo sua articulação interna e entre aqueles envolvidos diretamente com os recursos hídricos.

A literatura concernente aponta que na gestão de recursos hídricos grupos mais articulados ou detentores de poder influenciam nos processos decisórios mais que outros, estabelecendo-se assim, assimetria de poder entre os participantes (VICTORINO, 2003; ABERS *et al.*, 2009; SAITO, 2011). Além disso, reconhece-se a existência de outros atores que atualmente não participam, ou participam de forma pouco atuante no sistema de recursos hídricos, mas influenciam diretamente na utilização das águas (CARNEIRO; BRITTO, 2009), o que levaria a se questionar o papel efetivo do CEIVAP na gestão integrada dos recursos hídricos.

Com base nos argumentos anteriormente apresentados e no problema de pesquisa, formulou-se a seguinte suposição: a atuação do CEIVAP na gestão integrada e participativa dos recursos hídricos é limitada, pois não estimula a inter-relação entre atores e entre a política de recursos hídricos com outras políticas públicas. Uma vez comprovada essa suposição, é possível expor as limitações da gestão integrada dos recursos hídricos brasileira e ao mesmo tempo sugerir novas abordagens que articulem a gestão entre essas políticas.



## **1.5 Delimitação do Estudo**

A pesquisa abrange o período que se inicia em 1996, quando foi criado o CEIVAP, até 2014, com o resgate de marcos históricos e legais pregressos relevantes à pesquisa. O estudo ocorreu junto ao CEIVAP, com eventuais incursões aos locais onde se encontram os atores considerados relevantes para esclarecer pontos para a pesquisa.

A abordagem é analítica, voltada para a gestão de um setor específico, o de recursos hídricos, mas que requer uma visão integrada de gestão e relacional de políticas públicas.

## **1.6 Relevância da Pesquisa**

Por tratar-se de um tema reconhecidamente importante, com relevância mundial e que certamente impactará as próximas gerações, a análise das relações dos atores de um ente do sistema de recursos hídricos, especialmente considerando o pioneirismo do CEIVAP, poderá contribuir para aperfeiçoar a gestão do Sistema de Recursos Hídricos, ao expor as lacunas e fragilidades da gestão integrada e também sugerir novas abordagens para o estudo da Política Nacional dos Recursos Hídricos.

Um dos motivos da escolha do CEIVAP como objeto de estudo deve-se à sua abrangência, pois sua bacia abarca uma região densamente populosa, urbanizada e desenvolvida, sujeita a altos índices de poluição, conseqüentemente onde se necessitam maiores investimentos e há potencial quantidade de pessoas/instituições interessadas nos recursos hídricos desta bacia, o que pode promover debates relevantes para o estudo. Outro fator relevante é que este comitê tem, entre outras, a função de ser um comitê integrador com os comitês estaduais dos três estados de sua abrangência, o que tende a gerar maiores discussões e intensificar as redes relacionais. Além disso, a atuação integradora do CEIVAP levanta polêmicas em torno de sua abrangência, uma vez que essa não permite articular a política de gestão hídrica com outras políticas públicas a essa associadas.

No campo das Ciências Sociais, o estudo apresenta uma abordagem teórico-metodológica ainda pouco explorada, que é a análise de redes de políticas públicas, o que contribuirá para avançar na pesquisa sobre novas abordagens para a implementação de políticas efetivamente integradoras, das quais poderão se beneficiar as futuras pesquisas em gestão pública integrada.

O tema escolhido é de grande importância para o pesquisador, autor do projeto, uma vez que sempre teve sua atuação profissional voltada para a relação entre ambiente e sociedade e atuou na agência executiva do CEIVAP. O tema do gerenciamento integrado dos Recursos Hídricos tem riqueza de informações e grande potencial de pesquisa, geradores de possibilidades de contribuição para a política pública em questão.

## **1.7 Estrutura da Dissertação**

Esta dissertação foi organizada seguinte maneira: no primeiro capítulo apresenta-se a introdução do estudo, na qual se contextualiza o tema da dissertação, problematiza-se a questão principal da pesquisa, definem-se os objetivos geral e específicos e apresentam-se ainda a suposição do trabalho, a delimitação do estudo e a relevância da pesquisa.

O segundo capítulo trata da fundamentação teórica onde procura-se apresentar um panorama sobre a política pública de recursos hídricos por meio das experiências internacionais relevantes para o estudo, bem como a evolução e a atual configuração da política brasileira de recursos hídricos. Nesse capítulo também se busca a compreensão sobre como ocorre a gestão dessa política e sua evolução até o momento em que estamos. Também se discutem as principais definições sobre gestão integrada e finalmente resgata-se a importância de discutir e elucidar a dimensão relacional das políticas públicas, uma vez o avanço das pesquisas sobre a gestão integrada remete a interligação entre as várias políticas.

O terceiro capítulo é dedicado à apresentação da metodologia, esclarecendo-se o tipo e identificando os sujeitos da pesquisa, além de apresentar a estratégia de coleta e a maneira de tratamento dos dados obtidos no trabalho.

No quarto capítulo se apresentam a análise dos dados documentais, localizando o leitor sobre o histórico e a atual situação do CEIVAP e a análise dos dados empíricos com base nas fontes orais, resultado das entrevistas realizadas com membros desse comitê.

No quinto capítulo são apresentados os resultados da pesquisa no qual se articulam teorias, empiria e fontes documentais e finalmente o sexto capítulo é reservado para as conclusões da pesquisa. Segue-se com a apresentação das referências utilizadas no estudo e os anexos que complementam o trabalho de dissertação.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo, apresenta-se um panorama da política de recursos hídricos, as principais experiências internacionais e nacionais, assim como seus desdobramentos que resultaram na criação da atual Política Nacional de Recursos Hídricos. Discute-se também a política pública dos recursos hídricos no âmbito da gestão, aprofundando-se a noção de gestão integrada das políticas públicas e por fim registra-se um debate sobre a dimensão relacional das políticas públicas e a questão dos atores sociais.

### 2.1 A Política Pública dos Recursos Hídricos

#### 2.1.1 Experiências Internacionais

Até meados do século passado, predominava a noção de que desenvolvimento era sinônimo de crescimento econômico, o que influenciou a visão e o comportamento das sociedades, tendo como consequência alterações no padrão de vida e novas necessidades de consumo, acarretando por um lado, avanços tecnológicos e por outro, “desigualdades sociais e problemas de cunho ambiental” (MIRANDA, 2011, p. 2). A partir da Revolução Industrial, observa-se a diversificação do uso dos recursos hídricos, entre eles a utilização das águas, pois além das necessidades humanas, cria-se a partir daí a necessidade em atender à indústria, à geração de energia e à movimentação de moinhos. Esta diversificação no uso, ainda que incipiente, agravou problemas de saúde pública com o aumento da poluição associado à contaminação dos recursos hídricos.

A política do uso das águas registra antigos acordos internacionais, assim como relatam Porto e Porto (2008), tais como o tratado de utilização do Rio Danúbio, em 1616, o tratado Brasil-Peru sobre a navegação do Rio Amazonas em 1851, o tratado entre o Brasil e a República das Províncias Unidas do Rio da Prata em 1928. Na América do Norte, os EUA aprovaram em 1922, o pacto do Rio Colorado, o qual decidia sobre a partição da utilização da água do rio entre os Estados que compartilhavam a sua bacia hidrográfica. Porto e Porto (2008) continuam explicando que em 1933, visando garantir navegação, controle de cheias, controle de erosão, reflorestamento, desenvolvimento agrícola e industrial e uso das áreas ribeirinhas, o então presidente Roosevelt determinou a formação do *Tennessee Valley Authority*, agência proposta para cuidar, no contexto de uma bacia hidrográfica que envolve sete Estados norte americanos. Entretanto, apenas na década de 1960, com o lançamento do livro “Primavera Silenciosa” (*Silent Spring*, 1962)<sup>2</sup>, começa-se a perceber a importância do gerenciamento dos recursos hídricos (EGLER, 2012).

Até o fim dos anos 1970, a gestão dos recursos hídricos desconsiderava os efeitos ambientais, econômicos e sociais. As tecnologias então disponíveis, tais como a construção de barragens, a irrigação ou mesmo o tratamento de efluentes, não consideravam seus impactos sobre o meio ambiente, e acreditava-se que a poluição era mera consequência do desenvolvimento. (EGLER, 2012).

---

<sup>2</sup> O livro *Silent Spring* (Primavera Silenciosa), escrito por Rachel Carson em 1962, buscou relacionar a utilização de pesticidas ao impacto do meio ambiente e é tido como o nascimento do movimento ambientalista. O trabalho procurou delatar os impactos dos pesticidas no meio ambiente, principalmente no efeito sobre a saúde das aves e acabou se tornando um marco num movimento homônimo. Como resultado, intensificou-se a discussão sobre a utilização excessiva dos pesticidas e poluição ambiental em todo o mundo (EGLER, 2012).

Em 1972, o Clube de Roma, órgão não governamental composto por cientistas, empresariado industrial, educadores, economistas, funcionários públicos, humanistas e políticos de dez países envolvidos na discussão sobre as mudanças globais, lançou um relatório sobre os limites do crescimento, que apontava a necessidade de deter o crescimento populacional, bem como o capital industrial (MIRANDA, 2011). O relatório teve repercussão internacional e foi extensamente debatido durante a Conferência de Estocolmo sobre Meio Ambiente, realizada também em 1972 (BRITTO; BARRAQUÉ, 2008), e que iniciou um processo mais intenso de incorporação da consciência ecológica e princípios norteadores de proteção ambiental na agenda política das nações (MIRANDA, 2011).

A partir de então, a comunidade científica passa a lançar críticas ao modelo economicista de desenvolvimento, “que privilegiava o crescimento econômico em detrimento dos recursos naturais” (MIRANDA, 2011, p. 3), quando, na conferência anteriormente citada surge o conceito de ecodesenvolvimento, introduzido por Maurice Strong<sup>3</sup> e difundido por Ignacy Sachs<sup>4</sup>.

A preocupação com a escassez de recursos naturais levou à criação pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 1983, da Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (*World Commission on Environment and Development - WCED*) com a missão de levantar os principais problemas ambientais mundiais e sugerir estratégias para a preservação do meio ambiente. Como resultado, foi publicado em 1987 o documento “Nosso Futuro Comum”, conhecido como Relatório *Brundtland* (PEREIRA; CÂNDIDO, 2012), que apontou para um desenvolvimento econômico que não se dê em detrimento da justiça social e da preservação da Terra. Essa, para o relatório, deveria ser uma forma sustentável de crescimento.

A Conferência de Dublin, realizada em 1992, apontou a existência de sérios problemas relacionados à disponibilidade hídrica e estabeleceu princípios para a gestão sustentável da água, “quando representantes de 100 países e 80 organismos internacionais, intergovernamentais e não governamentais reuniram-se e diagnosticaram que a situação futura dos recursos hídricos no mundo era crítica” (ANA, 2012, p. 98). Foi nesse ano, realizada a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), encontro de grande repercussão mundial ocorrido no Rio de Janeiro, também conhecido como Rio-92 ou Eco-92. Nesse evento, representantes de 170 nações referendaram os Princípios de Dublin e aprovaram, dentre muitos documentos, uma agenda mínima de preservação e recuperação do meio ambiente – a Agenda 21 – um “instrumento programático que apresenta um plano de ação para alcançar os objetivos do desenvolvimento sustentável, considerando as recomendações da Conferência de Dublin” (ANA, 2012, p. 99). A Agenda 21 sinalizou a importância do acesso à água potável e do saneamento como elementos indispensáveis ao desenvolvimento sustentável (BRITTO; BARRAQUÉ, 2008; PEREIRA; CÂNDIDO, 2012), lançando-se a ideia de integrar as políticas.

---

<sup>3</sup> Ambientalista canadense, personalidade mundial em assuntos ambientais e de sustentabilidade. Secretário-geral da Conferência de Estocolmo (1972) e da Eco-92, primeiro diretor-executivo do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente e professor da Universidade de Pequim (desde 2004). (CASTRO, 2008)

<sup>4</sup> Economista polonês, naturalizado francês e autor de mais de 20 livros sobre desenvolvimento e meio ambiente, formulou o conceito de ecodesenvolvimento a partir de uma proposta do secretário da Conferência de Estocolmo (1972), Maurice Strong. Anos depois, o termo daria origem à expressão desenvolvimento sustentável. (CASTRO, 2008)

Assim, ao longo da década de 1990 e do ano 2000, a “abordagem de gerenciamento integrado de bacias hidrográficas se consolida como tema importante no debate acadêmico e entre governos” (EGLER, 2012, p. 77).

Conforme dados divulgados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), apresentados no trabalho de seu pesquisador Castro (2012), no conjunto da população mundial, estimada em 7 bilhões de habitantes, aproximadamente 1 bilhão de pessoas já vive sem água suficiente para consumo doméstico, ou seja, 14% da humanidade sofrem com a falta de disponibilidade hídrica. Considerando a crescente degradação dos recursos hídricos aliado ao aumento da população, nos estudos de Castro (2012), estima-se que por volta de 2030 cerca de 5,5 bilhões de pessoas estarão habitando áreas com moderada ou séria deficiência hídrica.

Dados recentes da ONU (2012) apresentam avanços na gestão dos recursos hídricos, que alcançou em 2010 a meta de reduzir pela metade a proporção de pessoas sem acesso à água potável, proposta para 2015 no Objetivo de Desenvolvimento do Milênio (ODM)<sup>5</sup>, quando mais de 2 bilhões de pessoas obtiveram acesso a fontes de água potável, tais como abastecimento por tubulações e poços protegidos. Isto reflete as reformas implementadas desde 1992 por diversos países para melhorar o ambiente para a gestão dos recursos hídricos. Entretanto, dados da ONU (2012) apontam que apesar dos avanços, constata-se que ainda existem 783 milhões de pessoas sem acesso à água potável, identificando-se grandes discrepâncias quando se comparam as variações regionais, além de não haver estudos significativos sobre a qualidade da água disponibilizada.

O mesmo relatório apresenta dificuldades na consecução das metas para o saneamento básico, onde 2,5 milhões de pessoas ainda não têm saneamento adequado, tais como banheiros e latrinas, o que provoca a morte de 1,5 milhão de crianças anualmente. As zonas rurais são as que apresentam maior carência na área (ONU, 2012).

Ainda referido documento da ONU, esse quadro vem preocupando governos e organismos internacionais, que trazem este assunto para discussão e promovem soluções globais, propondo modelos para gerir esse recurso, com intuito de minimizar os impactos da utilização dos recursos hídricos.

Em seu trabalho, Nunes Junior (2007) pesquisou as experiências internacionais de gestão dos recursos hídricos e mapeou os modelos institucionais de países que adotaram a cobrança como instrumento para “reverter os danos causados a seus recursos hídricos” (NUNES JUNIOR, 2007, p 28), destacando o modelo francês, entre os cinco mais relevantes, também analisados por outros autores, que serviu como base para o modelo brasileiro, o da Inglaterra, o de País de Gales e o da Alemanha.

O modelo francês surgiu após a Segunda Guerra Mundial, quando foi criado um Comissariado Geral de Planejamento, que tinha a função de estabelecer um programa quinquenal de desenvolvimento para o país. O processo de desenvolvimento urbano já vinha causando degradação das águas, devido ao lançamento de dejetos humanos e principalmente industriais, preocupando políticos e cidadãos franceses. Em 1959, o relator da Comissão de Desenvolvimento Urbano apresentou essas preocupações ao grupo e decidiu informá-las ao

---

<sup>5</sup> Em 2000, a ONU, ao analisar os maiores problemas mundiais, estabeleceu 8 Objetivos do Milênio, que devem ser atingidos por todos os países até 2015 (ONU, 2013).

Primeiro Ministro Francês, que determinou a criação de uma comissão de 60 membros, formada por deputados, prefeitos, industriais, agricultores, pescadores, funcionários públicos e um relator (CAMPOS, 2013).

No ano seguinte, iniciam-se as reformas institucionais em gestão de águas, quando o Comitê Assessor ao Governo Francês expressou “preocupações com o crescente declínio da qualidade das águas dos rios e lagos do país, decorrente de atividades poluidoras aceitas pelo modelo vigente de gestão de águas” (CAMPOS, 2013, p. 109). O Comitê entendeu que algumas atividades produtivas estavam gerando custos ambientais que prejudicariam toda a sociedade e as futuras gerações, levando ao entendimento de que era urgente e necessária uma mudança na prática vigente de gestão de águas. Foi então que o Governo Francês criou uma Comissão de Águas, formada por técnicos, usuários e funcionários públicos, com a função de avaliar o problema e propor soluções (CAMPOS, 2013).

O resultado das discussões, iniciadas na referida Comissão, avaliado durante um ano por funcionários públicos e, posteriormente, debatido por outros 18 meses no Parlamento francês, resultou, em 1964, na promulgação da Lei das Águas, que mudava os paradigmas da gestão hídrica, dividindo o país em seis grandes bacias hidrográficas, e criava um comitê e uma Agência Financeira de Bacia (posteriormente denominada Agência de Água) para cada uma das bacias, o que representava uma “inovação nos modelos de gestão pública, através da descentralização e participação direta dos usuários de água em colegiados decisórios” (NUNES JUNIOR, 2007, p 29).

Desde então, o sistema institucional francês é composto por entidades colegiadas que representam os usuários e as comunidades, além dos órgãos estatais. O sistema foi subdividido em seis bacias hidrográficas, constituído por Comitês de Bacia e Agências de Água, além do prefeito coordenador da bacia, assistido pela comissão delegada e pela Direção Regional de Meio Ambiente da Bacia (LEAL, 1997). Os principais atores inseridos na Política francesa foram os Comitês de Bacia e as Agências de Água.

Explica Leal (1997) que o Comitê de Bacia francês (*‘Comité de Bassin’*) é um órgão colegiado que reúne representantes das administrações, dos políticos eleitos, dos usuários da bacia e da coletividade, funcionando como um ‘Parlamento das Águas’. O mesmo autor explica que as atribuições essenciais do comitê são: aprovar o programa plurianual de intervenção na bacia, estabelecer para a agência o nível de recursos financeiros e as cobranças (*‘redevances’*) a serem pagas por cada categoria de usuários para executar o programa, resolver conflitos entre unidades territoriais e/ou estabelecimentos da bacia, manifestando-se também sobre outras questões relacionadas aos recursos hídricos da bacia.

Na França, a Agência de Água (*‘Agence de l’Eau’*) e seu Conselho de Administração definem a política de gerenciamento da bacia, conforme estudos de Leal (1997). Esclarece o referido autor que são estabelecimentos públicos e executivos de caráter administrativo e com autonomia financeira, que aplicam a política estabelecida pelo comitê através de um programa de intervenções na bacia, cobrando dos usuários e poluidores ‘contribuições’ proporcionais à captação, ao consumo, ao uso da água e à poluição lançada nos rios (princípios poluidor-pagador e usuário-pagador), e utilizando os recursos arrecadados para as obras de recuperação do ambiente. A Agência submete um programa de ação ao Comitê da Bacia e aplica as decisões tomadas por esses comitês.

Uma das principais metas da Agência de Água francesa é facilitar as ações de interesses comuns à bacia, assistindo e estimulando os usuários à utilização racional dos recursos, assim como evidencia Leal (1997). Outra de suas atribuições importantes é o financiamento, por meio de subvenções e empréstimos, às entidades públicas, ou privadas, para a realização de estudos e intervenções de controle da poluição e melhoria das condições ambientais, sempre de comum acordo com os objetivos da agência. Ressalta o mesmo autor que esta agência elabora estudos e projetos, dá suporte técnico aos usuários e divulga a informação permanente sobre as condições da Bacia, não exercendo um papel de regulamentação, execução ou operação das obras.

Portanto, a lei francesa implantou os princípios “Usuário Pagador” e “Poluidor Pagador”, que consideram dois tipos de cobrança pelo uso da água: “o valor pela retirada (*redevance de prélevement*)”, referente às captações e o valor pelo “lançamento de efluentes (*redevance de consommation*)”, avaliado pela qualidade da água despejada no corpo hídrico (SANTOS, 2002). Isso serviu como modelo e motivação para diversos países, inclusive o Brasil.

Na França existem dois marcos legais que são importantes no campo hídrico: a *Lei de 1964* e a *Lei complementar de 1992*. De acordo com Leal (1997), a Lei de 1964 tinha como objetivo principal, a luta contra a poluição das águas, a sua regeneração, seu regime e distribuição. Já a Lei de 1992 ampliou o alcance da antiga lei para garantir uma gestão equilibrada dos recursos hídricos. Com isso, as leis francesas buscaram assegurar a preservação dos ecossistemas aquáticos, a proteção contra a poluição, a restauração da qualidade das águas, o desenvolvimento e a proteção dos recursos hídricos, a valorização da água como um bem econômico e de sua otimização conciliatória na distribuição entre os diversos usos. Leal (1997) chama atenção para o fato de que somente após a adoção da nova lei, a noção de gerenciamento global foi possibilitada naquele país.

Nunes Junior (2007, p.33), avaliando o modelo francês de comitês para a gestão de bacias explica que esse modelo resultou em “significativa melhoria ou estabilização quanto ao processo de degradação dos recursos hídricos nas áreas onde houve investimentos das agências de bacia”, mas também alertou para o fato de que os investimentos são alocados de forma tendenciosa, uma vez que são direcionados conforme as necessidades dos usuários-pagadores, deixando sem ou com baixo investimento áreas que apresentam “os problemas mais graves e urgentes do país relacionados aos recursos hídricos” (NUNES JUNIOR, 2007, p.33), situação essa que provoca a necessidade de discussão que vise a melhoria de atuação dos comitês.

Diferente do que ocorre na França, o modelo existente na Inglaterra e no País de Gales é “centralizado, apesar das ações serem regionalizadas” (NUNES JUNIOR, 2007 p. 36) e conforme esclarece o autor, não tem intuito de reduzir o consumo da água através da ferramenta de cobrança, servindo apenas para custear as despesas da gestão.

Os estudos de Nunes Junior registram que a primeira legislação referente ao gerenciamento dos recursos hídricos nesses dois últimos países foi promulgada em 1973, entrando em vigor no ano seguinte, quando se criaram as Autoridades Regionais de Água, com amplas competências, dirigidas por um Conselho de Administração e composto por “representantes das coletividades locais, indicados pelas autoridades locais; representantes das indústrias, indicados pelas organizações profissionais; e membros do Governo Central, que nomeiam seus representantes, assim como, o presidente” (NUNES JUNIOR, 2007 p. 34),

controladas pelo governo central. O mesmo autor ressalta que a Autoridade Nacional (National Rivers Authority – NRA) era composta por representantes do Ministério da Agricultura, Pesca, Alimentos e de suas respectivas secretarias.

Relata Nunes Junior (2007) que em 1989, esse arranjo institucional foi alterado pela nova Lei das Águas (*Water Act*), quando a cobrança passou a ser centralizada pelo governo central inglês – desde 1969 a cobrança era operacionalizada pelas Autoridades Regionais – e, posteriormente, criada a *Environmental Agency* – EA, responsável pelo sistema de cobrança nesses países.

A reformulação do sistema de gerenciamento dos recursos hídricos na Inglaterra ocorreu por três razões: a influência do movimento neoliberal, a necessidade de altos investimentos para o setor e o ajuste no sistema, pois o responsável pelo abastecimento era o próprio regulador (NUNES JUNIOR, 2007 p. 34-35). Observa-se aqui uma semelhança do problema ocorrido com o modelo francês, que vem discutindo o mesmo ajuste quanto ao usuário-pagador ser o regulador.

A Alemanha promulgou sua primeira Lei Federal de Recursos Hídricos em 1957 e, em 1986, fez uma revisão. O modelo alemão, assim como o francês, tem configuração “fortemente caracterizada pelo federalismo e pelo princípio da subsidiariedade” (NUNES JUNIOR, 2007 p. 37), ou seja, há o incentivo à autonomia para resolução local dos conflitos, onde se distinguem as políticas nacionais e locais. Explica ainda o autor que a estrutura básica é definida pelo Governo Federal (*Bund*), mas os Estados (*Länder*) detalham as normas. Estes últimos, através dos escritórios regionais dos Departamentos de Água das Secretarias de Meio Ambiente, são responsáveis pela cobrança e pela eficácia dos serviços municipais, incluindo o saneamento básico.

Apesar de descentralizado por órgãos regionais, o sistema alemão não adota a bacia hidrográfica como unidade de gestão nem é hierárquico e participativo como o francês, mas se formam consórcios e associações que atuam tanto em pequenas áreas como em áreas mais extensas, conforme necessidade local, promovendo ganhos de escala e de capacitação técnica.

O governo alemão avaliou esse modelo como satisfatório nos resultados esperados para a sua realidade. A evolução do consumo de água é similar ao do modelo francês, apresentando “crescimento do consumo nas décadas de 70 e 80, e uma tendência de queda nos anos 90” (NUNES JUNIOR, 2007 p. 40). Outro ponto relevante nos estudos de Nunes Junior é o aspecto cultural, pois se identificou eficácia institucional no cumprimento das normas ambientais, como também outros méritos, tais como facilidade no sistema de cobrança e a aceitação por parte da sociedade alemã.

O modelo alemão, conforme Nunes Junior, também apresenta limitações na sua gestão. Uma delas é a fragilidade na relação entre governo e operadores das estações de tratamento de esgoto. Estes relutam, por questões políticas e financeiras, em repassar o ônus da cobrança às indústrias ligadas à rede de tratamento de esgoto. As operadoras alegam que este procedimento influencia nos custos das indústrias de acordo com sua conectividade com a rede de esgoto, ou seja, quem não está ligado à rede, não tem obrigação de pagar, adquirindo vantagem competitiva sobre quem está ligado à rede. Isto ocorre porque, como nos outros modelos, o usuário-pagador é a empresa de saneamento, condição que dá ao usuário o poder de determinar as condições de cobrança.



Outra fragilidade advém da simplificação no modelo de cobrança, que desconsidera “peculiaridades do corpo hídrico receptor e da influência do impacto dos poluentes sobre este” (NUNES JUNIOR, 2007 p. 41), ou seja, sistemas hídricos mais delicados ou de interesse estratégico têm o mesmo tratamento que os demais.

Além dos aspectos vistos sobre a política de recursos hídricos nos três países acima, foram localizados estudos de casos baseados na aplicação de princípios do gerenciamento integrado desenvolvidos no Japão, Canadá, Estados Unidos e China, o que apresenta grande relevância para a pesquisa em questão por possuírem políticas hídricas avançadas.

Em relação ao modelo japonês, a autora Egler (2012) estudou a gestão integrada com base no texto “*Water Quality Management in Japan: Recent Developments and Challenges for Integration*”, de autoria do japonês Kataoka (2011, *apud* EGLER, 2012), que defende a visão do gerenciamento integrado como ferramenta de controle da poluição e preservação ambiental, de forma ampla.

Explica Egler que, no Japão, a responsabilidade relacionada aos recursos hídricos é compartilhada por cinco ministérios, configurando uma gestão interministerial. Entretanto, aponta o referido autor que, apesar de se observar baixo nível de coordenação interna na gestão, o que expos Kataoka, os governos locais têm relativa autonomia para a definição de normas, inspeções, orientações, monitoramento da qualidade da água e operações de unidades de tratamento de esgoto.

Esclarece ainda Egler (2012) sobre a gestão de recursos hídricos que no Japão a prioridade é a melhoria das águas de lagos, reservatórios e das zonas costeiras, observando-se redução do uso das águas nos últimos anos em áreas de proteção da biodiversidade. Com isso, os ministérios desenvolveram um pacote de medidas defensivas, intitulado “O Conceito Básico do Gerenciamento de Bacias para a Conservação da Qualidade da Água de Lagos”, voltado para atores e tomadores de decisão locais, apresentando iniciativas sobre como planejar e rever medidas contra a poluição não pontual.

Como relevante achado de pesquisa de Kataoka, registrado em Egler (2012) encontram-se questões de cunho ambiental, tais como poluição de rios e lagos, que se transformaram em preocupações da população japonesa devido ao aumento de níveis de educação e renda, observados nesse país, elevando a discussão do gerenciamento dos recursos hídricos a um patamar importante no contexto da política de recursos hídricos do Japão.

O estudo localizado sobre o Canadá limitou-se à Bacia de Quebec, no qual se destaca o trabalho “*Integrated Watershed Management in Quebec: A Participatory Approach Centred on Local Solidarity*”, de autoria de Baril *et al.*, de 2006. Nesse estudo a água é considerada um bem público nas políticas governamentais e que estas têm a responsabilidade de definir políticas orientando o tipo de governança a ser implementada. Por isso, o governo criou a política de gerenciamento integrado de bacias hidrográficas – *Integrated Watershed Management (IWM)* – baseado em estruturas participativas e descentralizadas conhecidas como Organizações de Bacias, inaugurando um modelo de gestão híbrido, que se dá por meio da colaboração entre o governo e a sociedade (BARIL *et al.*, 2006).

A própria concepção da Política de Águas de Quebec, promulgada em 2002, foi participativa, pois foi organizada com base em simpósios científicos e consultas públicas que,

conforme registros em Baril *et al.*(2006), geraram um documento com cinco estratégias principais:

- I- Reforma da governança da água;
- II- Gerenciamento integrado de bacia;
- III- Proteção da qualidade da água e dos ecossistemas aquáticos;
- IV- Melhoria contínua das medidas de tratamento e fornecimento de água;
- V- Promoção de atividades de recreação e turismo associadas à água.

Explicam os referidos autores que essas estratégias foram firmadas com dois compromissos: a implantação gradual do gerenciamento integrado de bacias e o financiamento e apoio técnico do governo para a operação das Organizações de Bacias (BARIL *et al.*, 2006).

O modelo de gerenciamento dos recursos hídricos de Quebec, detectado nos estudos de Baril *et al.* (2006), pode ser dividido em quatro componentes:

- I- Delimitação e priorização das Bacias Hidrográficas;
- II- Mecanismos de financiamento e assistência técnica pelo governo;
- III- Formação e composição das Organizações de Bacia;
- IV- Um sistema para implementação das ações, caracterizado por uma natureza flexível, desenvolvido pelo governo e orientado para resultados.

Os respectivos autores identificaram que o modelo de Quebec é relativamente novo e demanda uma nova lógica de atuação “não regulatória, flexível, mutável, orientada, participativa e colaborativa” (BARIL *et al.* 2006, p. 306).

O estudo de caso norte-americano sobre o gerenciamento dos recursos hídricos foi realizado por Zoltay *et al.* (2010)<sup>6</sup>, no estado de Massachusetts, especificamente na Bacia de Ipswich, e divulgado no seu artigo *Integrated Watershed Management Modeling: Generic Optimization Model Applied to the Ipswich River Basin*. Estes autores utilizam o conceito de gerenciamento integrado de bacias adotado pela Parceria Global pela Água (Global Water Partnership - GWP), que “combinam o ciclo hidrológico natural com o sistema de água humano técnico, componentes socioeconômicos e político” (ZOLTAY *et al.*, 2010, p. 566), ou seja, considera-se que o gerenciamento de um ponto afeta todo o sistema. Como exemplo,

---

<sup>6</sup> Em seu trabalho, ZOLTAY *et al.* (2010) detalham as relações entre os diversos componentes da bacia hidrográfica, tais como o uso do solo, escoamento, corpos hídricos superficiais e subterrâneos, regimes pluviométricos, temperatura, entre outros, e os componentes da infraestrutura humana, como reservatórios, planta de tratamento e sistema de distribuição de água potável, de sistema de coleta de esgotos, sistema de distribuição de água não potável, sistemas sépticos, usuários de água potável e não potável, transferência de água e de águas residuais entre bacias entre outros.

os autores mencionam que o gerenciamento do escoamento das águas da chuva vai se relacionar com a qualidade das águas dos rios e com a disponibilidade de água nos aquíferos.

Esta abordagem funciona na escala de bacia e necessita de modelos especificamente desenvolvidos, chamados *Integrated Watershed Management Models* (IWMMs) que, conforme ZOLTAY *et al.* (2010):

(1) são desenvolvidos de alternativas de modelagem de bacias hidrográficas de gestão com o objetivo de compreender os efeitos das decisões de gestão sobre o sistema de bacias hidrográficas, a fim de apoiar a tomada de decisão e as negociações das partes interessadas, (2) integrar todos os componentes relevantes do sistema de água de bacias hidrográficas naturais, humanos, e as ferramentas de gestão aplicáveis, e (3) são formulados em um contexto de sistemas, de preferência, com capacidades de gestão de otimização para auxiliar na seleção de combinações promissoras de estratégias de gestão (ZOLTAY *et al.* 2010, p. 567).

Os autores também defendem o desenvolvimento de modelos genéricos, que são técnica e financeiramente acessíveis para permitir a sua aplicação a bacias hidrográficas com características diversas.

Um estudo sobre a gestão dos recursos hídricos chineses foi baseado na tese de doutorado de Guangyu Wang (2009), cujo título é *Integrated Watershed Management: China-Wide Analysis and a Case Study in the Min River Basin, Fujian*, um estudo de caso, que teve como objetivo “entender a relação entre desenvolvimento econômico e proteção ambiental na China durante o período de transição social, política e econômica” (WANG, 2009, p. 13), com intuito de atender às necessidades do governo local, que pretendia tornar-se uma “eco-província”. O trabalho discutiu a gestão das bacias e, com o exemplo da Bacia de *Fujian*, buscou prover o Governo Chinês de conhecimentos sobre técnicas e princípios de gerenciamento de bacias hidrográficas (WANG, 2009).

O autor reconhece similaridades na pesquisa e no gerenciamento dos recursos hídricos dos países, mas salienta para a importância que se deve dar para as diferenças culturais existentes em cada sociedade quando se implantam sistemas de gestão importados do Ocidente em localidades com “recursos naturais limitados e com as altas densidades populacionais e de desenvolvimento econômico acelerado” (WANG, 2009, p. 12).

Nesse sentido, no caso da China, o gerenciamento das bacias hidrográficas ocorre, conforme observa Wang, de forma mais centralizada que no Ocidente. O Governo Central é o grande responsável pelo gerenciamento e pelas ações de preservação das bacias hidrográficas. Entretanto, após a implementação dos Sistemas Domésticos de Responsabilidade, um programa onde o governo cede os direitos de propriedade e de gestão aos agricultores, eles passaram a ser a força central na gestão das bacias hidrográficas, formando diferentes modelos de gestão adaptados às condições locais específicas. Para garantir o sustento da população, aliado à preservação ambiental, o governo desenvolveu programas de combate à pobreza e desenvolvimento rural aliados à preservação ambiental. Com isso, a “gestão de bacias hidrográficas foi se tornando um aspecto central dos esforços de reconstrução ambientais na China” (WANG, 2009, p. 25).

O autor compreende as bacias hidrográficas como “sistemas holísticos, onde as questões sociais, culturais, econômicos e ambientais interagem” (WANG, 2009, p. 13), como anteriormente mencionado o que, de acordo com o autor, garante a integração entre políticas envolvendo a política florestal e os programas nacionais de luta contra inundações, os padrões do uso da terra, as mudanças ocorridas no leito dos rios da bacia estudada, entre outras políticas.

O Rio *Min*, objeto de estudo de Wang (2009), é um dos maiores rios chineses e às suas margens vivem aproximadamente 12 milhões de pessoas que utilizam seus recursos de formas múltiplas, tais como produção agrícola e fornecimento de água potável, tendo a exploração das florestas como ponto de destaque, foco do estudo, havendo forte produção de madeira, além da recepção dos dejetos de duas das principais indústrias de papel e celulose daquele país.

Durante o estudo realizado por Wang, foram detectadas dificuldades relativas ao sistema de governança chinês das águas relacionadas à baixa participação social nos processos decisórios, assim como o desequilíbrio entre o crescimento populacional e econômico com a utilização sustentável dos recursos naturais e resistência às mudanças no âmbito governamental. Por outro lado, Wang (2009) também identificou significativos esforços por parte do governo em reduzir os impactos inerentes ao desenvolvimento econômico que afetam a gestão dos recursos hídricos.

### 2.1.2 A Política dos Recursos Hídricos no Brasil

A política de recursos hídricos no Brasil teve seus antecedentes no início do século XX, com a criação da Comissão de Estudos de Forças Hidráulicas, do Serviço Geológico e Mineralógico do Ministério da Agricultura os quais, em conjunto com a Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), iniciaram a discussão sobre a “formulação de normas de regulamentação da propriedade e aproveitamento dos cursos d’água em todo o território nacional” (CASTRO, C., 2012, p. 40). Em 1907, foi criada uma subcomissão organizada pelo jurista Alfredo Valladão que visava promover a criação do Código de Águas, que viria a ser aprovado apenas em 1934 (CASTRO, C., 2012). Assim, a década de 1930 configura o marco legal da política dos recursos hídricos no Brasil. Caracteriza-se essa década pelo modelo centralizador e burocrático, do Estado evoluindo nas décadas seguintes “para um modelo essencialmente pautado pela supremacia do setor elétrico, principalmente durante o período de vigência do Código das Águas, estabelecido em 1934” (ANA, 2012, p. 98).

Isso significa, na interpretação de Castro (2012), que os primeiros passos na regulação hídrica no Brasil têm caráter político, visando ao combate à seca no semiárido nordestino, mas a força do crescimento industrial ocorrido a partir da década de 1930, e bastante evidenciada entre 1945 e 1980, época em que empresas de capital estrangeiro dominavam o cenário hidrelétrico brasileiro, ganhou evidência e adquiriu hegemonia nos assuntos hídricos. O Código de Águas, promulgado em 1934 “tinha, como objetivo geral, estabelecer regras de controle federal para o aproveitamento dos recursos hídricos, principalmente com fins energéticos” (CASTRO, C., 2012, p. 40), tendência também constatada por Castro (2008):

Desde a década de 20 até os anos 1980 o grande mandatário da regulação hídrica no Brasil foi o setor de geração hidrelétrica. No período compreendido entre o Código das Águas de 1934 e a Constituição Federal de 1988, a maior parte dos marcos regulatórios da gestão das águas no Brasil

esteve a cargo do setor elétrico. Em 1965, foi criado o Departamento Nacional de Águas e Energia – DNAE (Lei no 4.904) que, com suas comissões regionais vinculadas ao Ministério de Minas e Energia, estabeleceu competências para elaboração, direção, coordenação e controle dos programas de governo no que se refere aos setores energéticos e ao uso da água no país. Mais tarde denominado Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica – DNAEE (Decreto 63.951/68), este departamento, com seus estudos e diagnósticos, chegou a subsidiar o Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, nos anos 1980, na construção dos critérios para classificação das águas do país (Resolução CONAMA 20/1986). (CASTRO, K., 2008, p 17).

A gestão da política de recursos hídricos no Brasil, considerada como “excessivamente verticalizada e burocrática até final dos anos 1980” (SILVA, 2011, p. 182) foi inspirada no modelo francês, como anteriormente abordado. A grande diferença nesse momento é que o modelo francês incorpora a participação da sociedade desde 1964 delimitando territórios para o gerenciamento nas águas com base nas bacias hidrográficas no país. Como o Brasil vivia um momento político contrário à participação social nessa época, somente a partir da Constituição de 1988 a gestão das águas passa a ser de responsabilidade da União e estados. Essa nova situação abre possibilidades de participação, entendida como fator democratizante dessa política, como será melhor detalhado no próximo capítulo.

Somente após a promulgação da Constituição de 1988, que estabelece o Sistema Nacional de Recursos Hídricos, o setor hidrelétrico perde sua hegemonia e a discussão sobre os recursos hídricos toma novos caminhos (CASTRO, K., 2008), os quais serão analisados adiante. A partir daí, a gestão dos recursos hídricos brasileiros avançou para “um paradigma caracterizado pela inserção da perspectiva ambiental e baseado em um modelo ‘sistêmico’ de governança e princípios modernos de gestão, tais como: interdisciplinaridade, multissetorialidade, integração, descentralização e participação” (ANA, 2012, p. 98).

O Artigo 21, inciso XIX da Constituição Federal de 1988 determina a competência da União para “instituir o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e definir critérios de outorga de direitos de seu uso” (BRASIL, 1988, p. 15). De acordo com Carneiro e Britto (2009), os objetivos do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SNGRH) são coordenar a gestão dos recursos hídricos, integrando a outros setores da economia, arbitrar os conflitos relacionados à água, implementar a Política Nacional de recursos hídricos, gerir no uso, a cobrança e a recuperação desses recursos, dentre outros.

O SNRH foi regulamentado com a promulgação da Lei 9.433/97 (BRASIL, 1997), “um dos mais completos marcos regulatórios voltados para o gerenciamento dos recursos hídricos no cenário internacional” (CARNEIRO; BRITTO, 2009, p 597), o que insere o Brasil entre os países com a legislação mais avançada em termos de recursos hídricos (PORTO; PORTO, 2008). No quadro a seguir estão resumidos os principais objetivos, princípios, organização e instrumentos de gestão inseridos pela referida lei, chamada Lei das Águas, já incluindo as leis complementares:

## Quadro 1: Principais Elementos da Lei das Águas de 1997 e Legislação Complementar

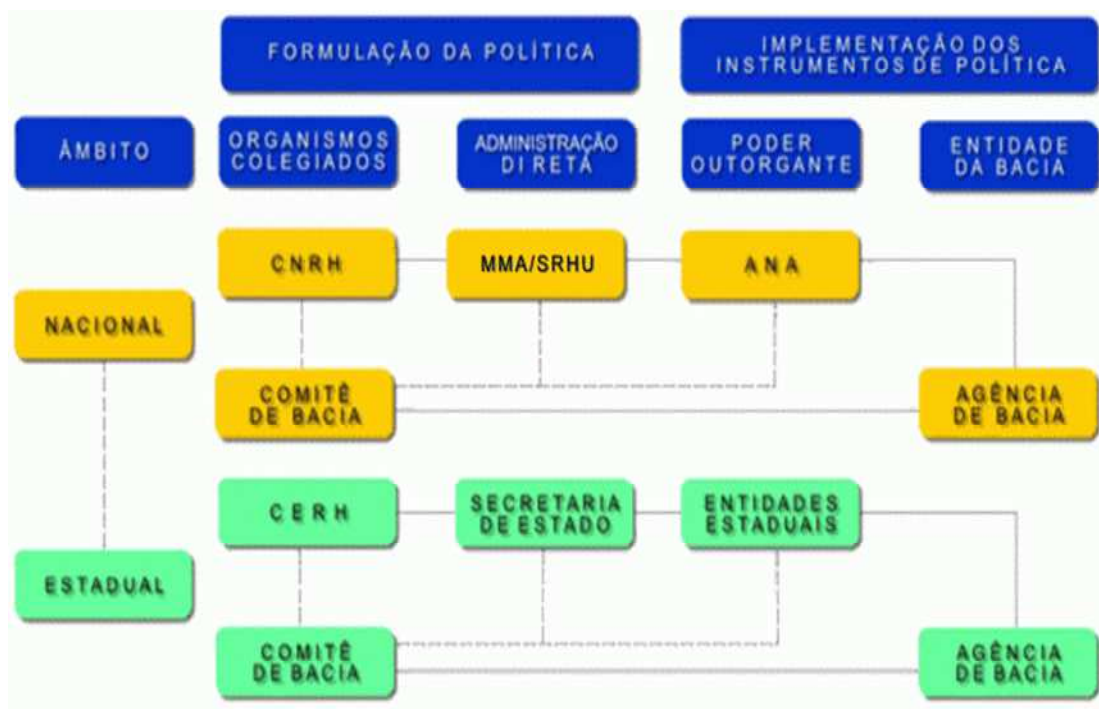
<b>Objetivos da Política Nacional de Recursos Hídricos:</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>• Assegurar à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de água, em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos.</li><li>• A utilização racional e integrada dos recursos hídricos, com vistas ao desenvolvimento sustentável.</li></ul>
<b>Princípios:</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>• Reconhecimento da água como um bem público, finito e vulnerável, dotado de valor econômico.</li><li>• Necessidade do uso múltiplo das águas.</li><li>• Adoção da bacia hidrográfica como unidade de planejamento.</li><li>• Participação do poder público, dos usuários e da sociedade civil no processo de tomada de decisão.</li></ul>
<b>Organização :</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>• Conselho Nacional (CNRH)/Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos: organismos políticos responsáveis pela supervisão, normatização e regulação do Sistema Nacional/Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos.</li><li>• Secretaria de Recursos Hídricos (SRH/MMA): responsável pela formulação da Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH).</li><li>• Agência Nacional de Águas (ANA): responsável pela implementação da PNRH.</li><li>• Órgãos gestores estaduais e agências ambientais envolvidas com a gestão das águas: responsáveis pela formulação e/ou implementação da Política Estadual de Recursos Hídricos.</li><li>• Comitê de bacia: organismo político de tomada de decisão quanto à utilização, proteção e recuperação das águas, envolvendo Poder Público, usuários e sociedade civil.</li><li>• Agências de água ou de bacia: braço executivo dos comitês de bacia.</li></ul>
<b>Instrumentos de gestão:</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>• Enquadramentos dos corpos de água em classes de uso.</li><li>• Planos de bacia, planos estaduais e Plano Nacional de Recursos Hídricos. (*)</li><li>• Outorga de direitos de uso dos recursos hídricos.</li><li>• Cobrança pelo uso da água bruta. (*)</li><li>• Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos (*)</li></ul>

Fonte: **Serrichio et al. (2005, p 10)**

(\*) Instrumentos introduzidos pela lei federal e pelas leis estaduais das águas. Os outros instrumentos já existiam, mas não funcionavam como planejado ou foram consideravelmente modificados pelas leis das águas.

Dentre as leis complementares à Lei 9433/97, pode-se destacar a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, que cria a ANA (Agência Nacional de Águas), posteriormente regulamentada pelo Decreto nº 3.692, de 19 de dezembro de 2000. A criação da Agência Nacional de Águas (ANA), vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, teve como objetivo concretizar a reformulação no setor de recursos hídricos, que propôs a implantação do Sistema Nacional de Recursos Hídricos, culminando com a criação da Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH). A Lei 9.433/97 também cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH), representado na figura a seguir:

**Figura 1: O Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos**



Fonte: Ministério do Meio Ambiente (2012)

A criação da ANA veio atender a um projeto ambiental voltado para as águas, baseado no modelo francês que, desde 1997, com a implantação da Lei 9.433/97 (BRASIL, 1997), vem dando forma ao Sistema de Recursos Hídricos brasileiro. A referida lei representou uma inovação para a gestão dos recursos hídricos, pois, a partir dela, adotam-se a bacia hidrográfica como unidade de planejamento, os usos múltiplos da água, o reconhecimento da água como um bem público coletivo finito e vulnerável, o reconhecimento do valor econômico da água e a gestão descentralizada e participativa. E como instrumentos de gestão, surgem os Planos de Recursos Hídricos, o enquadramento dos corpos d'água em classes de usos preponderantes, a outorga de Direito de Uso dos Recursos Hídricos, a cobrança pelo uso da água e o Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos (BRASIL, 1997).

Na época da consolidação do Sistema Nacional de Recursos Hídricos também se configurava uma importante transição de poder no Brasil, culminando com a eleição presidencial de Luis Inácio Lula da Silva (Lula) em 2002, que representava uma ruptura política em relação ao período imediatamente anterior (DINIZ, 2011). Começa então, a surgir no Brasil uma nova estratégia de crescimento, denominada por alguns autores como “novo desenvolvimentismo”, que preconiza que o desenvolvimento abrange o fim de fontes de privação de liberdade, “tais como a tirania e a pobreza, a carência de oportunidades econômicas, a destituição social sistemática, a negligência de oferta de serviços públicos essenciais (em saúde, educação, saneamento básico) e a insegurança econômica, política e social” (BRESSER-PEREIRA; DINIZ, 2009, p. 98). Esta nova estratégia de desenvolvimento impulsiona a consolidação do Sistema Nacional de Recursos Hídricos, uma vez que a posse de Lula em 2003 trouxe “expectativas e novo ânimo na gestão política do combalido setor de saneamento brasileiro” (CORDEIRO *et al.*, 2011).

Com intuito de sintetizar e ao mesmo tempo mostrar uma visão geral das distintas abordagens teóricas e modelos de gestão dos recursos hídricos identificados na literatura internacional, construiu-se um quadro que permite resgatar a fundamentação teórica do estudo procurando situar o leitor quanto às eventuais influências dos modelos de outros países na gestão da política pública dos recursos hídricos vigente no Brasil.



**Quadro 2: Resumo das Experiências Internacionais e Brasileira na Política Pública de Recursos Hídricos**

PAÍS	AUTORES	RAZÃO DA CRIAÇÃO	MARCO REGULATÓRIO	MODELO DE GESTÃO	TRAÇOS QUE INFLUENCIARAM A POLÍTICA BRASILEIRA
FRANÇA	Nunes Junior (2007) Campos (2013) Leal (1997)	Perspectiva de degradação hídrica	Lei das Águas de 1964 Lei complementar de 1992	- Divisão em bacias hidrográficas; - Órgão colegiado; - Agências de água; - Cobrança pelo uso da água;	Foi a base para a política brasileira
INGLATERRA E PAÍS DE GALES	Nunes Junior (2007)	- Influência do movimento neoliberal; - Necessidade de altos investimentos; - Ajuste no sistema	1ª fase: Lei de 1973 2ª fase: Lei das Águas ( <i>Water Act</i> ) de 1989	1ª fase - Autoridades regionais de água, dirigido por um conselho de administração nomeado por setores da economia, responsável pela cobrança pelo uso; 2ª fase - Cobrança centralizada o governo central	O usuário pagador
ALEMANHA	Nunes Junior (2007)	Escassez da água	Lei de Recursos Hídricos de 1957 Reformulação da lei em 1986	O governo central define as políticas básicas e os estaduais detalham as normas e são responsáveis pela cobrança	A forma partilhada entre União e Estados de definição das políticas.
JAPÃO	Egler (2012)	Melhoria das águas de lagos, reservatórios e zonas costeiras	Não identificada uma lei específica para gestão dos recursos hídricos	Gestão intemistrial, com autonomia de governos locais na definição de normas	Não houve influencia
CANADÁ	Baril <i>et al.</i> (2006)	A água é considerado um bem público e o governo tem reponsabilidade de regulamentar seu uso	Política das Águas de Quebec de 2002	Estruturas participativas e descentralizadas conhecidas como Organizações de Bacias	Essa política também foi baseada na francesa
EUA	Zoltay <i>et al.</i> (2010)	Não localizada no trabalho	O trabalho não expõe uma lei federal para gestão dos recursos hídricos	O sistema de gerenciamento considera que o gerenciamento em um ponto da bacia afeta todo o sistema hídrico.	A percepção de que a gestão integrada envolve outras políticas
CHINA	Wang (2009)	Redução da disponibilidade hídrica e catástrofes naturais	Lei da água criada em 1998 e alterada em 2002 em atendimento à Agenda 21	O Governo Central é o grande responsável pelo gerenciamento e pelas ações de preservação das bacias hidrográficas. Entretanto, após a implementação dos Sistemas Domésticos de Responsabilidade, um programa onde o governo cede os direitos de propriedade e de gestão aos agricultores	Não houve influencia, mas comenta sobre a integração da gestão e a influência entre bacias hidrográficas
BRASIL	Serrichio <i>et al.</i> (2005) Castro (2008) Porto e Porto (2008) Diniz (2011) Bresser Pereira e Diniz (2009) Diniz (2011) Cordeiro <i>et al.</i> (2011) Castro (2012) ANA (2012) MMA (2012)	Conscientização sobre necessidade de preservação hídrica e atendimento à AGENDA 21	Constituição de 1988; Lei das Águas (9.433) de 1997 Lei 9.948/2000	CNRH SRH ANA Órgãos Gestores Estaduais Comitês de Bacia Hidrográfica Agências de Bacia	N/A

Fonte: O pesquisador com base em pesquisa bibliográfica.

## 2.2 Gestão da Política Pública de Recursos Hídricos

O Ministério das Minas e Energia (MME) buscou incentivar, a partir de 1976, a descentralização das atividades de gestão hídrica. A criação de comitês de bacia de caráter consultivo na região sul do país configurou a fase embrionária dos atuais comitês de bacia hidrográfica, apontando para dois aspectos importantes: 1) a coesão política entre os usuários das águas, os municípios e o estado e 2) o deslocamento da motivação, dos objetivos pontuais e políticos para o consenso social, e das iniciativas para criação das unidades de gestão, do Estado para a sociedade, por meio de suas legítimas representações (CASTRO, K., 2008).

A partir dos anos 1980, com o processo de abertura política e econômica, o Brasil passou por profundas reformulações quanto ao posicionamento político e econômico (DINIZ, 2001; 2011), privilegiando, a partir dos anos 1990, o modelo de regulação através de Agências Reguladoras, de setores considerados estratégicos. A criação destas agências está relacionada com o processo de redução da função estatal no cenário econômico, assim como a intenção de garantir flexibilização da gestão pública (PECI, 2007).

A implementação da Política de Recursos Hídricos e o Sistema de Recursos Hídricos no Brasil não são processos isolados do mundo, sendo inclusive recomendados por organismos internacionais ao estabelecer marcos regulatórios. Carneiro e Britto (2009) ressaltam que as conferências internacionais sobre o tema tiveram considerável contribuição na inserção do conceito de desenvolvimento e utilização sustentável das águas na agenda das nações.

Assim temos a ONU, por meio da Declaração de Dublin e da Agenda 21; o Banco Mundial em 1993 com a *Policy Paper on Water Resources Management*; o *Global Water Partnership* em 1996; o *Conseil Mondial de l'Eau* em 1996, entre outros (CASTRO, K., 2008 p. 27).

Esses organismos vêm, ao longo das décadas, recomendando políticas homogêneas para os países, mas sem levar em consideração suas especificidades políticas, culturais, econômicas, entre outras características próprias para a implementação da Gestão dos Recursos Hídricos nestes países. Como exemplo desta inadequação, Wang (2009) resalta o caso da China, que enfrentou grandes dificuldades em implementar os sistemas de gestão adaptados para países ocidentais. De fato, a gestão integrada dos recursos hídricos demanda “mudança de paradigmas no planejamento, tanto na esfera pública, como na privada” (CARNEIRO; BRITTO, 2009, p. 597), enfrentando diversos desafios de articulação e integração.

A gestão da Política Pública de Recursos Hídricos é “a forma pela qual se pretende equacionar e resolver as questões de escassez relativa dos recursos hídricos” (BARTH, 1987, p. 12). E essa escassez traz a necessidade de intervenção governamental na gestão deste finito recurso natural. Como esclarecido anteriormente, há uma tendência nas sociedades democráticas de descentralização nas tomadas de decisões, o que torna o sistema brasileiro legitimado, uma vez que há participação popular validada e regulamentada pela legislação vigente.

Antes da década de 1990, a gestão dos recursos hídricos ocorria de forma fragmentada entre os diversos setores usuários existentes, tais como hidroenergia, saneamento básico e

agricultura, entretanto sem a visão integrada desta política com os demais usos. O crescimento populacional e o modelo de desenvolvimento econômico brasileiro focado no desenvolvimento industrial com o uso intensivo de matéria-prima provocaram aumento pela demanda e conseqüente aceleração da degradação dos recursos naturais. Isso acarretou na degradação dos recursos hídricos existentes e na necessidade de maior quantidade para o consumo. Como conseqüência, o governo Federal e os estados instituíram suas políticas de gestão integrada dos recursos hídricos, tendo os estados regulamentado as leis das águas entre 1991 e 2007, e a União em 1997, com a Lei 9.433/97 (SANTOS; FORMIGA-JOHNSSON, 2012).

A gestão da política dos recursos hídricos no Brasil se iniciou com a promulgação da Lei 9.433/97 (BRASIL, 1997), que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) e cria o Sistema Nacional de Gestão de Recursos Hídricos (SNGRH). A política se fundamenta por seis premissas que seguem:

- I. Domínio público da água;
- II. Reconhecimento do valor econômico e limitado do recurso;
- III. Priorização ao consumo humano e dessedentação animal, no caso de escassez;
- IV. Utilização múltipla dos recursos hídricos;
- V. Divisão em bacia hidrográfica para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos;
- VI. Descentralização e participação do Poder Público, usuários e comunidades na gestão dos recursos hídricos.

O Sistema Nacional de Recursos Hídricos tem como órgãos integrantes: O Conselho Nacional de Recursos Hídricos, a Agência Nacional das Águas (ANA), os Conselhos de Recursos Hídricos dos Estados e do Distrito Federal (DF), os Comitês de Bacia Hidrográfica e órgãos dos poderes públicos nos três âmbitos (municipal, estadual e federal) (BRASIL, 1997).

O Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) é composto por integrantes dos Ministérios e Secretarias da Presidência da República que atuam na gestão e no uso das águas, os representantes dos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, usuários e representantes de organizações civis. Tem como competências a promoção da articulação do planejamento dos recursos hídricos entre as regiões, estados e setores usuários, arbitrar sobre conflitos entre os Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, deliberar sobre os projetos que tenham efeitos em mais de um estado, deliberar sobre questões encaminhadas pelos Conselhos Estaduais ou Comitês de Bacia, avaliar alterações na legislação e políticas vinculadas ao tema, complementando-as quando pertinente, acompanhar a execução do Plano Nacional de Recursos Hídricos, estabelecer critérios para outorga e cobrança pelo uso da água e atuar na Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB) (BRASIL, 1997).

Para atuar como órgão executor do CNRH, foi criada, pela Lei 9.984/2000, a Agência Nacional de Águas (ANA), considerada uma autarquia sob regime especial, com autonomia financeira e administrativa. Ligada ao Ministério do Meio Ambiente, tem por finalidade a implementação da Política Nacional dos Recursos Hídricos.

No âmbito da bacia hidrográfica, a Lei 9.433/97 dispõe dos Comitês de Bacia Hidrográfica, que são órgãos colegiados compostos por integrantes da União, Estados, DF e municípios vinculados ao território abastecido pela bacia destas águas, usuários dos recursos

hídricos e representantes da população da bacia hidrográfica. Aos comitês compete a promoção do debate de questões vinculadas aos recursos hídricos, a solução de conflitos em primeira instância, a aprovação e o acompanhamento da execução do Plano de Recursos Hídricos para a Bacia, o estabelecimento dos valores a serem cobrados pelo uso da água e a aprovação do plano de aplicação dos recursos arrecadados na bacia hidrográfica.

A Lei 9.433/97 institui, para a gestão da bacia, os seguintes instrumentos:

- I. Planos de Recursos Hídricos;
- II. Enquadramento dos corpos de água em classes de usos preponderantes;
- III. Outorga dos direitos de uso;
- IV. Cobrança pelo uso das águas;
- V. Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos.

Apesar de inovador, o modelo de gestão recebe críticas. Porto e Porto (2008) alertam sobre as dificuldades de implementação e os riscos da má administração na Política Pública em questão:

A Lei n. 9.433/97 iniciou a implantação da gestão integrada das águas no Brasil. Esse conceito, apesar de amplamente aceito, é de alta complexidade e encontra inúmeras dificuldades para sua implantação. O conceito de descentralização da gestão para o nível local e as necessidades de articulação que a gestão por bacias hidrográficas exige estão ainda dependentes de uma enorme evolução institucional do país. A contribuição essencial dessa lei para o país é sua contribuição para um novo paradigma de gestão de um bem de uso comum, cuja má administração pode trazer efeitos bastante perversos para toda a sociedade brasileira (PORTO; PORTO, 2008, p. 58).

Outros autores também vêm identificando pontos conflituosos neste modelo. Castro (2008) identifica que a participação popular nos processos decisórios vem sendo restringida pelo próprio aparato legal do Estado. Outros autores evidenciam desigualdades e assimetrias de poder existentes nos Comitês de Bacia (VICTORINO, 2003; ABERS *et al.*, 2009; SAITO, 2011), o que demonstra necessidade de rediscussão dos papéis dos atores na gestão integrada da Política Pública em questão, para sua maturação.

Entretanto, nem todos os autores pensam da mesma forma. Santos e Formiga-Johnsson (2012), acreditam que em termos de participação, os resultados esperados com a implantação da Lei 9.433/97 e a instituição das políticas estaduais de gestão de recursos hídricos têm sido considerados proveitosos, pois se identifica a participação do governo, da sociedade e de usuários no âmbito dos comitês. Entretanto, de acordo com as autoras, um dos maiores problemas está na dificuldade e lentidão que ocorre a implementação das leis, com resultados ainda modestos quando se aborda aspectos dessa política, como proteção e recuperação dos recursos hídricos.

Vários outros questionamentos vem sendo apresentados nos estudos sobre os comitês. Estudos recentes argumentam se efetivamente há representatividade e participação de todos os segmentos da sociedade na dinâmica de articulação dos Comitês de Bacia, criados para estimular a integração entre os diversos setores da sociedade, gerando a rede de políticas públicas, e se a integração desejada traria resultados inovadores e democratização para a gestão dos recursos hídricos. Questiona-se também se, na atuação dos comitês, apenas há legitimação de decisões dos atores mais organizados nos processos de governança da água em

detrimento de outros atores (COSTA, 2012; ABERS, 2007; JACOBI, 2005; ABERS; KECK, 2008).

Estes questionamentos são pertinentes, uma vez que historicamente a trajetória das relações entre Estado e sociedade civil no Brasil vem ocorrendo de maneira particular, ressaltando-se a forma paternalista e autoritária que perpassa a “condução da dinâmica sociopolítica e/ou da modernização do país” na visão de Moura e Silva (2008, p. 45) e a presença da sociedade civil, muito comumente assumindo, para estes autores, o papel de mero coadjuvante no que concerne à sua iniciativa na execução das políticas públicas.

### **2.3 A Gestão Integrada**

Gestão integrada tem sido objeto de estudo de autores de vários campos disciplinares, conforme apontado na introdução deste trabalho. Contudo, para que se compreenda o conceito de gestão integrada, faz-se necessário resgatar sua concepção a partir da lei francesa, que inaugurou a discussão sobre o tema e, a partir daí, apresentar os principais documentos e discussões ocorridas no Brasil, assim como as definições dos pesquisadores estudados nessa dissertação, até se chegar à noção mais apropriada para a presente pesquisa.

A Lei das Águas francesa, promulgada em 1964, provocou uma mudança de paradigma sobre o tema, pois promoveu a discussão sobre o gerenciamento integrado dos recursos hídricos por diversas camadas da sociedade, tais como políticos, usuários dos recursos hídricos e a coletividade (LEAL, 1997). Com isso, o modelo proposto foi difundido pelo mundo após sua implantação em seu país de origem (CAMPOS, 2013), gerando estudos para adaptações às realidades de diversos países.

O paradigma da gestão integrada dos recursos hídricos começou a ser amplamente discutido no mundo a partir de meados da década de 1970 e a discussão teve início no Brasil em 1983, no Seminário Internacional de Gestão dos Recursos Hídricos, ocorrido no período de 21 a 25 de março daquele ano. A partir de então, esse tema ganhou notoriedade e espaço para discussão nos simpósios realizados pela Associação Brasileira de Recursos Hídricos (ABRH), entidade técnica formada em sua maioria por engenheiros hidráulicos, que acolheu alguns princípios do modelo francês e os complementou com outros, apropriados para a realidade brasileira, que posteriormente viria a servir de base para a Lei das Águas (CAMPOS, 2013).

Como resultado, uma das primeiras e mais importantes discussões no Brasil com intuito de buscar um consenso sobre a modernização da política hídrica brasileira foi o Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos, ocorrido em 1989, que teve como resultado a Carta de Foz do Iguaçu (CAMPOS, 2013), emitida pela Associação Brasileira de Recursos Hídricos (ABRH). Dentre os princípios da Carta de Foz do Iguaçu citam-se os seguintes princípios básicos:

1. O gerenciamento dos recursos hídricos deve ser integrado, sem dissociação dos aspectos quantitativos e qualitativos, considerando as fases aérea, superficial e subterrânea no ciclo hidrológico.
2. A unidade geográfica básica a ser adotada para o gerenciamento dos potenciais hídricos é a bacia hidrográfica;

3. A água, como recurso limitado que desempenha importante papel no processo de desenvolvimento econômico e social, é um bem econômico: a) a cobrança pelo uso da água é entendida como fundamental para racionalização do seu uso; b) o uso da água para fins de diluição, transporte e assimilação de esgotos urbanos e industriais, por competir com outros usos, deve ser também objeto de cobrança.

4. A legislação complementar à Constituição Federal e as Constituições Estaduais deve adotar o princípio de gestão integrada de recursos hídricos. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RECURSOS HÍDRICOS, 1989, p. 1).

No trecho acima se observa que a ABRH considerou que gestão integrada é apenas a ação direta sobre a utilização dos recursos hídricos, sendo desprezada sua transversalidade sobre outras atividades.

Ainda nesse documento, quando se especificam os objetivos da Política Nacional de Recursos Hídricos, fica explícita apenas a regulamentação na utilização direta dos usuários dos recursos hídricos, como pode ser observado a seguir:

(...) identificar a potencialidade e promover a utilização racional dos recursos hídricos, em termos de quantidade a **todos os usos e usuários** (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RECURSOS HÍDRICOS, 1989 p. 2, grifo nosso);

Na sequência consta que outro objetivo relevante da Política Nacional de Recursos Hídricos é o incentivo à multiplicidade da utilização das águas. Lá se pode inferir a existência de outra modalidade de usuário, senão o diretamente ligado às atividades hídricas. Essa multiplicidade sugere uma inter-relação entre a Política Nacional de Recursos Hídricos e outras políticas públicas:

(...) fomentar as oportunidades de aproveitamento de recursos hídricos para múltiplas finalidades de abastecimento das populações, dos animais, das indústrias, controle ambiental, irrigação, produção de energia elétrica, navegação, piscicultura, **recreação e outras** em contextos de planos de desenvolvimento regional integrado e com rateio de custos das obras entre os setores beneficiados (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RECURSOS HÍDRICOS, 1989 p. 2, grifo nosso);

Um dos documentos mais importantes que abordam o assunto Gestão Integrada dos Recursos Hídricos é a Agenda 21, elaborada na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), conhecida como Rio 92, realizada pela ONU no Rio de Janeiro, onde compareceram representantes de 179 países que acordaram em um documento estratégias e compromissos sobre o assunto "Desenvolvimento Sustentável".

A Agenda 21 aborda em seu 18º Capítulo, intitulado "Proteção da qualidade e do abastecimento dos recursos hídricos: aplicação de critérios integrados no desenvolvimento, manejo e uso dos recursos hídricos", os temas preservação e integração da gestão dos recursos hídricos. Nesse capítulo, o termo "integração" é citado várias vezes e considera-se a água como "parte do ecossistema e um recurso natural e bem econômico e social cuja quantidade e qualidade determinam a natureza de sua utilização" (MMA, 1992, p. 2). Para atender a esses objetivos, recomenda a Agenda 21:

1. Proteger sistematicamente os recursos hídricos, abordando vários setores, considerando aspectos socioeconômicos, ambientais e sanitários;
2. Planejar a utilização sustentável dos recursos hídricos, priorizando as necessidades básicas da comunidade;
3. Promover ampla participação nos projetos e programas economicamente eficientes;
4. Garantir a promoção do progresso social e o crescimento econômico sustentável (MMA, 1992).

Esse documento reconhece a ação de não usuários diretos de recursos hídricos, assim como consequências que devem ser combatidas por sua ação. Controles de enchentes e de sedimentação, por exemplo, dependem de ações tais como planejamento urbano ou reflorestamento. A Agenda 21 sinaliza claramente que há outras políticas que fazem interface com a gestão hídrica:

A escassez generalizada, a destruição gradual e o agravamento da poluição dos recursos hídricos em muitas regiões do mundo, ao lado da implantação progressiva de atividades incompatíveis, exigem o planejamento e manejo integrados desses recursos. [...] Deve-se reconhecer o caráter multissetorial do desenvolvimento dos recursos hídricos no contexto do desenvolvimento socioeconômico, bem como os interesses múltiplos na utilização desses recursos para o abastecimento de água potável e saneamento, agricultura, indústria, **desenvolvimento urbano**, geração de energia hidroelétrica, pesqueiros de águas interiores, transporte, **recreação, manejo de terras baixas e planícies e outras atividades** [...]. No entanto, deve-se dar prioridade às medidas de prevenção e **controle de enchentes**, bem como ao **controle de sedimentação**, onde necessário (MMA, 1992, p. 1, grifos nossos).

O Cap. XVIII da Agenda 21 segue reforçando que a água deve ser considerada “parte integrante do ecossistema” (MMA, 1992, p. 2) e que seu manejo deve ser integrado a “aspectos relacionados à terra e à água, deve ser feito ao nível de bacia ou sub-bacia” (MMA, 1992 p. 2), promovendo abordagem multissetorial do manejo e planejando a utilização ecológica e economicamente sustentável e racional dos recursos hídricos, conforme necessidades das comunidades (MMA, 1992).

A partir de então, começam a se delinear políticas para a criação de Políticas Públicas para a Gestão Integrada dos Recursos Hídricos, que veio a culminar com a promulgação da lei brasileira de gerenciamento de recursos hídricos, a Lei 9.433/97, conhecida como Lei das Águas.

A Lei 9.433/97 (BRASIL, 1997), no seu Capítulo III, ao constituir as diretrizes gerais para a Política Nacional de Recursos Hídricos, sugere vários tipos de integração da gestão das águas, com a gestão ambiental, com os setores usuários, com os estados e regiões, com o uso do solo e com os sistemas estuarinos e zonas costeiras, mas, somente no Artigo 32, quando cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, utiliza a expressão “Gestão Integrada” (BRASIL, 1997).

Por força legal, a integração da política de recursos hídricos com as políticas ambientais é de responsabilidade dos governos federal e estaduais, conforme disposto nos Artigos 29 e 30 da Lei 9.433/97 (BRASIL, 1997), enquanto que se define como de responsabilidade dos poderes executivos municipais a “integração das políticas locais de saneamento básico, de uso, ocupação e conservação do solo e de meio ambiente com as políticas federal e estaduais de recursos hídricos” (BRASIL, 1997, p. 33), ou seja, os municípios têm a obrigação de alinhar suas ações com as políticas de esferas maiores, mas não pode legislar sobre as águas, apenas detêm o poder de policiamento, assim como qualquer patrimônio da União ou Estado (NORONHA *et al.*, 2013). Essa situação expõe a responsabilidade dos municípios em gerir políticas que vão influenciar na gestão dos recursos hídricos sem que eles tenham o amparo legal para promover essa integração das políticas públicas.

Os estudos de Porto e Porto (2008) indicam que a única forma da gestão dos recursos hídricos interferir na gestão de ocupação territorial é por meio de incentivos, pois, como a Constituição delegou essa responsabilidade quase que exclusivamente aos municípios, e a gestão hídrica às outras esferas de governo, há dificuldade do setor de recursos hídricos interferir sobre as políticas municipais de ocupação do território.

Estudiosos da gestão integrada, como Tundisi (2008), Tucci (2008), Britto e Bessa (2009), Carneiro e Britto (2009), Carneiro *et al.* (2010), Noronha *et al.* (2013), discutem o sentido da integração na gestão, mostram o papel das cidades e suas atividades nessa integração, no que se refere às determinações contidas em planos diretores, leis de uso e ocupação do solo, zoneamentos, códigos de obras, parcelamentos do solo, políticas de regularização fundiária urbana, de uso das águas, incluindo os setores de habitação, transporte urbano, turismo e os ligados ao extrativismo, saneamento básico, entre outros. Ensinam os referidos autores que, para ser considerada integrada e sustentável, a gestão deve congrega diversas políticas públicas em torno daquela que se quer focar.

As dificuldades de se pôr em prática a gestão integrada das políticas públicas brasileiras tem preocupado os autores anteriormente mencionados, os quais vêm se dedicando à discussão dos paradigmas da gestão integrada e voltada para a política de recursos hídricos no Brasil e no mundo. Os autores chamam atenção a partir da promulgação da Lei das Águas francesa em 1964, um marco que futuramente viria a inspirar a legislação brasileira, incluiu alguns princípios e postulados, como a bacia hidrográfica como unidade territorial para a administração das águas, a cobrança pelo uso da água bruta e a administração com participativa dos usuários organizados em comitês de bacias. A gestão dos recursos hídricos deixa, portanto, de ser uma questão apenas de Governo, para se tornar de cunho participativo, pressupondo a articulação entre sociedade, governo e mercado na sua gestão (COSTA, 2012).

Como já mencionado na introdução deste trabalho, a gestão integrada é compreendida de diferentes formas pelos diversos autores. Há os que definem a gestão integrada como a integração multissetorial para a gestão dos recursos hídricos (BRITO; BARRAQUÉ, 2008); a democratização e participação na tomada de decisões (COSTA, 2012); a relação da bacia hidrográfica com a proteção de mananciais ou faixas marginais a uma bacia hidrográfica ou a integração de mais de uma bacia ou sub-bacia hidrográfica (BRITO; BARRAQUÉ, 2008); a gestão compartilhada entre diferentes esferas governamentais (NORONHA *et al.*, 2013).

Os autores acima também ressaltam a dicotomia entre a política de gestão de recursos hídricos e a política de gestão de serviços de saneamento ambiental, a que eles compreendem



como políticas indissociáveis, pois ambas abrangem ocupação urbana, utilização das águas para fins diversos, disposição de resíduos e seu impacto nos corpos d'água, a necessidade de um ordenamento jurídico-institucional e uma vasta gama de assuntos em que os recursos hídricos são tema transversal. Essa situação sugere, na visão dos autores, que as políticas públicas não são isoladas e, portanto, não devem ser tratadas de forma segmentada.

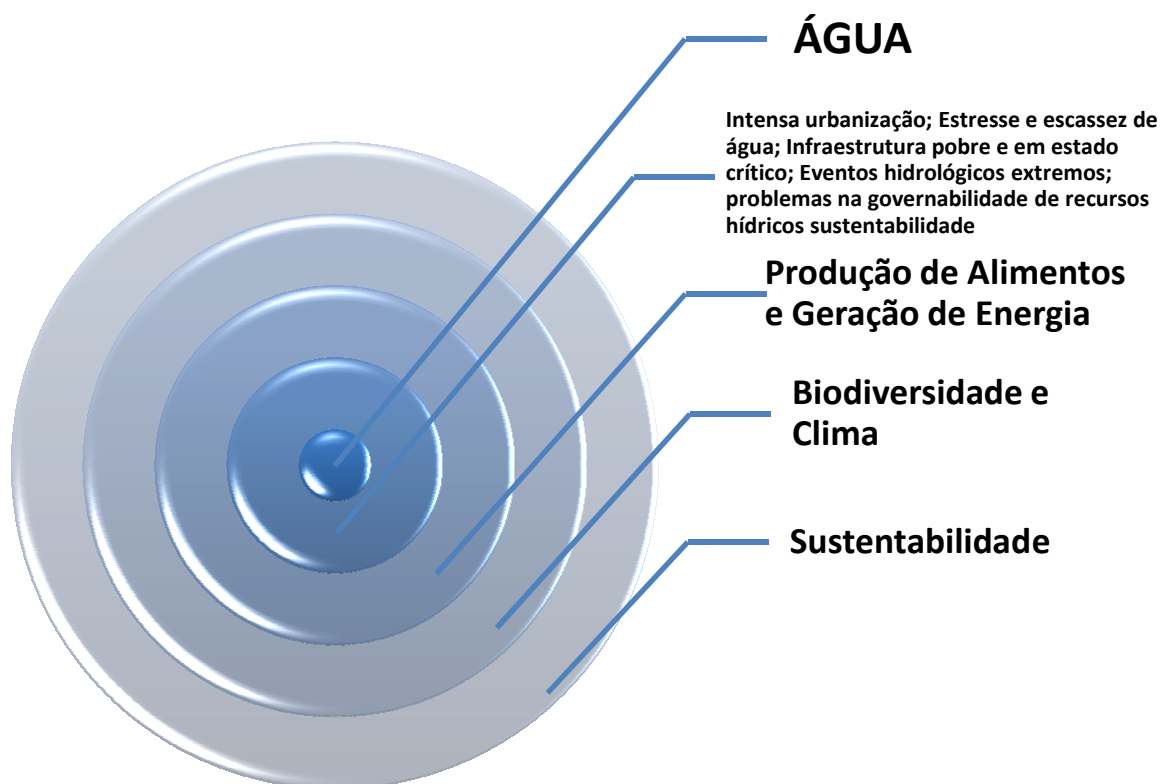
Uma importante noção sobre a gestão integrada, conforme mencionado na introdução dessa dissertação, é apresentada por Porto e Porto (2008) os quais reconhecem que a gestão de uma bacia hidrográfica deve envolver diversos aspectos para o uso dos recursos hídricos e a gestão ambiental, permitindo assim uma abordagem integrada entre os meios físico, social, econômico e cultural que envolvem a bacia hidrográfica. Isso significa que os autores sugerem uma inovação no sentido da integração da política de recursos hídricos com outras políticas, embora o seu estudo não aponte de que forma essa integração deve ocorrer.

Outro trabalho relevante para o entendimento da gestão integrada adotada nessa pesquisa foi realizado por Tundisi (2008), que discute o posicionamento de outros pesquisadores sobre a escassez e o estresse hídrico enfrentados na atualidade e conclui que há “necessidade de uma abordagem *sistêmica, integrada e preditiva* na gestão das águas” (TUNDISI, 2008 p. 7).

Segundo o mesmo autor, a gestão dos recursos hídricos afeta e é afetada por fatores diversos, tendo como as principais causas da “crise da água”: a) intensa urbanização; b) Estresse e escassez de água; c) infraestrutura pobre e em estado crítico; d) eventos hidrológicos extremos, e) falta de articulação e falta de ações consistentes na governabilidade de recursos hídricos e na sustentabilidade ambiental. Esse conjunto de problemas influencia diretamente na quantidade e qualidade das águas, colocando em risco o abastecimento, a alimentação e a saúde das pessoas, o que vem a afetar a qualidade de vida e o desenvolvimento econômico-social das populações (TUNDISI, 2008).

O autor afirma também que a bacia hidrográfica é uma unidade natural que permite a integração institucional, além de facilitar a união entre a pesquisa e o gerenciamento e que atualmente se identifica “uma transição para um gerenciamento em nível de *ecossistema* (bacia hidrográfica), *integrado* (integrando o ciclo de águas atmosféricas, superficiais e subterrâneas e integrando os usos múltiplos)” (TUNDISI, 2008, p.10). A figura a seguir ressalta a centralidade da água para outras atividades e para a manutenção da qualidade de vida.

**Figura 2 – A Centralidade da Água para Outras Atividades e para a Manutenção da Qualidade de Vida**



Fonte: Adaptado da Matriz de Componentes e Interações de Tundisi (2008, p. 8).

A problemática da gestão integrada já é observada também por entidades internacionais. Tundisi (2008) localizou uma iniciativa internacional para ampliação e aprofundamento de pessoas para se tornarem gestores de recursos hídricos com visão integrada e sistêmica. Trata-se de uma ação proposta pelo *InterAcademy Panel* (IAP), já adotada por seis países que iniciaram as discussões, promovendo seminários regionais, cursos e publicações. Em nível de Américas, as Academias de Ciências das Américas agrupadas em uma associação internacional, *InterAmerican Network of Academies of Sciences* (IANAS) vêm promovendo atividades resultando em diagnósticos, prognósticos e estratégias de gestão das águas nos países da Américas (TUNDISI, 2008).

Já na visão de Tucci (2008), a gestão integrada requer o envolvimento da população no sentido do seu próprio conhecimento e também de profissionais como engenheiros, arquitetos, urbanistas, planejadores, especialistas em meio ambiente, entre outros que atuam em políticas públicas de modo que a gestão de recursos hídricos se insira num contexto mais amplo do planejamento ambiental e urbano que venha a fortalecer a integração das políticas públicas na esfera municipal.

## **2.4 A Dimensão Relacional das Políticas Públicas e a Questão dos Atores Sociais.**

Tendo em vista a discussão teórica até então apresentada nessa pesquisa, achou-se pertinente resgatar a importância de discutir e elucidar a dimensão relacional das políticas públicas, uma vez o avanço das pesquisas sobre a gestão integrada remete a interligação entre as várias políticas. Um exemplo dessa interligação é a transversalidade.

A ação da política pública dos recursos hídricos influencia e é influenciada por outras políticas públicas, tais como a de resíduos sólidos, de saneamento, de uso e ocupação do solo, de energia, de transporte, entre diversas outras.

No bojo dessa transversalidade, ressalta-se a importância do papel dos atores sociais, responsáveis pela implementação e conhecedores de possíveis melhorias nas políticas implantadas.

O Brasil vivenciou, ao longo das décadas de 1980 e 1990, o desenvolvimento de fóruns, conselhos, comitês e parcerias que instituíram nos diversos níveis de governo e nas mais variadas áreas de atuação do Estado, canais institucionais abertos para a expressão política de atores e segmentos da sociedade civil. Esses atores por sua vez foram se articulando e construindo redes para criar e ampliar os seus espaços de participação no tocante às políticas públicas, estabelecendo relações específicas de acordo com as suas vinculações institucionais, sejam provenientes da sociedade civil, de órgãos governamentais, que representem o Estado, ou do setor privado, de setores que representam o mercado (DINIZ, 2001, 2011; PAES de PAULA, 2005).

Os modelos teóricos tradicionalmente usados na análise de políticas públicas dão atenção restrita à observação dos efeitos do processo de sua implementação, especialmente dos que decorrem da interação entre os distintos níveis administrativos e o contexto local, assim como nos chama atenção Lotta e Pavez (2010). A análise centra-se comumente na formulação e na tomada de decisão desses formuladores. A partir daí, o que ocorre nos distintos níveis administrativos da cadeia de formulação-implementação de uma política pública deixa de ser relevante em termos analíticos; e considera-se que a burocracia implementadora limita-se à execução do explicitamente formulado. De forma geral, a implementação se faz presente na teoria das políticas públicas como um âmbito meramente administrativo e deixa, portanto, de considerar importantes consequências das dinâmicas de implementação.

Carecemos, assim, de reflexões teóricas e estudos que expliquem as dinâmicas e os efeitos de todo o processo de formulação e implementação das políticas públicas, passando pelos diversos atores da cadeia dessas políticas até chegar à menor unidade do sistema de implementação. Nesse caso, o papel desses atores deve ser observado como de crucial importância não só nos processos decisórios como também na condução das políticas públicas, sejam elas de forma isolada ou em articulação. Do mesmo modo há lacunas sobre como as políticas se relacionam entre si nos processos de implantação, persistindo um espaço teórico e de estudos empíricos que iluminem o papel do processo de implementação e das práticas em seus distintos níveis administrativos e de esferas de atuação das políticas públicas, nos resultados das suas análises.

O sociólogo Norman Long (1992) defende que o enfoque teórico sobre atores sociais é oriundo da década de 1950 e 1960 da Sociologia do Desenvolvimento da Escola de

Manchester, associado aos estudos de 1945, 1958 e 1965 do antropólogo britânico Max Glukman e seus seguidores. De acordo com Long - ele mesmo sendo um teórico dessa Escola, o pioneirismo dos estudos sobre atores sociais advém da expertise analítica lá desenvolvida para lidar com pesquisas avançadas em etnografia, e, para tal, foi aprimorada nos estudos de caso, essa abordagem, da qual se apropriaram, conforme conta Long (1992), na década de 1980, outras Escolas como o Pós-estruturalismo e o Pós-modernismo, as quais se utilizam da Teoria da Ação Social por sua vez influenciada pela abordagem dos atores sociais.

A trajetória do enfoque teórico sobre os atores sociais mostra que atualmente este tem sofrido mudanças causadas por estudos críticos e aqui chamamos atenção à influência da hermenêutica crítica e da teoria das práticas sociais que tem o filósofo e sociólogo alemão Habermas como um dos principais representantes. Essa vertente teórica rompe com a visão positivista e tecnicista da pesquisa social mostrando que as realidades são plurais e devem ser compreendidas como processos sociais, com janelas abertas para os mais variados tipos de interferências, como o controle, a autoridade, o poder, o conflito, a manipulação e as práticas estratégicas enraizadas nas relações sociais. Como processos sociais, as realidades plurais também abrem espaço para absorver e retrabalhar modelos externos que permutam ideias e representações como modelos internos localizados (LONG, 1992).

A referida vertente pressupõe um alinhamento teórico metodológico, pois não é possível tratá-la como um “pacote de ferramentas metodológicas” dissociada do fio condutor que sustenta os pressupostos teóricos do estudo. Por essa razão, ela está presente em todo o percurso metodológico da pesquisa.

A abordagem dos atores sociais como o centro da análise além de ser utilizada no campo da Ciência Política, tem sido destacada na área da Economia e mais recentemente nos estudos sobre as organizações. Assim, o presente estudo resgata a discussão anterior ao apresentar considerações sobre o processo de implementação das políticas públicas no nível local, a partir do reconhecimento da necessidade de se compreender o elemento relacional e dinâmico que emerge da interação entre os atores que transformam, adaptam, interpretam e criam novas regras que vão transformando as políticas centralmente definidas, como, no caso em estudo, a Política Nacional de Recursos Hídricos. Além desses processos, ressalta-se a importância de se estudar o elemento relacional presente nas conexões entre uma política e outras das quais depende para a sua plena efetivação.

O modelo atual de construção de políticas públicas, denominado por alguns autores “coordenação ou recentralização federativa”, se constitui de políticas pensadas nacionalmente, como grandes padrões gerais (ARRETICHE, 2004; ABRUCIO, 2005), e implementadas localmente, a partir da apropriação desses padrões e regras pelos governos e atores locais. Nessa lógica, perde-se a noção de que, no nível da prática, as políticas passam por uma cadeia de atores ao longo da qual são transformadas, adaptadas e ressignificadas, construindo em cada nível administrativo contextos institucionais de implementação.

Na literatura internacional, os estudos que associam os atores sociais e as redes relacionais se manifestaram inicialmente nas abordagens sobre redes de políticas públicas, tendo sido objeto de interesse de pesquisadores desde os anos 1970. Skogstad (2005) localizou os trabalhos de Nyland (1995, *apud* Skogstad, 2005) que se referem a redes ou comunidades de políticas como conceitos que indicam as conexões e as interações entre estado e atores externos aos estados a respeito da formulação das políticas públicas.

Para os respectivos autores, essa abordagem desafia focos metodológicos que privilegiam o primado do Estado ao identificarem a participação de setores externos ao domínio do Estado no processo formal de elaboração de políticas públicas. Enfatizam os autores que uma das vantagens da abordagem das redes de políticas é que, ao focalizar as relações entre os atores, esta possibilita uma perspectiva de análise que rompe as fronteiras institucionais e apreende como atores posicionados em diferentes contextos institucionais relacionam-se e, a partir da configuração desses relacionamentos, são produzidos determinados resultados em termos de políticas públicas (Nyland, 1995, *apud* Skogstad, 2005), observando-se as complexas relações e padrões de alianças, poder e conflitos, que tendem a vencer barreiras institucionais para a consecução de um objetivo comum (MOURA; SILVA, 2008).

Em outro estudo, Skogstad identificou a contribuição de Jordan e Schubert (*apud* Skogstad, 2005) para quem o termo “rede” sugere que a formulação de políticas públicas inclui um grande número de atores públicos e privados, provenientes de diferentes níveis e de áreas funcionais do Estado e da sociedade. Explica Skogstad que, a partir dessa noção de redes de políticas, se observa que os padrões de alianças e conflitos tendem a ultrapassar as fronteiras institucionais, reunindo atores com distintas inserções institucionais, mas que atuam conjuntamente em determinado setor de política pública. Essa ampliação de visão, segundo Skogstad (2005), é interessante, pois possibilita focalizar as complexas e dinâmicas relações estabelecidas pelos atores em um determinado setor de política, no caso em estudo, de recursos hídricos, identificando tanto as alianças constituídas entre os atores que compartilham determinados interesses, posições e/ou propostas, quanto os conflitos entre grupos orientados por diferentes intencionalidades e concepções da própria política.

Nessa perspectiva, atores sociais e as redes de políticas recentemente passaram a ser utilizados nas pesquisas que contemplam a abordagem relacional envolvendo Estado e atores não estatais dos mais diferentes tipos abrangidos nos processos de formulação e/ou implantação de políticas públicas, prevalecendo, no entanto, a análise das relações entre Estado e atores do mercado.

Apesar disso, Secchi localizou os estudos de Rhodes (1997), Klijn (1998), Börzel (1997) e Regonini (2005), os quais, ao caracterizarem as redes de políticas públicas, sugerem uma estrutura mais flexível na composição dos atores nessas redes: “auto-organização e autonomia, interdependência entre os atores que as compõem, liberdade de entrada e de saída para os seus membros, controle disperso, conhecimentos dispersos, relações informais e não hierárquicas e interesses externos aos membros da rede” (SECCHI, 2010, p. 96-97). Essa estrutura relacional pode ser observada na experiência da organização em estudo.

Estudar a articulação dos atores em relação à determinada política pública, é compreendê-la de modo relacional, ou seja, entender que esses atores se relacionam com o campo político-institucional no qual constroem redes de políticas, objeto que vem despertando o interesse de autores como Dagnino (2002), Lavallo (2003), Dagnino *et al.* (2006), Silva (2006) entre outros. Esses autores vêm propondo modelos teórico-metodológicos que possam explicar a complexidade da articulação entre esses atores e suas formas de atuação em rede no contexto da América Latina e no Brasil. Destaca-se Müller (2007), que traz, entre outros, essa abordagem para o campo da empiria ao estudarem políticas públicas específicas no Brasil. Isso significa que essa abordagem relacional traz um olhar mais amplo de rede de atores, que, segundo Marques (2006), um dos autores brasileiros mais

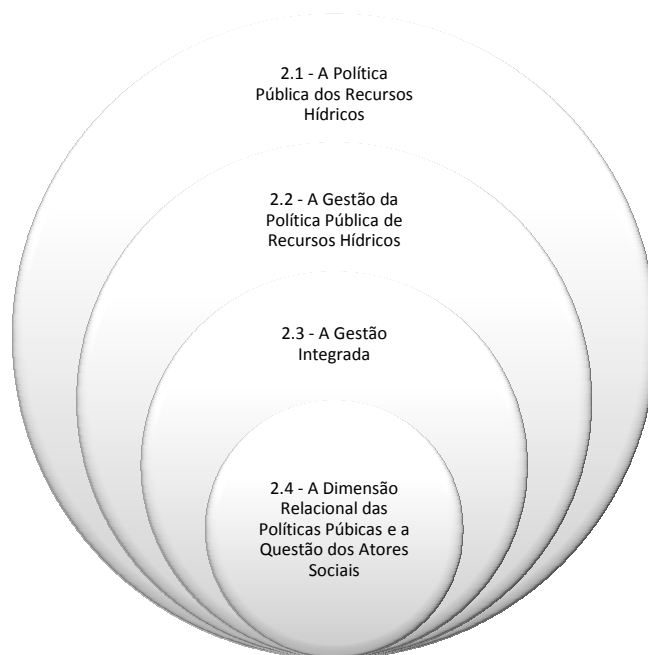
dedicados aos aspectos inovadores dessa abordagem, a empiria passa a ter um peso maior do que nas abordagens convencionais de redes, pois na abordagem proposta, é no âmbito da ação dos atores que será possível compreender a estrutura e o papel de cada um na rede.

Portanto, há várias maneiras de se abordar a dinâmica dos atores sociais interagindo com uma determinada política pública na qual estes atores, sejam indivíduos, grupos ou organizações estejam no centro da análise. Entre as abordagens que se conheceu na literatura pesquisada, privilegiou-se a abordagem de Análise de Redes de Políticas, doravante abreviada nesta pesquisa pela sigla ARP.

A escolha dessa abordagem justifica-se por várias razões. Uma das principais é que a Análise de Redes de Políticas (ARP) permite a interface com o campo da gestão integrada de política pública. Justifica-se a interface, pois ela reúne elementos que ajudam a argumentar sobre a importância de não considerar as políticas de modo isolado, segmentado. Mostra as articulações que ocorrem entre outras políticas que interagem com a política dos recursos hídricos brasileiros, o que ajuda a explorar a suposição do estudo e a responder o problema de pesquisa. Soma-se a isso que a evolução do sistema de recursos hídricos no Brasil configurou-se em uma descentralização de poder, que veio a alterar os processos decisórios, provocando mudança de paradigmas. Costa (2012, p. 37) destaca que “a gestão dos recursos hídricos no Brasil deixa de ser uma questão de Governo, para tornar-se uma questão de Governança”, pois as relações deixam de ocorrer no âmbito burocrático para ser produzidas em estruturas multiator, em que o Governo pode ou não ser o ator mais importante. Por último, quando tratamos de formulação e articulação de políticas públicas, estamos lidando com questões políticas que são diretamente relacionadas a questões de poder. Isso significa que o empoderamento dos diferentes atores e instituições envolvidas com a política em questão é um elemento crucial para o objeto em estudo.

Este capítulo teve o intuito de apresentar a evolução das políticas públicas dos recursos hídricos no mundo, ressaltando-se a experiência nacional, como vem ocorrendo a gestão dessa política no Brasil, assim como a discussão sobre a gestão integrada, que permite expor a importância da dimensão relacional das políticas públicas e a questão dos atores sociais para o objeto do estudo. Dessa forma, construiu-se a articulação teórica de análise da pesquisa na figura que se expõe a seguir:

**Figura 3 – A Articulação Teórica da Pesquisa**



Fonte: O pesquisador

### **3 PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA**

#### **3.1 Tipo de Pesquisa**

Considera-se a presente pesquisa como de natureza qualitativa, pois está fundamentada “principalmente em análises qualitativas, caracterizando-se, em princípio, pela não utilização de instrumental estatístico na análise dos dados” (VIEIRA, 2004, p. 7). Devido à natureza da pesquisa, foi utilizado um corte seccional com perspectiva longitudinal, “onde a coleta de dados é feita em um momento no tempo, mas resgata dados e informações de outros períodos passados” (VIEIRA, 2004 p. 14), pois, para que se compreendam as relações existentes entre os atores da organização em estudo, faz-se necessário levantar registros de contextos históricos nos quais se insere a entidade e de sua construção, pelos atores sociais hoje atuantes junto à mesma. O nível de análise da pesquisa de acordo com o referido autor é organizacional, pois se definiu como objeto central de interesse da pesquisa, a organização.

#### **3.2 Sujeitos da Pesquisa**

Os sujeitos selecionados para a pesquisa são representantes do poder público, de organizações públicas usuárias de recursos hídricos, de organizações privadas usuárias de recursos hídricos e de organizações da sociedade civil. Dado que a organização em estudo é de grande abrangência territorial, abarcando três estados brasileiros, levou-se em conta não somente a importância das organizações que compõem o CEIVAP como também o critério de acessibilidade do sujeito. A escolha do Estado do Rio de Janeiro justifica-se devido à maior relevância tanto na utilização dos recursos hídricos do Rio Paraíba do Sul, quanto na representatividade populacional deste estado na bacia hidrográfica, conforme comprova a ANA (2012). Assim optou-se por entrevistar representantes de organizações fluminenses e que estão em diferentes níveis relacionais do CEIVAP.

Foram selecionados os seguintes sujeitos para as entrevistas, todos representantes titulares no comitê:

1. Representante do governo estadual fluminense. O órgão ambiental abaixo foi escolhido devido à sua atuação direta no gerenciamento dos recursos hídricos:
  - a. Instituto Estadual do Ambiente do Rio de Janeiro - INEA/RJ
2. Representantes de prefeituras fluminenses. As prefeituras participantes do Comitê, abaixo relacionadas foram selecionadas por serem consideradas cidades polo<sup>7</sup>:
  - a. Prefeitura Municipal de Volta Redonda
  - b. Prefeitura Municipal de Petrópolis
3. Representantes de organizações públicas usuárias de recursos hídricos fluminenses:

---

<sup>7</sup> Segundo o IBGE (2013), são consideradas cidades polo as cidades do interior que se destacam comercialmente e em prestação de serviços, influenciando as cidades em seu entorno.



- a. Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Três Rios – SAAETRI – o único usuário público titular no Rio de Janeiro
  - b. Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE – O maior usuário das águas do Rio Paraíba do Sul
4. Representantes de organizações privadas usuárias de recursos hídricos fluminenses:
  - a. Instituição “ALFA” – Instituição que representa os usuários industriais do estado do Rio de Janeiro
5. Representante de organizações da sociedade civil fluminense. A entidade abaixo foi escolhida por ter interesse direto na gestão dos recursos hídricos:
  - a. Instituto Interdisciplinar Rio Carioca
6. Membro da diretoria do CEIVAP.
7. Buscando avaliar a integração do CEIVAP com os demais estados e outras políticas públicas, entrevistou-se o diretor da AGEVAP<sup>8</sup> que, como secretária executiva do CEIVAP, que pode apresentar as relações existentes no Comitê que revelem conflitos e assimetrias de poder assim como as dificuldades para se efetivar uma gestão integrada dos recursos hídricos a partir de atuação dos Comitês de Bacia.

Inicialmente se havia planejado incluir na pesquisa um leque maior de atores atuantes no CEIVAP como a Secretaria de Estado do Ambiente do Rio de Janeiro – SEA/RJ, a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - ABES Seção RJ, entre outros, também relevantes; todavia, por incompatibilidade de agendas, não houve tempo hábil para a realização dessas entrevistas.

### **3.3 Coleta de Dados**

Na coleta de dados, a pesquisa caracteriza-se como bibliográfica, documental e empírica. A pesquisa bibliográfica gerou a fundamentação teórica do trabalho por meio de informações sistematizadas em livros, artigos científicos em revistas especializadas e sites relevantes sobre o tema da pesquisa. A pesquisa documental foi realizada em documentos institucionais, escolhidos de acordo com sua relevância, como explicitado abaixo. A pesquisa empírica, com base em fontes orais, foi realizada junto aos sujeitos selecionados no estudo.

#### **3.3.1 Pesquisa Documental**

A pesquisa documental é uma das fontes de dados mais utilizadas na pesquisa social e normalmente são valiosos complementos dos dados obtidos das fontes bibliográficas e orais. Sua análise permite entender algumas situações organizacionais importantes para a pesquisa,

---

<sup>8</sup> A AGEVAP, como agência de bacia, exerce a função de secretária executiva do CEIVAP e de seis agências na porção fluminense tem, ente outras, funções legais de manter balanço sobre disponibilidade dos recursos hídricos, gerir sistema de informações hídricas, promover estudos para a gestão dos recursos hídricos, elaborar planos de recursos hídricos, propor planos de aplicação e rateio de obras de uso múltiplo (BRASIL, 1997).

sob o olhar da organização, pois estamos tratando dados produzidos por ela própria (ROESCH, 2010). Para isso, observa a autora que se faz necessário verificar a disponibilidade, a validade e a capacidade de compreensão dos documentos.

A articulação entre atores com necessidades e poderes tão distintos, conforme é observado na organização em estudo, o CEIVAP (VICTORINO, 2003; ABERS *et al.*, 2009; SAITO, 2011), indica a complexidade nas relações sociais, onde se criam intrincadas redes para atendimento de interesses que vão além dos interesses que se explicitam nos documentos e no discurso registrado nos arquivos do Comitê. Apesar da importância dos textos documentais produzidos para o público interno e o externo, sejam atas de reuniões, relatórios, estatuto, publicações e demais documentos levantados, é importante observar que estes tendem a apresentar dados técnicos ou registros sem grande aprofundamento ou com informações objetivas que não permitem expor o conflito e as coalizões nas dinâmicas do Comitê.

Entre as fontes documentais, relacionam-se a seguir as que o pesquisador considerou mais relevantes para a pesquisa:

1. Atas de reunião do CEIVAP do período entre 1996 até 2013, em que são registradas as discussões, debates e deliberações oficialmente aprovados por seus membros e divulgados para o público;
2. Relatórios anuais de gestão do CEIVAP. São fontes que permitem acompanhar as ações da entidade e a execução de suas atividades durante o período em estudo;
3. Estatuto do CEIVAP. O estatuto indica a formação e os poderes que cada grupo de atores pode adquirir com intuito de atingir seus objetivos. Registra as normas de funcionamento do Comitê;
4. Publicações institucionais especializadas, tais como jornais e revistas do CEIVAP e da AGEVAP, que explicitam a versão oficial que o Comitê pretende divulgar sobre a gestão integrada;
5. Documentos publicados pelos órgãos gestores (ANA e INEA) e da secretaria executiva do Comitê (AGEVAP), que indicam a interação entre a secretaria executiva e os órgãos gestores para a integração da gestão dos âmbitos federal e estadual.
6. Documentos produzidos por órgãos do Governo Federal, tais como MMA e ANA, responsáveis pela elaboração e regulação da política pública em questão.

### 3.3.2 Pesquisa Empírica com Fontes Orais

A pesquisa empírica está orientada por princípios da abordagem fenomenológica interpretativa hermenêutica, através da qual se busca o resgate dos significados atribuídos pelos sujeitos aos fenômenos/situações sob investigação (COLTRO, 2000). Isso quer dizer que o pesquisador deve estar atento para o fato de que essa abordagem não é uma modelagem instrumental, mas sim um enfoque mais amplo que requer uma articulação teórico-metodológica. O pesquisador, ao adotar esse enfoque deve buscar a interpretação do fenômeno de acordo com a percepção do sujeito e com a verbalização do mesmo, e não de acordo com a sua própria percepção (MASINI, 1991). Admite-se, entretanto, a presença da

subjetividade do pesquisador. Nessa fase da pesquisa, os significados são importantes, principalmente para os sujeitos os quais estimulam “o conhecimento técnico, a prática e interesses emancipatórios” (HABERMAS, 1972; 1984).

Portanto, a natureza do problema do estudo permite que o pesquisador utilize a abordagem proposta para a análise dos dados. Compartilha-se com Masini de que o ato de interpretar é hermenêutico, que hermenêutica é compreensão, e que através da compreensão é possível se produzir o sentido expresso pela linguagem (MASINI, 1991).

Vergara (2006) descreve características dessa abordagem as quais serviram para orientar a formulação das questões norteadoras das entrevistas, pois (i) permite explorar situações, valores e práticas com base na visão de mundo dos próprios sujeitos; (ii) permite descobrir conhecimentos, ao invés de verificar o saber já conceituado; (iii) os resultados da pesquisa não são generalizados estatisticamente, uma vez que se trabalha com amostras intencionais e experiências singulares; (iv) exige do pesquisador habilidade para interagir com o pesquisado, conduzindo a entrevista sob a forma de um diálogo, reconduzindo a exploração de temas no decorrer da entrevista. Esse método não exige que se constituam categorias de análise anteriormente à ida a campo.

Os dados de fontes orais foram extraídos dos relatos obtidos por meio de entrevistas com os sujeitos selecionados, as quais foram gravadas e transcritas. As entrevistas obedeceram às seguintes questões norteadoras:

1- verificar como ocorre a relação entre os entrevistados e os demais atores do CEIVAP;

2- extrair o conhecimento dos sujeitos sobre os avanços e os entraves da gestão dos recursos hídricos no Brasil;

3 – conhecer o significado de gestão integrada na visão dos sujeitos;

4- identificar quais são as outras políticas públicas das quais depende o desenvolvimento da política de recursos hídricos;

5- evidenciar a visão dos sujeitos sobre as ações a serem realizadas para a efetivação da gestão integrada.

As respostas a essas questões pretendem atingir o objetivo geral e os específicos da pesquisa.

A seguir apresenta-se um quadro síntese em que se observa a articulação entre as questões norteadoras das entrevistas, o objetivo geral da pesquisa, a suposição, o problema de pesquisa e a questão de pesquisa:

### Quadro 3: Questões Norteadoras das Entrevistas

**OBJETIVO GERAL:** Analisar a experiência de integração na atuação do Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul no contexto da gestão dos recursos hídricos brasileira, expondo o potencial de articulação desta política com outras políticas públicas, apresentando assim, novas abordagens para a efetivação da gestão integrada e participativa pelo Comitê.

**Suposição:** A atuação do CEIVAP na gestão integrada e participativa dos recursos hídricos é limitada, pois não estimula a inter-relação entre atores e entre a política de recursos hídricos com outras políticas públicas. Uma vez comprovada essa suposição, é possível expor as limitações da gestão integrada dos recursos hídricos brasileira e ao mesmo tempo sugerir novas abordagens que articulem a gestão entre essas políticas. .

**Questão da Pesquisa:** Como articular a gestão dos recursos hídricos com as políticas públicas e atores sociais, de modo a promover a efetivação da gestão integrada e participativa a que se propõe o Comitê de Integração da Bacia hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (CEIVAP)?

#### Questões Norteadoras

- 1- verificar como ocorre a relação entre os entrevistados e os demais atores do CEIVAP;
- 2- extrair o conhecimento dos sujeitos sobre os avanços e os entraves da gestão dos recursos hídricos no Brasil;
- 3 – conhecer o significado de gestão integrada na visão dos sujeitos;
- 4- identificar quais são as outras políticas públicas das quais depende o desenvolvimento da política de recursos hídricos;
- 5- evidenciar a visão dos sujeitos sobre as ações a serem realizadas para a efetivação da gestão integrada.

Fonte: O pesquisador

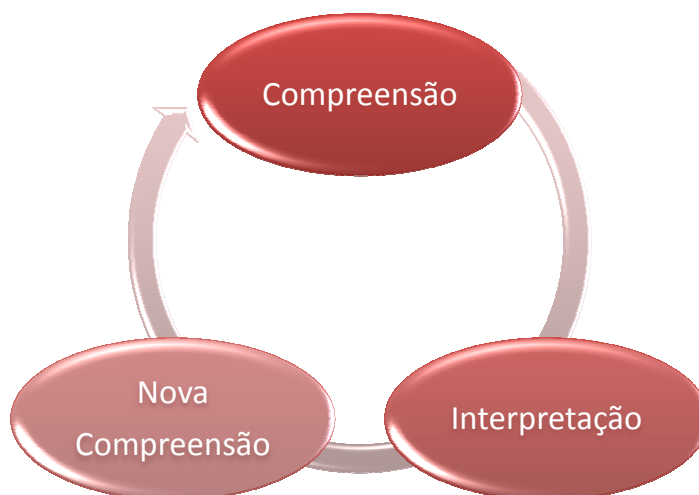
### 3.4 Tratamento e Análise dos Dados

O método para o tratamento e análise dos dados segue princípios da fenomenologia interpretativa nos moldes da hermenêutica crítica, conforme mencionado anteriormente no trabalho. Segundo Vergara (2006), estudos amparados pelo método de pesquisa fenomenológico-hermenêutico têm se destacado como importante referência em Administração.

Enquanto a sociologia fenomenológica de Alfred Schütz argumenta que as Ciências Sociais podem ter como objeto de análise “somente nossa experiência imediata do mundo social adquirida através do sentido dos dados como uma série de fenômenos” (MALCOLM, 1994, p.31), a fenomenologia interpretativa hermenêutica, preconizada por Martin Heidegger (VERGARA, 2006), teve seguidores como Habermas, que rompe com essas fronteiras com a sua “ação comunicativa” (MALCOLM, 1994, p.32). A ação comunicativa vê no diálogo a possibilidade de construção do conhecimento e compreende que a experiência adquirida com a tradição modifica a posição do sujeito (HABERMAS, 1972). A ação comunicativa, na qual o ator social busca o entendimento por meio das palavras, que podem ser reconhecidas ou questionadas pelo ouvinte ou grupo, pode levar o emissor a relativizar seu discurso. Essa ponderação induz à criação de uma relação com do mundo subjetivo do emissor, no caso o entrevistado, com o mundo objetivo exterior.

Esse método opera dentro de um design metodológico de interpretação de experiências comuns vividas por grupos sociais específicos e é orientada para compreensão intersubjetiva de entendimentos mútuos entre os sujeitos, entre os sujeitos e a sua condição de vida e entre o pesquisador e os sujeitos da pesquisa (HABERMAS, 1972). Masini (1991) sugere que uma forma de pôr esse método em prática é se apropriar do conhecimento se apoiando no chamado “círculo hermenêutico” que se traduz como compreensão – interpretação – nova compreensão, conforme representado na figura abaixo:

**Figura 4: O Círculo Hermenêutico Seguido Nesta Pesquisa**



Fonte: O pesquisador, baseado em Masini (1991).

Masini (1991) esclarece que esse círculo sem fechamentos, é criticado por pesquisadores positivistas, por refutarem pesquisas “inacabadas”. Em contrapartida, os adeptos desse método defendem que a natureza inacabada ou sem fechamentos do método é o que mostra justamente a sua em sua a “verdadeira tarefa e fertilidade” (MASINI, 1991, p. 66).

O método, conforme representado nesse círculo, propõe uma “reflexão exaustiva, constante e contínua sobre importância, validade e finalidade dos questionamentos, indagações e respostas obtidos” (COLTRO, 2000, p. 40).

Enfatiza-se a importância da natureza do método fenomenológico hermenêutico na visão de Habermas, uma vez que ele permite a interface teórica com outras abordagens e teorias que o estudo possa requerer imprimindo assim uma flexibilidade ao percurso teórico-empírico e metodológico (TEIXEIRA, 1996). De acordo com os princípios da hermenêutica de Habermas, os indivíduos estabelecem meios para se organizarem socialmente por meio do trabalho, da comunicação e do exercício de liberdade de pensamento. Então os indivíduos adquirem, por meio de sua interação e da comunicabilidade, o conhecimento técnico, a prática e interesses emancipatórios (HABERMAS, 1972), busca compreender sentidos, nos quais não existem apenas fatos dados, acontecimentos externos, mas, também, "significação", "sentido" e "valores" (HABERMAS, 1984). Conforme nos ensina Prasad (2002), a pesquisa interpretativa vê a realidade social como um mundo construído através de interpretações significativas por parte do pesquisador. O objetivo não é capturar um mundo construído, mas sim procurar entender o processo de construção deste mundo no olhar dos sujeitos da pesquisa. O pesquisador passa desta forma, a se envolver na transformação e na luta social da construção deste mundo desconhecido, onde os significados do discurso dos atores estão intimamente ligados às suas experiências e à sua concepção de mundo, aliados à relativização do discurso derivado da necessidade de aceitação de seu posicionamento (COLTRO, 2000).

Para Prasad (2002), a fenomenologia interpretativa hermenêutica remete a processos interpretativos do investigador, a importância do contexto na compreensão de significados, bem como a compreensão da linguagem oral e escrita do outro; não visa o saber teórico e sim o saber prático. Assim, enfatiza McAuley (1985) que a hermenêutica é uma metodologia da pesquisa prática em estudos organizacionais. Pode-se com isso afirmar que “o método fenomenológico trata de desentranhar o fenômeno, pô-lo a descoberto, desvendá-lo para além da aparência, apegando-se somente aos fatos vividos da experiência” (COLTRO, 2000, p. 42).

Nos estudos da administração, conforme Prasad (2002), o método hermenêutico contemporâneo requer do “pesquisador organizacional” especial atenção ao contexto histórico do fenômeno organizacional em estudo e exige a capacidade de autorreflexão e autocrítica. Coltro (2000) explica que a pesquisa não deve ter como finalidade o simples acúmulo dos fatos, mas sua compreensão, que ocorre pela “observação e pelo exame direto dos fenômenos, provido de uma indagação significativa referente à fundamentação da vida social intra-organizacional tal qual ela se apresenta na cotidianidade” (COLTRO, 2000, p. 43).

Seguindo o método, a abordagem junto aos sujeitos da pesquisa obedece ao seguinte procedimento:

- Coletam-se os dados por meio de entrevistas abertas com base nas questões norteadoras;
- Transcreve-se o conteúdo das entrevistas quando gravadas;

- Procede-se a leitura crítica dos relatos;
- Procede-se a identificação de grupos de análise;
- Interpretam-se os dados respeitando a percepção dos sujeitos (análise interparticipante);
- Elaboram-se as proposições originadas dos relatos que permitam a compreensão do fenômeno estudado;
- Resgata-se o problema que suscitou a investigação;
- Confrontam-se os resultados obtidos com as teorias que deram suporte à investigação e outros achados com base em pesquisa documental

## **4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA**

### **4.1 Análise de Dados da Pesquisa Documental**

#### **4.1.1 Breve Histórico e Situação Atual do CEIVAP**

O Comitê para Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – CEIVAP, entidade integrante do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e vinculado ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH, nos termos previstos na Lei nº 9.433/97 (BRASIL, 1997), foi criado com prazo de duração indeterminado pelo Decreto Federal nº 1.842/96, de 22 de março de 1996 (BRASIL, 1996). A partir de 1º de outubro de 2008, o CEIVAP teve sua nomenclatura e sua área de atuação alteradas pelo Decreto Federal nº 6.591/08 (BRASIL, 2008), passando a se chamar Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul e abrangendo maior quantidade de municípios.

O CEIVAP possui Sede e Foro na cidade de Resende (RJ) e jurisdição no âmbito da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul, que compreende os Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. O Comitê é constituído por 60 representantes, contemplando o poder público (federal, estadual e municipal), organizações públicas e privadas usuárias dos recursos hídricos e de organizações da sociedade civil, conforme disposto no art. 39 da Lei 9.433/97 (CEIVAP, 2007).

Apesar de criado em 1996, o CEIVAP teve sua instalação efetivada no ano seguinte, quando foi aprovado seu primeiro Regimento Interno, que passou por quatro alterações ao longo dos anos em reuniões extraordinárias ocorridas em 1999, 2000, 2004 e 2007, sendo que esta última versão registrada no Cartório do 1º Ofício – Registro de Pessoas Jurídicas de Resende em 28 de janeiro de 2008 (CEIVAP, 2007).

O CEIVAP tem como missão “promover a gestão integrada dos recursos hídricos da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul, articulando as políticas públicas e setoriais correlatas, e integrando o planejamento e as ações das instâncias do sistema de gerenciamento da bacia” (CEIVAP, 2007, p 1). No artigo 3º do Regimento Interno, são descritas quatro finalidades no desempenho de sua missão, que são:

- I - promover e articular a gestão dos recursos hídricos e as ações de sua competência considerando a totalidade da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul, como unidade de planejamento e gestão, apoiando a consolidação das políticas públicas afins e os interesses das presentes e futuras gerações, visando o desenvolvimento sustentável da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul;
- II - promover a articulação federal, interestadual e intermunicipal, integrando as iniciativas regionais de estudos, projetos, planos e programas às diretrizes e metas estabelecidas para a bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul, com vistas à conservação e à proteção de seus recursos hídricos;
- III - promover a execução das ações e exercer as atribuições definidas no âmbito da Política e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e do Plano Nacional de Recursos Hídricos, implementando e integrando as ações previstas na Lei 9433/97, nas leis estaduais correspondentes e em normas complementares supervenientes;
- IV - apoiar a criação e promover a integração com instâncias regionais de gestão de recursos hídricos da bacia, tais como: os comitês de bacias afluentes, os consórcios intermunicipais, as associações de usuários, as



organizações de ensino e pesquisa, as organizações não governamentais e outras formas de organização articulada da sociedade civil ou do poder público (CEIVAP, 2007, p 2).

A missão do CEIVAP, assim como suas finalidades, encontram-se em consonância com a Constituição de 1988, que institui o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos<sup>9</sup> e define a dominialidade dos rios em Federal e Estadual<sup>10</sup>, cujo desdobramento foi a promulgação da Lei 9.433/97 (BRASIL, 1997).

O capítulo IV do regimento em vigor determina a estrutura, organização e composição do CEIVAP, que é composto por 60 membros, sendo três representantes da União, três dos governos de cada estado (RJ, MG e SP), três ou quatro representantes dos municípios também de cada estado, oito representantes dos usuários dos recursos hídricos e quatro ou cinco representando as organizações civis por estado, o que totaliza dezenove membros para cada estado, conforme representado no quadro a seguir:

#### Quadro 4 – Composição do CEIVAP.

	Poder Público		Organizações Públicas e Privadas Usuárias dos Recursos Hídricos	Organizações da Sociedade Civil	Total Por Estado	
	MMA e Secretarias Estaduais	Municípios				
<b>União</b>	3	-	-		3	5,00%
<b>RJ</b>	3	4	8	4	19	31,67%
<b>SP</b>	3	3	8	5	19	31,67%
<b>MG</b>	3	4	8	4	19	31,67%
<b>Total</b>	23 38,33%		24 40,00%	13 21,67%	<b>60</b>	

**NÚMERO DE MEMBROS 60**

Fonte: O pesquisador, com base em pesquisa documental.

Como pode ser observado, no quadro acima, 40% das cadeiras do CEIVAP são ocupadas por usuários de recursos hídricos públicos e privados; 38%, pelo poder público; e 22%, de organizações civis.

Por não possuir personalidade jurídica, a Lei 9.433/97 prevê que os comitês de bacia possuam uma secretaria executiva: a Agência de Água<sup>11</sup> que pode atender a um ou mais comitês federais ou estaduais (BRASIL, 1997). Atendendo a esta determinação, o CEIVAP cria no ano de 2002, através de sua deliberação nº 12, a AGEVAP.

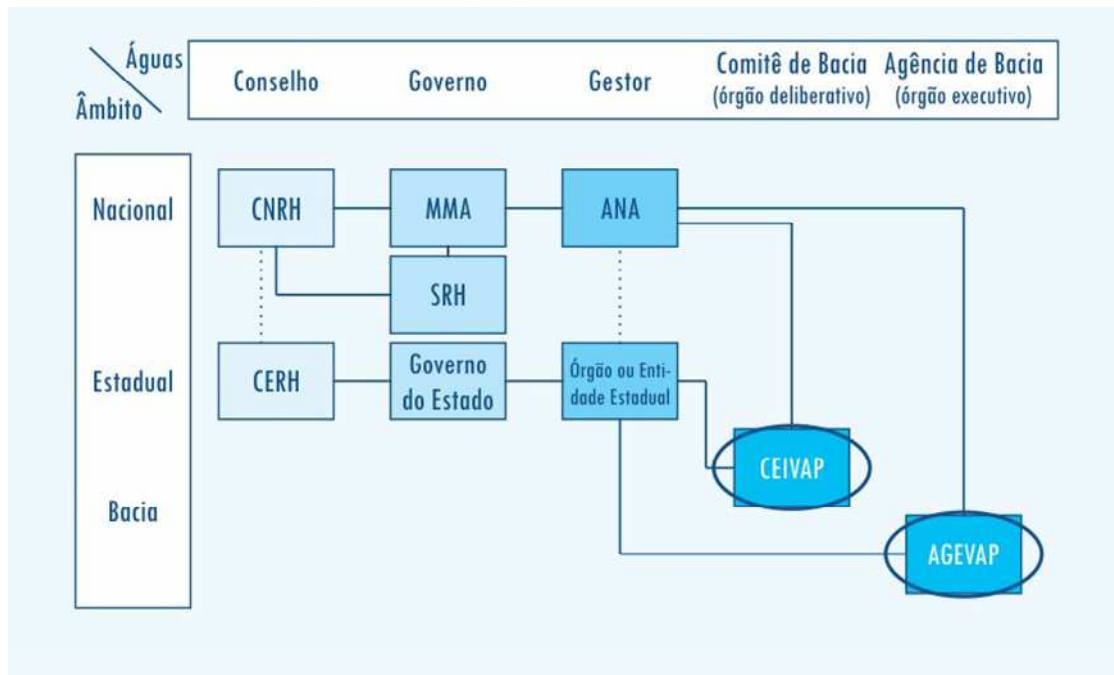
A figura a seguir representa a posição do CEIVAP e da AGEVAP no Sistema Nacional de Recursos Hídricos:

<sup>9</sup> Art. 21, Inciso XIX (BRASIL, 1988).

<sup>10</sup> Os artigos 20 e 26 definem que os rios são propriedade do poder público, delimitando que os rios que transpõem estados ou são limítrofes são federais, e os demais assim como águas subterrâneas, estaduais (BRASIL, 1997).

<sup>11</sup> As atribuições dos Comitês de Bacias Hidrográficas estão dispostas nos artigos 37 a 40, e as atribuições das Agências de Água, nos artigos 41 a 44 da referida Lei.

**Figura 5 – O CEIVAP no Sistema Nacional de Recursos Hídricos**



Fonte: CEIVAP (2012)

A figura acima representa todos os atores possíveis nos âmbitos Federal, Estadual e da Bacia Hidrográfica dispostos na Lei 9.433/97<sup>12</sup>, mas, como este estudo limita-se ao CEIVAP, as responsabilidades dos demais atores não será aprofundada nesta sessão.

A área de atuação do CEIVAP é a bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul, localizada na região Sudeste do país. O rio nasce com o nome de Paraitinga (Águas Claras) no município de Areias (SP), passando a se chamar Paraíba do Sul após a confluência com o rio Paraibuna (Águas Escuras), que nasce na Serra da Bocaina, no município paulista de Cunha. A confluência dos dois rios formadores se dá nas proximidades do município paulista de Paraibuna. O rio tem área de drenagem de mais de 55 mil km<sup>2</sup>, abrangendo as áreas dos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro (AGEVAP, 2011a). Segundo o Censo de 2000 do IBGE, a população estimada em seu curso é de 5,5 milhões de habitantes, dos quais aproximadamente 87% vivem em áreas urbanas, fato que caracteriza crescente pressão sobre os recursos hídricos da bacia. Além desta população, as águas da bacia atendem a cerca de 8,7 milhões de habitantes da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, abastecida pelas águas transpostas pelo Sistema Guandu (AGEVAP, 2011).

As atividades econômicas desenvolvidas na bacia do Rio Paraíba do Sul representam, conforme Castro (2012), aproximadamente 10% do produto interno bruto (PIB) brasileiro. A

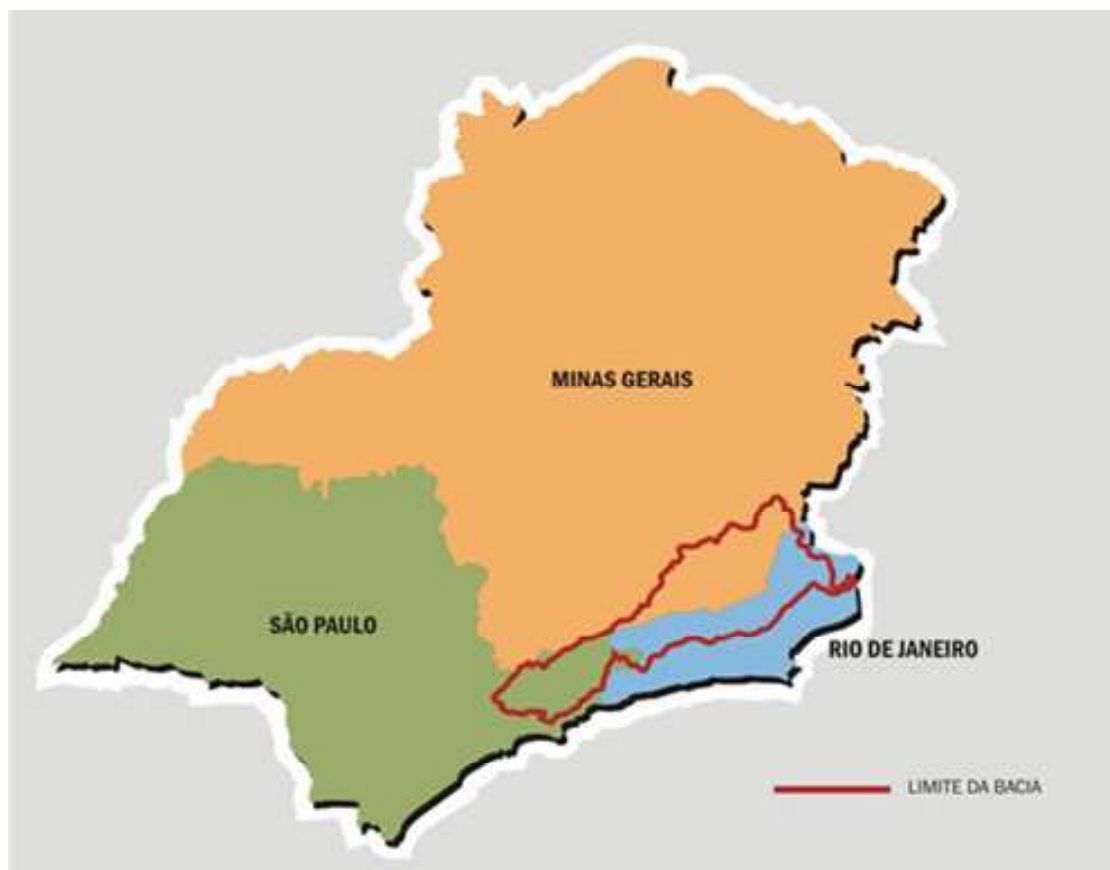
<sup>12</sup> A composição do sistema Nacional de Recursos Hídricos está descrito no artigo 33, com posteriores artigos esclarecendo as composições e responsabilidades de cada integrante.

maior parte das pessoas que habita na Bacia do Rio Paraíba do Sul é da porção fluminense (16% da população), contra 5% dos paulistas e 7% dos mineiros (ANA, 2012). Durante anos, a concentração populacional, aliada às atividades econômicas, ambas desenvolvidas de modo predatório, poluíram e assorearam grande parte do Rio Paraíba do Sul, o que veio a desenvolver um estado avançado de degradação das águas desse rio (SERRICHIO *et al.* 2005).

A importância econômica, aliada à necessidade de recuperação deste rio, levou a ANA a considerar em seu planejamento estratégico sua recuperação prioritária, com recursos previstos no âmbito do Plano Plurianual (PPA) do governo federal (CASTRO, C., 2012).

A figura a seguir apresenta a localização geográfica da área de abrangência do CEIVAP:

**Figura 6 – Localização da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul**



Fonte: CEIVAP (2011)

Por drenar mais de um estado, o Rio Paraíba do Sul é classificado pela Constituição Federal de 1988 como bem da União, o que em termos de gestão da bacia remete à complexidade das relações intergovernamentais, envolvendo as três esferas de governo, assim como os diferentes interesses e necessidades entre os atores participantes do CEIVAP e os Comitês das Bacias estaduais.

A finalidade principal do CEIVAP, como se apresenta em sua missão, foi uma das razões que levou o pesquisador a se debruçar sobre o tema da pesquisa. A situação problemática da pesquisa sugere que se busque entender na prática o que há de integração na gestão integrada, implícita na sua missão. Também não há clareza de como ocorre a articulação do Comitê com outras políticas públicas e setoriais correlatas.

Com base na pesquisa documental, foram localizados os atores que se relacionam no âmbito do CEIVAP. Esses atores são considerados os sujeitos da pesquisa, que formam a rede relacional deste comitê, quais sejam:

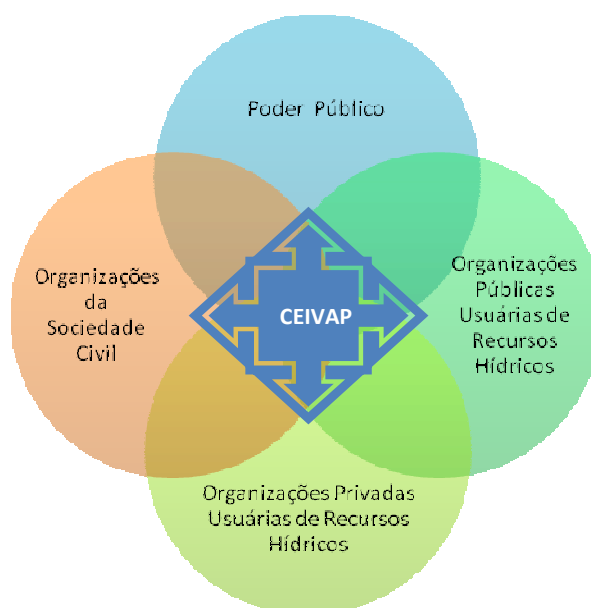
- **O Poder Público;** representado por organizações das várias esferas governamentais da União e dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, conforme listado no Anexo I.

- **Organizações Usuárias de Recursos Hídricos:** são os representantes de **organizações públicas e privadas**, atuantes no comitê nos três estados, conforme observado no Anexo I.

- **Organizações da Sociedade Civil de Recursos Hídricos:** são os chamados “**organismos de bacia**”, reconhecidos pela Política Nacional de Recursos Hídricos brasileira como diversos tipos de entidades civis ou órgãos criados para atuar no espaço geográfico de uma bacia hidrográfica como os comitês, agências, associações civis, organizações não governamentais, associações e consórcios intermunicipais, entre outras entidades legalmente constituídas (ver Anexo I).

A figura a seguir representa a rede relacional do CEIVAP, que se compõe de atores que interagem institucionalmente nos eventos oficiais do Comitê e mantêm articulações políticas para atender interesses em comum.

**Figura 7 – Rede Relacional do CEIVAP**

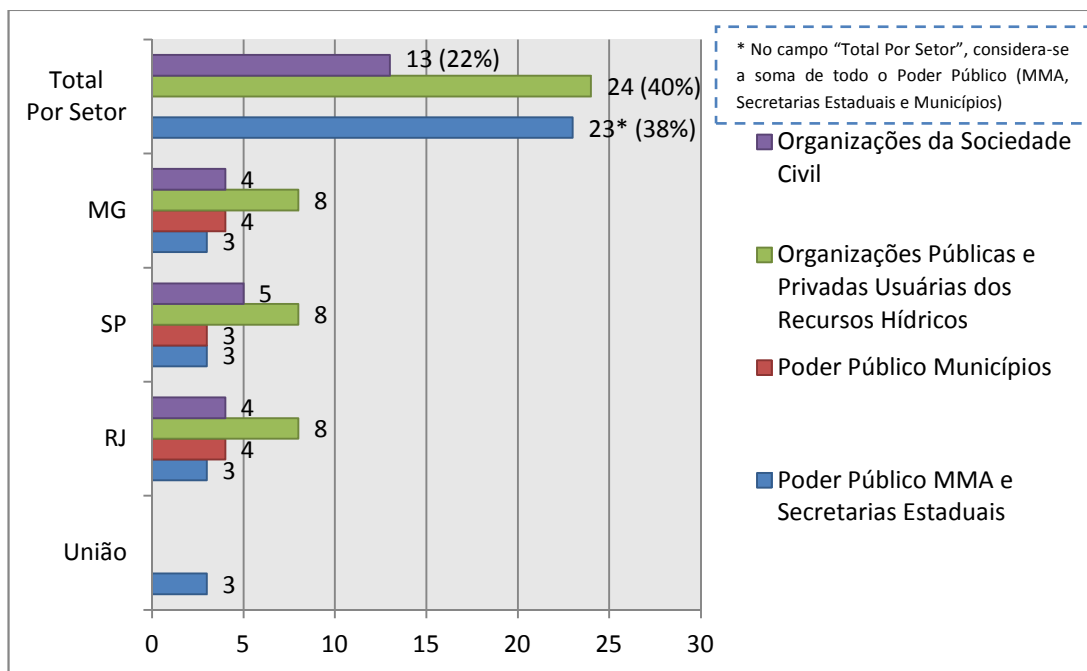


Fonte: O pesquisador, com base em Pesquisa Documental.

As reuniões do CEIVAP ocorrem ordinariamente duas vezes por ano e extraordinariamente havendo necessidade, podendo ser convocada pela Diretoria-Colegiada ou pelo menos um terço dos membros em exercício. Todas as votações são abertas e com direito à abstenção. As decisões da Plenária necessitam de aprovação de 2/3 dos presentes, sendo obrigatória a existência de três representantes de cada estado e um de cada segmento. A diretoria, formada pelo presidente, vice-presidente e secretário executivo é eleita a cada dois anos, havendo alternância na titularidade dos cargos entre os estados. No mesmo período, a plenária também se renova, sendo respeitadas as proporções dos segmentos e dos estados. Concede-se uma ajuda de custo exclusivamente aos membros de organizações da sociedade civil para participação das reuniões (CEIVAP, 2007).

A figura a seguir mostra os membros no Comitê por setor em cada estado e a totalização dos representantes no âmbito do Comitê. Essa distribuição indica qual grupo tem maior quantidade de participantes, o que pode influenciar no processo decisório, conforme interesse do grupo. Autores como Victorino (2003), Abers *et al.* (2009) e Saito (2011) apontam essa influência como indicador de assimetria de poder.

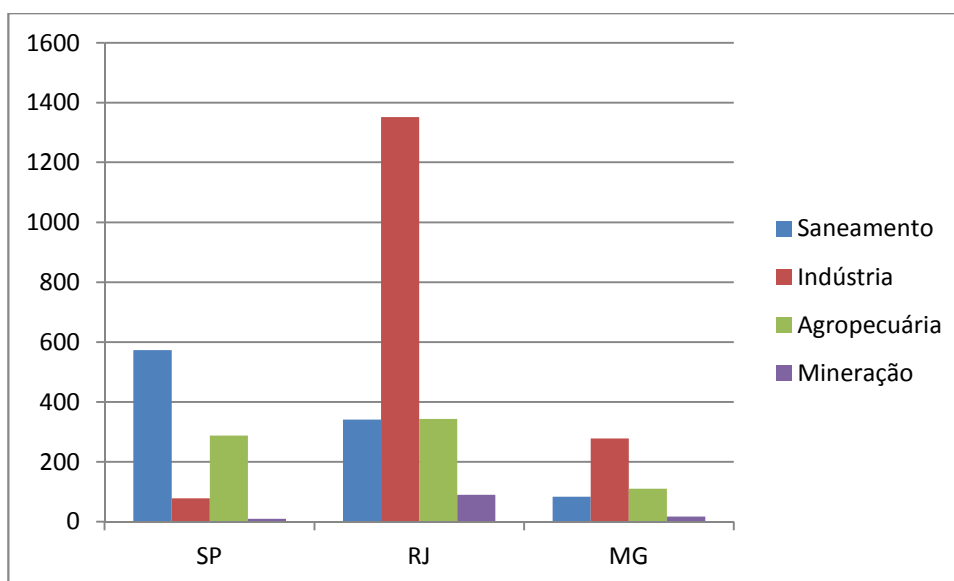
**Figura 8 – Distribuição dos Membros do CEIVAP por Setor**



Fonte: O pesquisador, com base em Pesquisa Documental.

Ao se considerar as condições geográficas e de industrialização, o perfil de utilização dos recursos hídricos no Rio Paraíba do Sul difere para cada estado. Como demonstrado na figura 9, no trecho paulista observa-se maior utilização das águas para saneamento, representado pelas empresas públicas e privadas de saneamento, enquanto que, nos trechos fluminense e mineiro, a indústria é o maior usuário. A agropecuária tem maior expressividade no Rio de Janeiro, depois em São Paulo. Isto pode indicar quais são os interesses predominantes nas tomadas de decisões.

**Figura 9 – Utilização de Águas por Setor e por Estado na Bacia do Rio Paraíba do Sul (m<sup>3</sup>/h).**



Fonte: Adaptado de AGEVAP (2011a, p. 107).

O Cenário até aqui apresentado demonstra diferentes características em volume e diversidade da utilização das águas, assim como a quantidade de habitantes nas margens da bacia do Rio Paraíba entre os estados. Observa-se, contudo, que a representatividade é numericamente igual no âmbito do Comitê.

Ainda como análise dos dados da pesquisa, identifica-se que o papel dos municípios também apresenta relevância para a construção de uma gestão integrada. Conforme apontam Carneiro e Britto (2009), as esferas municipais têm atribuições, tais como os planos municipais de saneamento e ordenamento territorial, que causam consideráveis impactos nas bacias hidrográficas. Apesar serem de numerosos e os maiores influenciadores na qualidade dos recursos hídricos, os municípios representam apenas 18% do Comitê. De fato, os municípios apresentam papel limitado na Lei 9.433/97, o que favorece uma “desarticulação entre os instrumentos de gerenciamento dos recursos hídricos e os de planejamento do uso do solo” (CARNEIRO; BRITTO, 2009, p. 596) e também se expõe a deficiência de articulação entre as políticas de saneamento e a atuação das companhias estaduais desse próprio setor. Esse conjunto de questões vem sugerir a desintegração entre as políticas públicas, na gestão integrada a que se destina o CEIVAP.

Embora legitimadas pelo processo de negociação entre os atores político-institucionais da bacia, o processo de negociação e satisfação de interesses tende a tornar as decisões mais demoradas e “esse processo não cumpre, necessariamente, a necessidade de integração para a gestão”, ocorrendo “numa etapa posterior à da decisão participativa” (PORTO; PORTO, 2008, p. 49-50). A qualidade na tomada de decisões e o bom funcionamento do sistema dependem de capacitação e de bons sistemas de informação “ambos, infelizmente, quase sempre ausentes nos comitês em funcionamento no Brasil” (PORTO; PORTO, 2008, p. 50).

## 4.2 Análise dos Dados Empíricos com Base nas Fontes Orais

Conforme detalhado no capítulo da metodologia, os sujeitos da pesquisa foram selecionados, justificando-se a razão para a escolha de cada um deles, entendendo que os sujeitos estão representando as suas organizações.

Realizou-se pesquisa piloto envolvendo dois sujeitos com intuito de validar o procedimento metodológico, assim como as questões norteadoras, de modo que se redefinisse, se necessário fosse, a condução das entrevistas. Nesse sentido, observou-se que houve necessidade de maior compreensão do próprio pesquisador e também dos sujeitos da pesquisa que esta seguia o nível organizacional e não o individual. Isto porque notou-se uma tendência de certos sujeitos a emitirem opiniões pessoais, que poderiam desviar os objetivos e os resultados da pesquisa, visto que os sujeitos selecionados estão representando as suas organizações.

A pesquisa adotou a utilização de “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido” (ANEXO II), no qual se esclarecem o objetivo da pesquisa, o fim ao qual se destina, o caráter voluntário da participação dos entrevistados, assim como o respeito à confidencialidade dos nomes dos representante das organizações selecionadas se assim desejarem.

O quadro dos sujeitos se apresenta resumidamente a seguir:

### Quadro 5 – Relação dos Entrevistados

<b>1. Representante do governo estadual fluminense.</b>
a. Instituto Estadual do Ambiente do Rio de Janeiro - INEA/RJ
<b>2. Representantes de prefeituras fluminenses:</b>
a. Prefeitura Municipal de Volta Redonda
b. Prefeitura Municipal de Petrópolis
<b>3. Representantes de organizações públicas usuárias de recursos hídricos fluminenses:</b>
a. Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Três Rios – SAAETRI
b. Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE
<b>4. Representantes de organizações privadas usuárias de recursos hídricos fluminenses:</b>
a. Instituição "ALFA"
<b>5. Representantes de organizações da sociedade civil fluminense:</b>
a. Instituto Interdisciplinar Rio Carioca
<b>6. Membro da Diretoria do CEIVAP</b>
<b>7. Diretor da AGEVAP.</b>

Fonte: O pesquisador

Seguindo o método, pesquisa empírica obedeceu às etapas abaixo relacionadas. Essas etapas foram processadas em tabelas por cada organização, procurando-se ao mesmo tempo separar em colunas cada etapa do processo e articulando-as com as questões norteadoras.

As etapas ora mencionadas foram:



- Coleta dos dados por meio de entrevistas abertas com base nas questões norteadoras;
- Transcrição do conteúdo das entrevistas quando gravadas;
- Leitura crítica dos relatos;
- Identificação de grupos de análise;
- Interpretação dos dados respeitando a percepção dos sujeitos (análise interparticipante);
- Elaboração das proposições originadas dos relatos que permitam a compreensão do fenômeno estudado;
- Resgate do problema que suscitou a investigação;
- Confrontação dos resultados obtidos com as teorias que deram suporte à investigação e outros achados com base em pesquisa documental

Como exposto na metodologia do trabalho, as questões que nortearam as entrevistas foram as seguintes:

- 1- Verificar como ocorre a relação entre os sujeitos da pesquisa e os demais atores do CEIVAP;
- 2- Extrair o conhecimento dos sujeitos sobre os avanços e os entraves da gestão dos recursos hídricos no Brasil;
- 3- Conhecer o significado de gestão integrada na visão dos sujeitos;
- 4- Identificar quais são as outras políticas públicas das quais depende o desenvolvimento da política de recursos hídricos;
- 5- Evidenciar a visão dos sujeitos sobre as ações a serem realizadas para a efetivação da gestão integrada.

Com os dados mais relevantes extraídos e analisados em cada entrevista com os representantes das organizações, procurando seguir o método de pesquisa, é possível apresentar, no olhar do sujeito, a **proposição**, ou seja, a sua própria suposição sobre fenômeno estudado, assim como a sua **resposta ao problema**, que é a alternativa sugerida pelo sujeito entrevistado para a gestão integrada.

## **1. Representante do governo estadual fluminense.**

### **a. Representante do INEA**

- 1- Verificar como ocorre a relação entre os sujeitos da pesquisa e os demais atores do CEIVAP;**

O representante relata a sua atuação junto ao CEIVAP, em outras atividades, mesmo antes de atuar no INEA.

Informou a sua qualificação, um doutorado em Gestão de Recursos Hídricos no estado de São Paulo, e sua atuação também na área no Rio de Janeiro e com bom relacionamento com Minas Gerais, o que crê que facilita a relação da sua instituição com os três estados.

Entende que o Rio de Janeiro é muito dependente da água do Rio Paraíba do Sul, sendo o último estado da bacia por que o rio passa. Por essa razão acha essencial, principalmente para o Rio de Janeiro, manter uma boa relação com os estados vizinhos.

Explica que o CEIVAP é muito importante para o estado do Rio de Janeiro, pois, por ser o estado mais à jusante do Rio Paraíba do Sul, este é o local onde ocorre a relação institucional com os outros dois estados que compartilham a mesma bacia hidrográfica. Por estarem à montante, São Paulo e Minas Gerais, além de terem outras fontes de água, explica que não são influenciados pelas atividades do Rio de Janeiro que podem afetar a qualidade e a quantidade de água do Rio Paraíba do Sul.

Informa que as relações entre os três estados e os demais atores do CEIVAP ocorrem de forma institucional, não pessoal, mas que são relações boas e intensas, mesmo em momentos de conflitos.

Relata que o INEA mantém outras relações além do CEIVAP com São Paulo e Rio de Janeiro e também uma boa relação com outros atores, inclusive através dos comitês estaduais.

Ressalta que o INEA busca um relacionamento intenso com os estados vizinhos e que mantém um relacionamento permanente com os demais segmentos do estado do Rio de Janeiro presentes no CEIVAP.

## **2- Extrair o conhecimento dos sujeitos sobre os avanços e os entraves da gestão dos recursos hídricos no Brasil;**

De acordo com o entrevistado, o Rio Paraíba do Sul tem grande importância política e histórica. Conta que suas águas banham três importantes estados e ligam duas macrometrópoles, e que esse fato suscita interesse e torna a bacia bastante estudada. Explica que essa bacia hidrográfica foi privilegiada no momento da implementação da Lei 9433/97, pois foi considerada a bacia piloto pela Agência Nacional de Águas, que criou a agência delegatária, implementou a cobrança pelo uso da água e providenciou uma campanha de regularização, a partir daí formatando sua atuação para as demais bacias do Brasil.

O entrevistado entende que a criação do CEIVAP propiciou um ambiente institucional para as discussões dos temas relevantes à bacia hidrográfica, vencendo-se a inércia e a dificuldade para a implantação da cobrança pelo uso da água prevista na lei. Essa etapa, explica, contudo, até hoje não está plenamente implantada. Na bacia do Rio Paraíba do Sul, por exemplo, vê como necessário que os estados também implementem a cobrança nos rios afluentes, o que ainda não ocorre, e que, para este, acaba dificultando a implementação dos componentes do sistema. Ainda assim, crê que houve avanços na regularização do uso da água e na modernização da cobrança.

Conta que, apesar dos avanços ora descritos, até hoje o sistema não está plenamente instalado, o que dificulta a atuação do CEIVAP. O entrevistado avalia que, em nível nacional, a implantação da Lei 9433/97 é de mediana a medíocre principalmente em razão do distanciamento que há entre o que está previsto na Lei, seus objetivos e premissas e a

capacidade institucional do CEIVAP. Ou seja, os princípios e diretrizes contemplados na Lei não são suportados pelos instrumentos previstos.

Considera que o CEIVAP conhece relativamente bem os problemas da bacia e procura se antecipar nas suas soluções, mas encontra dificuldades em avançar a discussão em importantes pontos, tais como o seu enquadramento institucional, a prevenção de desastres relativos a inundações, macroalocação de água, marco regulatório da bacia, limites e condições de fronteira, entrega de quantidade e qualidade de água, além da integração entre gestão de águas e de territórios. Também crê que o CEIVAP desconhece o prejuízo que poluições difusas acarretam à bacia.

Observa que a Lei 9433/97 busca garantir quantidade e qualidade das águas, mas que o CEIVAP tem muito poucas atribuições que garantam essa premissa da Lei, assim como a arrecadação, que a seu ver é insuficiente para os investimentos necessários. Uma opção viável para contribuir para a melhoria na qualidade e quantidade das águas é o financiamento de planos e projetos para os municípios, segundo seus conhecimentos. Fora isso, acredita que o CEIVAP depende muito da ação dos setores usuário e de saneamento.

A arrecadação, para o entrevistado, é um ponto que merece destaque. Esclarece que a gestão dos recursos hídricos brasileira é baseada no modelo francês, que tem a cobrança como base, e que naquele país o valor arrecadado atende às necessidades de preservação das bacias hidrográficas, enquanto que no Brasil esse valor é insuficiente.

Outro ponto observado pelo entrevistado é que a agência de bacia recebe muitas críticas. Avalia que o modelo de delegatária criado é burocrático como o setor público e que não tem a agilidade da iniciativa privada, o que a seu ver deixa o sistema pesado e burocrático. Contudo, afirma que a atuação da AGEVAP representou grandes avanços para o CEIVAP e para a gestão dos recursos hídricos na bacia do Rio Paraíba do Sul. Visto o até aqui exposto, afirma que o sistema precisa urgentemente se fortalecer para que não se retraia.

Finalmente, o entrevistado citou o exemplo de integração do estado do Rio de Janeiro, que optou por integrar todas as agendas ambientais por meio do INEA, e, que, mesmo ainda em construção, já apresenta consideráveis avanços em termos de resultados de integração.

### **3- Conhecer o significado de gestão integrada na visão dos sujeitos;**

O entrevistado entende que gestão integrada não tem um significado apenas, mas várias interpretações. Destaca a definição legal, que prevê a integração em suas três fases – aérea, líquida e subterrânea - respeitando a qualidade e quantidade. O significado legal para o entrevistado também indica a importância da integração com a gestão ambiental.

Outras definições citadas pela entrevistada foram:

- Integração da bacia hidrográfica no seu rio principal e seus afluentes, integrando o sistema, os ecossistemas e os atores.
- Integração entre os três estados e a União, tendo por base a bacia hidrográfica.
- Integração entre quantidade e qualidade da água.
- Integração entre as águas superficiais e as águas subterrâneas.

- Integração do CEIVAP com os comitês estaduais
- Articulação entre os estados que compõem a bacia hidrográfica.

Contudo, o entrevistado ressalta que o principal sentido da gestão integrada é a integração entre a gestão de recursos hídricos e a gestão territorial.

#### **4- Identificar quais são as outras políticas públicas das quais depende o desenvolvimento da política de recursos hídricos;**

Durante a entrevista, o representante do INEA cita várias políticas com as quais o CEIVAP deve se relacionar para efetivar a gestão integrada. Dentre elas, a política de saneamento, pois para o entrevistado, o maior problema atual na bacia do Paraíba do Sul é esgoto não tratado, o setor hidrelétrico, as políticas que estão sob responsabilidade dos municípios. Ressalta que todas essas políticas estão representadas no CEIVAP, destacando a importância da macroalocação de água, cuja responsável é a política energética e hidroenergia em particular.

Refere-se à importância de prevenir risco de desastres com uma política de integração com o município e também de integração com os órgãos gestores responsáveis pelo tema da inundação, assim como a integração com as agências ambientais, em função dos acidentes ambientais.

Outra integração que o entrevistado vê como importante para o desenvolvimento da política de recursos hídricos é com os outros comitês, os estaduais.

Relata que a integração de agendas tem sido muito positiva para a área de recursos hídricos no Rio de Janeiro, mas que essa experiência não tem sido recomendada por estudos internacionais, embora, mesmo assim, seja uma experiência brasileira positiva para o Rio de Janeiro.

#### **5- Evidenciar a visão dos sujeitos sobre as ações a serem realizadas para a efetivação da gestão integrada.**

O entrevistado entende que o resultado dos investimentos ocorre a médio e longo prazo. Na experiência francesa, cita, foram necessários 30 anos de investimentos para que o resultado fosse percebido. Aqui no Brasil e na bacia do Rio Paraíba do Sul, explica, a grande necessidade é de investimento em esgotamento sanitário, contudo o CEIVAP não tem capacidade para este investimento somente com os recursos da cobrança.

Como, na interpretação da entrevistada, o CEIVAP não tem capacidade financeira de ser o principal investidor da bacia do Rio Paraíba do Sul, ele tem o papel de articulador, um canal centralizador e norteador dos investimentos oriundos de qualquer fonte que tenha como objetivo a proteção e conservação da bacia hidrográfica de sua abrangência.

Para compensar a arrecadação insuficiente, o entrevistado sugere que o CEIVAP deve se articular e buscar parcerias com outros setores da sociedade. Investimentos vindos de outras fontes, como o PAC, por exemplo, deveriam seguir a lógica do Plano de Bacia, o que, na visão do sujeito entrevistado, não é incentivado por parte do Governo Federal.

Para aumentar o investimento na bacia do Rio Paraíba do Sul, explica que o CEIVAP tem duas alternativas: buscar parcerias com os municípios e o setor de saneamento para determinadas ações ou triplicar o valor da cobrança pelo uso da água, efetuando em paralelo um programa de regularização do uso da água. Nesse caso prevê que o CEIVAP atrairia os parceiros para discussão e decidiria onde ocorreriam os investimentos.

Sugeriu que, para que haja uma gestão integrada, é preciso que os objetivos sejam comuns a todos, factíveis, claros e delimitados, criados por pactos gerados por meio de mobilização regional, que vão incentivar a busca de parcerias e alavancagem financeira. Portanto, é necessário, na sua visão, que haja vontade política em todos os âmbitos: Federal, Estadual e Municipal.

Há algumas ações em que o CEIVAP depende apenas de discussão e decisões internas, como macroalocação de água, mas outras, quais sejam: poluição difusa, prevenção de desastres e recuperação da qualidade da água, devem ser articuladas com outros setores. Esse poder de articulação é fundamental para a integração da gestão.

Recomendou que o CEIVAP priorize ações para investimento em saneamento, mas, ao mesmo tempo, desenvolva políticas de proteção de mananciais com intuito de evitar que áreas suscetíveis à inundação se tornem áreas realmente de risco. Contudo, enfatiza que a grande necessidade do CEIVAP é a criação de condições de entrega de quantidade e qualidade de água entre suas bacias e a bacia principal.

O entrevistado entende que outro ponto importante para que a integração seja mais bem efetivada é que a agência delegatária do CEIVAP também seja a delegatária dos comitês dos demais estados da bacia do Rio Paraíba do Sul, centralizando informações e integrando atividades e projetos. Em suma, a efetivação da gestão integrada, a seu ver, depende da capacidade de articular e atrair parceiros.

#### **Quadro 6 - Síntese da Entrevista com representante do INEA**

<b>Nome da Organização</b>	<b>Proposição do Sujeito da Organização</b>	<b>Como Deve Ocorrer a Gestão Integrada na Visão do Sujeito</b>
<p><b>INEA</b> <b>Instituto Nacional do Meio Ambiente</b></p>	<p>A promulgação da Lei 9433/97 representou um avanço institucional, pois foi vencida a inércia e a dificuldade para implementação da cobrança. Contudo, após 16 anos, sua implementação ainda não atingiu o nível esperado, pois muito do que consta na lei não pode ser aplicado, pois os instrumentos lá previstos não são suficientes para alcançar os seus princípios e diretrizes, o que impediu que o CEIVAP avançasse em discussões importantes por questões internas ou por falta de capacidade de articulação com outros setores.</p>	<p>Para que a Lei 9433/97 seja implementada em sua plenitude, é necessário que primeiramente haja vontade política e articulação entre os âmbitos Federal, Estadual e Municipal. Além disso, o CEIVAP precisa de maior autonomia, que será adquirida com parcerias e articulação com os municípios e setores produtivos, ou significativo aumento na arrecadação. Assim o CEIVAP cumpriria seu papel de centralizador e norteador dos investimentos oriundos de qualquer fonte que tenha como objetivo a proteção e conservação da bacia hidrográfica de sua abrangência.</p>

Fonte: Elaboração própria com base em entrevista.

## **2. Representante de Prefeituras Fluminenses**

### **a. Volta Redonda (Entrevista Piloto)**

#### **1- Verificar como ocorre a relação entre os sujeitos da pesquisa e os demais atores do CEIVAP;**

Apresenta pouca experiência e conhecimento no CEIVAP. Assumiu a recentemente como membro titular, substituindo outro membro. Relata maior conhecimento em comitê estadual.

#### **2- Extrair o conhecimento dos sujeitos sobre os avanços e os entraves da gestão dos recursos hídricos no Brasil;**

O representante da Prefeitura de Volta Redonda interpreta como mérito o empoderamento dos comitês, assim como a importância das discussões pelas entidades participantes do sistema de recursos hídricos. Contudo, relata perceber pouca quantidade e qualidade nas discussões, o que, a seu ver, causa demora na tomada de decisões, se comparado com um comitê menor. Esta morosidade, conforme o entrevistado, se deve bastante à posição hierárquica ocupada pelos gestores do CEIVAP, assim como pela abrangência da bacia hidrográfica, que demanda longos deslocamentos para uma parcela dos membros.

Relata que houve um avanço quanto à implementação da cobrança pelo uso da água, pois o recurso arrecadado possibilita a execução de estudos e investimentos na bacia do rio. Com isso, explica que o comitê está criando um banco de informações para facilitar a gestão da bacia hidrográfica. Esse recurso também retorna para a bacia do Rio Paraíba do Sul sob a forma de financiamento de projetos aos municípios.

Afirma que a atuação da agência de bacia (AGEVAP) não atende às expectativas dos membros do CEIVAP quanto à agilidade e à qualidade das informações.

#### **3- Conhecer o significado de gestão integrada na visão dos sujeitos;**

O representante da Prefeitura de Volta Redonda relata que sua compreensão sobre gestão integrada é a integração de agentes diretamente envolvidos com a água para a preservação da bacia hidrográfica. Exemplifica mencionando a preocupação dos municípios com o custo do tratamento da água, pois estes dependem da água para consumo, mas também despejam resíduos na água. Relata que o poder público municipal já se preocupa com o lançamento, uma vez que a qualidade da água afetará diretamente o custo que será gerado no tratamento da água, beneficiando a si e às cidades seguintes.

#### **4- Identificar quais são as outras políticas públicas das quais depende o desenvolvimento da política de recursos hídricos;**

O entrevistado declara que a defesa civil é importante para a integração, mas que atualmente ela já atua no sentido de comunicar aos órgãos responsáveis. Relata também que o CEIVAP abrange todas as políticas necessárias para a integração, pois, sempre que acontece algum incidente, todos os interessados são comunicados.

#### **5- Evidenciar a visão dos sujeitos sobre as ações a serem realizadas para a efetivação da gestão integrada.**

De acordo com a visão do entrevistado, as reuniões dos grupos que estão no CEIVAP promovem a gestão integrada dos recursos hídricos e com outras políticas públicas.

**Quadro 7 - Síntese da Entrevista com representante da Prefeitura Municipal de Volta Redonda**

Nome da Organização	Proposição do Sujeito da Organização	Como Deve Ocorrer a Gestão Integrada na Visão do Sujeito
<p><b>Prefeitura Municipal de Volta Redonda</b></p>	<p>Apesar dos avanços obtidos com a Lei das Águas e a formatação do CEIVAP estar adequada às necessidades de integração, observa-se pouca quantidade e qualidade nas discussões e ineficiência nas ações de sua secretaria executiva, o que ocasiona demora nas tomadas de decisões.</p>	<p>A Política Nacional de Recursos Hídricos, por meio de seus comitês, empodera os atores quando fornece informações para que estes se reúnam para discutirem ações e projetos para aplicação dos recursos da cobrança pelo uso da água nas bacias hidrográficas, que retorna para a bacia, por meio de financiamento de projetos para os municípios. Contudo, a quantidade das reuniões e a qualidade das discussões, assim como a eficiência da agência de bacia na agilidade e qualidade das informações prestadas são questionáveis.</p>

Fonte: Elaboração própria com base em entrevista.

**b. Petrópolis**

**1- Verificar como ocorre a relação entre os sujeitos da pesquisa e os demais atores do CEIVAP;**

O representante da Prefeitura Municipal de Petrópolis é funcionário de carreira, tem especialização na área ambiental e por esse motivo é lotado no órgão municipal ambiental. O entrevistado relata que, dentre as atividades exercidas, ele sente atração pelo tema de gestão de recursos hídricos. Com isso, vem, há bastante tempo, representando a prefeitura nesses fóruns.

A participação da Prefeitura de Petrópolis ocorreu por meio da sua inserção no comitê regional, o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piabanha, (RJ) de onde relata ter maior participação que no CEIVAP.

Relata que a relação com os membros ocorre de forma institucional, ou seja, nas votações, discussões, câmaras técnicas e consultivas, para efetivação de deliberações ou assuntos técnicos para discussão no comitê. Explica que, devido à falta de tempo, optou por não se candidatar para as câmaras técnicas, mas, como a participação é aberta aos membros, pretende participar futuramente.

Percebe a existência de conflitos de interesses no comitê influenciados pela abrangência da bacia e conseqüentemente pressões diversas exercidas sobre o uso do corpo hídrico. Contudo, vê a relação entre os membros marcada por cordialidade, apesar das diferenças

ideológicas que observa, pois percebe que todos acreditam estar representando interesses diversos, mas não como uma disputa pessoal.

O entrevistado registra que a relação da Prefeitura de Petrópolis, assim como outros membros do Estado do Rio de Janeiro, é mais intensa com os membros do Estado de Minas Gerais, pois há uma conciliação de interesses com relação à necessidade da qualidade e quantidade da água vinda do Estado de São Paulo.

## **2- Extrair o conhecimento dos sujeitos sobre os avanços e os entraves da gestão dos recursos hídricos no Brasil;**

O representante da Prefeitura de Petrópolis entende que a Lei 9433/97 proporcionou a criação de uma nova forma de relação entre os membros do CEIVAP, onde poder público, usuários e sociedade civil não tem poder de resolução individual, mas precisam discutir e negociar entre si, posicionando o CEIVAP como um espaço democrático ainda maior do que existe nos conselhos municipais e que foram criados para fomentar propostas, discussão e negociação entre os membros.

O entrevistado vê como positiva a sistemática de aplicação dos recursos, na qual a autorização da aplicação do recurso é oriunda da negociação na plenária do CEIVAP, mas a aplicação segue critérios técnicos de seleção elaborados pela agência de bacia. Como contraponto, observa que essa aplicação do recurso se torna burocrática e que, por tratar-se de um recurso público, depois de deliberado pelo comitê, se inicia a fase de alocação, licitação e chamamento público para, assim, o recurso ficar destinado a uma ação específica. Caso não seja totalmente utilizado, ele retorna ao CEIVAP para nova discussão e posterior deliberação para novamente passar por todas as fases ora mencionadas. Esse trâmite avalia como um processo muito demorado.

Um ponto que considera forte é a relação entre os integrantes do CEIVAP, que descreve como voluntária, seja como membro, seja em atividades internas, como câmaras técnicas e grupos de trabalho. Nesses grupos formais, ressalta que, quando o membro não está integrando, pode participar esporadicamente, sem direito a voto, mas com direito à voz. Assim, na visão do entrevistado, este membro pode argumentar e influenciar as decisões do grupo de trabalho. Entende como um gesto de respeito entre os integrantes do CEIVAP quando se cria um grupo informal com objetivo de discutir um assunto específico e que, com o avanço das discussões, e sua importância reconhecida, o grupo torna-se formal no âmbito do CEIVAP.

A qualidade nas discussões, de acordo com o entrevistado, ocorre muito devido à obrigatoriedade de participação prévia em comitês regionais. Isso propicia membros mais experientes, pois já sabem do papel do comitê e das responsabilidades dos integrantes. Com isso, acredita o entrevistado que o CEIVAP é um espaço para o exercício de democracia onde se observa um equilíbrio de forças entre os segmentos e entre os estados.

Outro aspecto que o entrevistado considera “grande avanço” foi a implantação da agência de bacia, pois explica que a partir desse momento o CEIVAP conseguiu executar suas ações, deliberações e projetos. Além disso, cita outro aspecto positivo que é o financiamento da elaboração dos planos municipais de saneamento básico e o gerenciamento de recursos sólidos dos municípios da bacia, que, a seu ver, desonera os municípios e ainda os enquadra à



lei, beneficiando poder público e sociedade. Outro exemplo positivo citado é o financiamento de ações e programas que o CEIVAP efetua nos comitês regionais.

### **3- Conhecer o significado de gestão integrada na visão dos sujeitos;**

O entrevistado compreende que os conhecimentos sobre a gestão de recursos hídricos e a participação em comitês de bacia propiciam uma visão mais ampla, onde se percebe de forma diferente a divisão político-administrativa. Afirma que toda ação do homem e da sociedade impacta os recursos hídricos, destacando que as ações que vão afetar mais diretamente na quantidade e qualidade da água, e que por isso necessitam estar integradas, são as ações de saneamento básico, ocupação urbana e desenvolvimento industrial, por demandarem significativo de consumo da água.

O representante da Prefeitura de Petrópolis alerta que a quantidade de água jamais se altera, apenas sua disponibilidade, e que por isso as atividades da sociedade na ocupação do solo e nas ações produtivas demandam e ao mesmo tempo influenciam na qualidade e na quantidade de água disponível. Portanto, para este representante, a integração da gestão visa equilibrar essa relação, minimizando o impacto da sociedade com intuito de garantir um mínimo de sustentabilidade no uso dos recursos hídricos.

Afirma também o entrevistado que a gestão integrada não deve ocorrer apenas nos aspectos, mas nas ações dos atores, que por sua vez, devem se colocar como responsáveis pelos impactos dos resíduos que as ações geram sejam pelo consumidor, pelo comércio ou pela indústria.

### **4- Identificar quais são as outras políticas públicas das quais depende o desenvolvimento da política de recursos hídricos;**

O representante da Prefeitura de Petrópolis afirma que a política que tem maior interação com a gestão dos recursos hídricos é a do zoneamento econômico e ecológico, por tratarem do planejamento do município, em que se definem os parâmetros do crescimento e de suas demandas, permitindo um planejamento das necessidades dos recursos naturais como os hídricos.

Afirma o entrevistado também que as políticas de saneamento interferem diretamente nos recursos hídricos, assim como as políticas sociais como a de habitação, a de educação e a de ocupação do solo pelas populações, essas três últimas interferindo indiretamente.

### **5- Evidenciar a visão dos sujeitos sobre as ações a serem realizadas para a efetivação da gestão integrada.**

O entrevistado compreende que a integração da gestão está diretamente refletida nas ações para qualidade da água, e as ações necessárias para melhorar essa qualidade são o tratamento de efluentes domésticos e industriais, investimento em ações de combate a inundação e assoreamento, drenagem urbana, tratamento de resíduos sólidos e líquidos e abastecimento de água. Essas ações, na visão do entrevistado, beneficiariam diretamente os municípios, pois, para ele, os planos de bacia hidrográfica são de suma importância para criar diretrizes para aplicação dos recursos de forma a colaborar com a visão de gestão integrada.

O entrevistado comenta também que a percepção sobre a gestão dos recursos hídricos deveria ser mais ampla, pois, segundo ele, apesar de ser necessária uma visão focada para se entender os problemas localizados, a percepção mais ampla ajuda a perceber a integração e suas consequências.

Explica o entrevistado que a integração requer também tomada de consciência de que as atividades locais geram impactos em outras áreas e regiões. Por isso, a solução que se deve apresentar deve ser o mais próximo possível da origem de criação do problema que gerou impacto. Um exemplo para redução de impactos nos recursos hídricos, na percepção do entrevistado, seria o incentivo ao tratamento do lixo orgânico no local de sua geração, criando menos necessidade de espaço em aterros sanitários.

Ele enxerga os consórcios intermunicipais de aterro sanitário como um problema em potencial para os recursos hídricos, pois conta que se trata da disposição de um grande volume de resíduos num espaço pequeno com o agravante de não atender à Política Nacional de Resíduos Sólidos, política essa que prevê outras ações além da destinação final, tais como a não geração, a redução, o reaproveitamento e a reciclagem. As cidades deveriam, na visão do entrevistado, tratar seu lixo orgânico para transformar em adubo para jardinagem ou campos de futebol. Com isso, o resíduo destinado ao aterro, assim como os seus efeitos sobre os recursos hídricos, seria o mais inerte possível.

A coleta seletiva, para o entrevistado, é outra ação que ajudaria na integração, como mecanismo de inserção social, se forem criadas determinadas regras, tais como o incentivo econômico a itens que hoje não são tão valorizados para os recicladores. Uma das ações que responsabilizaria todos os indivíduos seria a implementação de uma política de logística reversa, onde cada ponto de venda deveria ser obrigado a receber do comprador seu bem antigo para devolução às fábricas e correta destinação.

Contudo, sugere que a integração da gestão dos recursos hídricos deva ocorrer com todos os setores da sociedade, cada um entendendo seu papel como gerador e tratador dos resíduos no processo produtivo. Assim, compreendendo as consequências de seu consumo e os impactos causados com os resíduos gerados, as pessoas poderão compreender sua responsabilidade nos recursos hídricos.

Observa ainda que o desenvolvimento está muito concentrado em poucas regiões e deve ser distribuído pelo país inteiro, de forma a promover o crescimento de forma sustentável. Para isso, sugere que o planejamento deve considerar não só os estados, mas as bacias hidrográficas como unidade de planejamento, uma vez que estas, na sua visão, são as que promovem os recursos necessários para a produção e desenvolvimento dos países.

Ele compreende que o membro do comitê de bacia tem um importante papel na integração da gestão, pois cabe a ele discutir e buscar soluções para conflitos no uso dos recursos hídricos, não defendendo um setor, mas apresentando diferentes óticas sobre o mesmo problema. A participação nos comitês é a representação de diversos papéis representados na sociedade, tais como profissional, cidadão, gerador e consumidor de bens.

**Quadro 8 - Síntese da Entrevista com representante a Prefeitura Municipal de Petrópolis**

Nome da Organização	Proposição do Sujeito da Organização	Como Deve Ocorrer a Gestão Integrada na Visão do Sujeito
<p><b>Prefeitura Municipal de Petrópolis</b></p>	<p>A Lei 9433/97 proporcionou a criação de uma nova forma de relação entre os membros do CEIVAP, onde poder público, usuários e sociedade civil não tem poder de resolução individual, mas precisam discutir e negociar entre si, posicionando o CEIVAP como um espaço democrático ainda maior que o existente nos conselhos municipais que foram criados para fomentar propostas, discussão e negociação entre os membros.</p>	<p>A gestão integrada deve considerar o planejamento em que as bacias hidrográficas sejam unidade de planejamento, uma vez que estas são as que provêm os recursos necessários para a produção, consumo e desenvolvimento dos países.</p>

Fonte: Elaboração própria com base em entrevista.

**3. Representantes de organizações públicas usuárias dos recursos hídricos fluminenses**

**a. Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Três Rios – SAAETRI**

**1. Verificar como ocorre a relação entre os sujeitos da pesquisa e os demais atores do CEIVAP;**

O entrevistado relata forte relação com representantes de organizações públicas usuárias de recursos hídricos próximas à sua área de atuação, onde há constantes contatos e trocas de informações. Essa relação ocorre principalmente por haver interação sobre a qualidade da água extraída do Rio Paraíba do Sul, que influencia a todos.

**2. Extrair o conhecimento dos sujeitos sobre os avanços e os entraves da gestão dos recursos hídricos no Brasil;**

O representante do SAAETRI afirma que existe a integração entre várias políticas públicas, Observa melhoras desde a promulgação da Lei 9.433/97 e que isso se deve à vontade, à capacitação e ao conhecimento dos gestores.

Sugere que deveria haver um número maior de participantes no CEIVAP, contudo crê que quanto mais pessoas, maior será o número de ausências, o que impede a evolução das discussões, pois, com o atual número de membros, existe um alto índice de absenteísmo.

**3. Conhecer o significado de gestão integrada na visão dos sujeitos;**

O entrevistado entende que gestão integrada é a união de distintos atores, sendo governo, usuários e sociedade civil unidos para solução dos problemas dos recursos hídricos.

**4. Identificar quais são as outras políticas públicas das quais depende o desenvolvimento da política de recursos hídricos;**

Salientou que todos os municípios estão elaborando seus planos municipais de saneamento, financiados pelo Estado ou pela União, destacando que a política de saneamento engloba a gestão de resíduos sólidos e que esta deveria estar integrada com a política ambiental, pois elas são diretamente ligadas à integração de recursos hídricos. Essa integração deve ocorrer partindo de esferas governamentais menores (municípios), para escalas governamentais maiores (Estado e União).

**5. Evidenciar a visão dos sujeitos sobre as ações a serem realizadas para a efetivação da gestão integrada.**

De acordo com a interpretação do entrevistado, a integração já ocorre plenamente, pois para ele, existe a discussão entre os interessados em recursos hídricos nos comitês estaduais de bacia, nos conselhos estaduais de recursos hídricos, na AGEVAP e no CEIVAP, pois acredita que este já promove discussões nos três estados que o Rio Paraíba do Sul banha.

O representante do SAAETRI entende que a integração poderia ocorrer melhor caso houvesse maior comprometimento dos membros do CEIVAP, pois identifica alto número de faltosos nas reuniões, o que atrasa ou mesmo impede as discussões, na sua percepção.

Sugere que a empresa de saneamento e a do meio ambiente deveriam trabalhar juntas para uma maior integração, mas entende que ainda não há essa cultura arraigada.

**Quadro 9 - Síntese da Entrevista com representante do SAAETRI – Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Três Rios**

<b>Nome da Organização</b>	<b>Proposição do Sujeito da Organização</b>	<b>Como Deve Ocorrer a Gestão Integrada, na Visão do Sujeito</b>
<b>SAAETRI</b> <b>Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Três Rios</b>	Há pouco comprometimento dos membros do CEIVAP, com alto número de faltosos nas reuniões, o que atrasa ou mesmo impede as discussões.  Não há ainda a cultura arraigada de trabalhar juntos - empresa de saneamento e a do meio ambiente.	Todos os municípios estão elaborando seus planos municipais de saneamento, financiados pelo Estado ou pela União, destacando que a política de saneamento engloba a gestão de resíduos sólidos e que esta deveria estar integrada com a política ambiental, pois elas são diretamente ligadas à integração de recursos hídricos e essa integração deve ocorrer partindo de esferas governamentais menores (municípios), para escalas governamentais maiores (Estado e União).

Fonte: Elaboração própria com base em entrevista.

**b. Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE**

**1- Verificar como ocorre a relação entre os sujeitos da pesquisa e os demais atores do CEIVAP;**

O entrevistado explica que a relação da sua organização com os membros do CEIVAP se dá somente nas reuniões, mas posteriormente menciona que a CEDAE mantém parcerias com prefeituras e secretarias dos municípios em que atua para realização de obras e implementação de saneamento nessas cidades. Além disso, relata constante relacionamento com outras empresas de saneamento da região, participantes ou não do CEIVAP. Essa comunicação entre as empresas, explicou, acontece quotidianamente, mas, sobretudo em casos de acidentes ambientais no leito do Rio Paraíba do Sul, quando se fazem atividades coordenadas para mitigar os efeitos produzidos por acidentes. O entrevistado também comenta sobre uma relação mais estreita com a sua maior consumidora que é uma fábrica de cerveja instalada na região.

O entrevistado relata que o seu ingresso no CEIVAP ocorreu para substituir outro membro da CEDAE que passou a ter outra função, a de representar a empresa nos fóruns de recursos hídricos, e indicou funcionários da região para dar continuidade ao trabalho. Apesar de atuar na área de recursos hídricos há 19 anos e como membro do Comitê há um ano e meio, o entrevistado enfatiza que não possui muito conhecimento sobre o tema e que ainda se sente inseguro e pouco capacitado, devido à responsabilidade que compreende existir nessa plenária, o Comitê.

Complementou que sua atuação maior é junto ao Comitê do Médio Paraíba, onde, além de membro representante de usuários, atua na gestão.

**2- Extrair o conhecimento dos sujeitos sobre os avanços e os entraves da gestão dos recursos hídricos no Brasil;**

O representante da CEDAE relatou que está insatisfeito com a falta de objetividade e com a polarização nas discussões no CEIVAP, assim como a burocracia que ocorre entre o CEIVAP e a agência de bacia que, somadas, causam demora na aplicação dos recursos oriundos da cobrança.

A polarização, explica o entrevistado, advém de pontos negativos, como a pouca quantidade de pessoas que dominam o tema, mas também de pontos que poderiam ser positivos, tais como o alto grau ideológico existente nos membros, o que provoca uma discussão mais aprofundada, contudo muito demorada. Isso tira o foco da discussão, a seu ver, mais importante, que é a aplicação do recurso, principalmente nas prefeituras com maior necessidade, que apresentam uma participação bastante deficiente.

Relata também que há grupos mais organizados, como os integrantes do estado de São Paulo, que, segundo o entrevistado, se organizam nas reuniões e, recentemente, estão pleiteando a realização de uma transposição na porção paulista do rio. Afirma que a política ainda não está suficientemente participativa e integrada e que essa integração deveria existir entre os estados e setores responsáveis pela fiscalização e execução de um plano de contingência no caso de acidente ambiental no leito do Rio Paraíba do Sul, que atualmente ocorre de forma amadora.

O entrevistado entende que o Rio Paraíba do Sul não tem sido cuidado com eficiência, pois ainda há lançamento de esgoto *in natura*, assim como o despejo de resíduos nocivos, por parte das empresas, localizadas no leito do rio, principalmente quando é detectado algum vazamento. A estrutura dos órgãos fiscalizadores avalia como insuficiente para atuar adequadamente nesses casos, por isso defende que o recurso da cobrança deveria ser aplicado também em fiscalização.

A CEDAE, conforme explicou o seu representante, não fornece dados suficientes para que haja uma representação eficaz de seus funcionários junto ao CEIVAP e também não alinha a sua participação junto ao CEIVAP com as metas da organização e objetivos. Afirma ainda que a empresa não oferece atratividade para que outras pessoas mais aderentes ao tema procurem representar a organização nesses fóruns.

### **3- Conhecer o significado de gestão integrada na visão dos sujeitos;**

O entrevistado relaciona gestão integrada à participação destacando: é “a participação de todos os agentes envolvidos no processo”. Compreende que esses agentes são o poder público, a sociedade civil e os usuários de saneamento e da agricultura e resume sugerindo que a gestão integrada no âmbito do CEIVAP deve envolver todas as pessoas que sofrem ou praticam qualquer tipo de ação no Rio Paraíba do Sul.

### **4- Identificar quais são as outras políticas públicas das quais depende o desenvolvimento da política de recursos hídricos;**

O entrevistado compreende que o desenvolvimento das cidades está diretamente ligado à necessidade de habitação e transporte. Esse crescimento gera necessidade de água e saneamento básico.

Outro ponto relatado é sobre a necessidade da participação dos conselhos municipais no CEIVAP. Mesmo que não fossem como membros, o entrevistado entende que os Conselhos de Saúde, o da Cidade e o de Meio Ambiente deveriam conhecer a atuação do CEIVAP e apresentar suas possíveis contribuições no fórum do CEIVAP.

### **5- Evidenciar a visão dos sujeitos sobre as ações a serem realizadas para a efetivação da gestão integrada.**

O entrevistado defende que as discussões no CEIVAP deveriam ser menos focadas em discussões administrativas e regulamentares, tais como regimento interno e estatuto e mais voltadas para ações práticas, buscando a efetivação de investimento e ações que resultem em qualidade de vida para a população. Ele entende que as discussões administrativas são necessárias e importantes, mas deveriam ocorrer em paralelo com câmaras técnicas, que por sua vez deveriam discutir, por exemplo, planos de ação interestaduais.

Identifica que os órgãos ambientais dos três estados deveriam atuar de forma mais integrada, uma vez que, acidentes que ocorrem no leito do Rio Paraíba do Sul, tais como vazamento de produtos químicos, representam grande risco para o abastecimento dos municípios e a comunicação entre os órgãos seria importante para a execução de um plano de ação integrado. Exemplifica que no Rio de Janeiro o INEA deveria coordenar a elaboração deste plano de ação estadual, juntamente com as empresas de saneamento, prevendo maior comunicação e ações de prevenção e de combate a esses problemas.

Comenta também que a participação do CEIVAP ganharia maior qualidade tendo membros e profissionais mais afeitos ao tema e se cada instituição representada capacitasse e instrísse seus representantes com diretrizes para as discussões. Isso, na visão do entrevistado, reflete uma participação consciente e efetiva, em que as organizações não estariam apenas representadas numericamente.

Outra ação a ser tomada em direção da gestão integrada, na visão do entrevistado, deveria ser a divulgação das atividades do CEIVAP nas escolas e a busca pela inserção do tema no ensino básico, buscando formar e conscientizar o cidadão, uma vez que o entrevistado crê que os atuais estudantes serão os futuros profissionais que contribuirão para a formulação de políticas e práticas melhores que as atuais.

Finalmente, o entrevistado ressalta sobre a importância do fortalecimento dos comitês regionais, onde, a seu ver, há maior participação das prefeituras e as discussões são mais regionalizadas e focadas nos problemas comuns daquela região, criando assim subsídios para levar ao CEIVAP. Comenta também que a profundidade nas discussões está ligada à ampliação do número de participantes, mas reconhece que essa ampliação pode trazer problemas de quórum.

**Quadro 10 - Síntese da Entrevista com representante da CEDAE – Companhia Estadual de Águas e Esgotos**

Nome da Organização	Proposição do Sujeito da Organização	Como Deve Ocorrer a Gestão Integrada na Visão do Sujeito
<p><b>CEDAE</b> <b>Companhia Estadual de Águas e Esgotos</b></p>	<p>A política de integração ainda não está suficientemente participativa e integrada e essa integração deveria existir entre os estados e setores responsáveis pela fiscalização e execução. Uma das razões para a falta de integração é que poucas pessoas conhecem com profundidade a Política de Recursos Hídricos brasileira e essas pessoas polarizam as discussões no CEIVAP.</p>	<p>O fortalecimento dos comitês regionais, onde há maior participação das prefeituras e as discussões são mais regionalizadas e focadas nos problemas comuns daquela região, criando assim subsídios para levar ao CEIVAP. A profundidade nas discussões está ligada à ampliação do número de participantes.</p>

Fonte: Elaboração própria com base em entrevista.

**4. Representantes de organizações privadas usuárias dos recursos hídricos fluminenses**

**a. Representante do setor industrial do estado do Rio de Janeiro – Instituição ALFA.**

- 1. Verificar como ocorre a relação entre os sujeitos da pesquisa e os demais atores do CEIVAP;**

Não houve autorização para a divulgação do nome da instituição representante do setor industrial no estado do Rio de Janeiro. Por isso, a sua presença nesse trabalho constará como **Instituição ALFA**.

O entrevistado informa que a Instituição ALFA tem como principal função a representatividade do setor industrial visando garantir níveis de competitividade. Com isso, sua participação no CEIVAP tem como objetivo estimular com ações de modo que os recursos hídricos não sejam um elemento que impeça a competitividade da indústria local. Além de atuar nos comitês de bacia estaduais, atua também no Conselho Estadual de Recursos Hídricos.

O representante da organização ALFA entende que a atuação do CEIVAP é de interesse do setor industrial fluminense e que, por isso, essa instituição sempre atuou junto ao CEIVAP desde a sua criação, acompanhando a sua trajetória, constituindo histórico de participação, ocupando cadeira titular no CEIVAP por três biênios consecutivos – desses, o entrevistado foi o representante por dois biênios.

Explica o entrevistado que o setor que representa na organização ALFA tem como uma das funções representar e defender os interesses da indústria. Com isso, todas as áreas em que a organização é convidada ou identifica como sendo de interesse do setor industrial, ela se faz representar.

O entrevistado relata que o setor industrial tem uma clara percepção dos pontos fortes da gestão dos comitês de bacia, assim como clara compreensão sobre os papéis e responsabilidades desses comitês. A Instituição ALFA, explica o entrevistado, tem um acompanhamento que incentiva a participação da indústria fluminense tanto no CEIVAP quanto nos comitês afluentes do Rio Paraíba do Sul.

Narra também que a sua organização mantém uma relação bastante positiva com os outros segmentos integrantes do CEIVAP, como, por exemplo, companhias de geração elétrica e saneamento do Rio de Janeiro. Relata a existência de troca de informações produtiva para todos os grupos. A Instituição ALFA entende que as companhias de saneamento e de geração de energia elétrica, públicas ou privadas, têm interesse na sua representatividade, pois os interesses são comuns, tais como disponibilidade, quantidade e qualidade da água, assim como o valor cobrado pelo uso dos recursos hídricos. Isso, em sua opinião, estreita a relação entre esses setores.

Expõe que, visando garantir a competitividade, a Instituição ALFA sentiu necessidade de alinhar posicionamentos e trocar experiências em encontros e reuniões periódicas. Como consequência, foi criada uma rede que integra os representantes industriais do estado do Rio de Janeiro, denominada Rede Indústria. Essa rede conta hoje com 88 integrantes representantes ou potenciais representantes de comitês de bacia do estado do Rio de Janeiro.

O entrevistado informa que é o coordenador de outra rede, a Rede Sustentabilidade, cujo objetivo é nivelar conhecimentos, gerar posicionamentos, quando isso já não ocorre institucionalmente, assim como provocar intercâmbio de informações, relata que as informações pertinentes e de interesse da indústria são divulgadas diariamente a seus membros. Explicita ainda que essa rede capacita os representantes industriais nos comitês de bacia, ensinando o que é o comitê, para que serve, as suas responsabilidades e qual a importância da presença e o papel do setor industrial nos comitês. Por meio da Rede



Sustentabilidade, os participantes também tomam conhecimento dos processos eleitorais dos comitês e são incentivados à participação, quando há aderência da indústria ao comitê.

## **2. Extrair o conhecimento dos sujeitos sobre os avanços e os entraves da gestão dos recursos hídricos no Brasil;**

O entrevistado compreende que a Lei 9433/97 apresentou considerável avanço na estrutura legal, inserindo o Brasil numa posição privilegiada em relação a outros países do mundo, quando tratou a água como bem público e dotado de valor financeiro, quando definiu critérios de priorização para o uso da água e relativizou a importância da água como bem finito. Entende que a promulgação da lei representa uma mudança de paradigma e de compreensão do valor da água para a população, o governo e os meios produtivos.

Narra o entrevistado que a definição do comitê de bacia como parlamento de águas também representou um grande progresso, pois propiciou a integração entre os três segmentos da sociedade lá representados na gestão, planejamento e aplicação do recurso público.

Na visão do representante do setor industrial, as atuações do CEIVAP e de sua agência delegatária, a AGEVAP, são muito transparentes em relação à aplicação dos recursos. Os procedimentos praticados são muito profissionais. Contudo, o valor da cobrança, para o entrevistado, é insuficiente para influenciar na melhoria de quantidade e qualidade da água. Com isso, o recurso do CEIVAP, explica, torna-se atrativo para alavancar projetos de melhoria ou modernização dos sistemas de coleta ou nos sistemas de tratamento para prefeituras de pequeno porte. Nesse caso, as ferramentas do CEIVAP são bem estruturadas, bem elaboradas e bem conduzidas, tornando o recurso útil, conforme expõe o entrevistado.

Então, o referido representante enxerga que houve avanços na gestão do recurso, na arrecadação, na implementação da política e na percepção da necessidade de integração da política hídrica com outras políticas, pois este avalia que hoje já se percebe que políticas como de resíduos sólidos, saneamento e gestão de territórios podem influenciar positiva ou negativamente na PNRH.

Na percepção do entrevistado, a Política Nacional dos Recursos Hídricos não está adequadamente implantada, e as ações necessárias para os avanços estão ligadas à atuação dos comitês de bacia. A Lei prevê a utilização de cinco instrumentos para seu funcionamento pleno destes comitês e desses instrumentos, somente a cobrança pelo uso da água encontra-se perfeitamente instalada na maioria dos comitês. A demora da efetivação dos instrumentos, no olhar do sujeito entrevistado, provoca fragilidades no planejamento, na execução e nos resultados, para a sociedade e para os interessados.

Desses instrumentos, comenta o entrevistado que o plano de bacia é fundamental para que se tenha uma visão das necessidades da bacia e dos vários comitês, dentre eles o CEIVAP, sendo que este não possui plano de bacia, o que prejudica a apresentação de projetos de qualidade.

## **3. Conhecer o significado de gestão integrada na visão dos sujeitos;**

Gestão integrada, na compreensão do sujeito, é a gestão holística. Portanto para ele, a política de recursos hídricos deve ser compreendida de forma mais abrangente, global. A gestão integrada, a seu ver, pode alavancar a política de recursos hídricos uma vez que isso

requer que várias políticas relacionadas a esta, evoluam conjuntamente, principalmente na área de planejamento.

Por essa razão, observa que os governantes de qualquer esfera devem tratar a gestão de políticas observando-se o todo e, no caso em questão, a integração deve ocorrer entre quatro principais políticas públicas: a de recursos hídricos, a de saneamento, a de resíduos sólidos e a de ocupação de solos.

O conjunto delas deveria ser tratado de forma holística, em que o governante de qualquer esfera considerasse essas dimensões como uma política única, para que estas não sejam tratadas de forma fragmentada, mas que essas dimensões, ou facetas, trabalhem de forma harmônica, em que o avanço de uma represente também o avanço das demais políticas.

#### **4. Identificar quais são as outras políticas públicas das quais depende o desenvolvimento da política de recursos hídricos;**

Quando questionado sobre quais são as outras políticas públicas que interagem com a de recursos hídricos, o entrevistado concluiu que as políticas são a de uso do território, de uso da floresta, de uso do recurso natural floresta, da biodiversidade, da gestão de resíduos, de saneamento e o gerenciamento costeiro onde aplicável.

#### **5. Evidenciar a visão dos sujeitos sobre as ações a serem realizadas para a efetivação da gestão integrada.**

Enfatiza o entrevistado que a política de recursos hídricos é viável e lógica, mas precisa ser mais bem compreendida. Para isso, é necessário que se implementem plenamente os instrumentos previstos na Lei 9433/97, pois eles fornecerão a compreensão e uma estrutura mais robusta da que temos atualmente.

O entrevistado ressalta a importância de se concluir os planos de bacia, pois, por meio deles, explica que há possibilidades de se visualizar as necessidades de curto, médio e longo prazos para a bacia, indicando as ações e os projetos prioritários que venham melhorar a quantidade, a qualidade e a disponibilidade da água da bacia hidrográfica, de acordo com a arrecadação.

O entrevistado entende também que a cobrança pelo uso dos recursos hídricos é outra importante medida para o processo de gestão integrada, pois, para ele, dá o sentido financeiro ao processo. Contudo, entende que as regras para a cobrança devem ser estáveis e baseadas em uma lógica que evite incertezas, inclusive jurídicas. Essa estabilidade, para ele, dá credibilidade ao comitê de bacia.

Outro ponto que envolve os recursos oriundos da cobrança é a sua utilização, que, de acordo com o entrevistado, deve ser mais eficiente, pois segundo ele, ocorre um descompasso entre a arrecadação e a velocidade de utilização desse recurso.

Para o entrevistado, a Lei 9433/97 esclarece as políticas do comitê, mas falta agora este assumir o papel de gestor do território ou região hidrográfica, direcionando de forma profissional ações, esforços e recursos financeiros para a solução dos problemas daquela bacia.

Em sua visão, a efetivação da gestão integrada está diretamente ligada ao interesse político do governante, pois depende dele compreender as questões sociais, ambientais e econômicas de uma forma integrada, sustentável. Os governantes devem desenvolver a vocação para o planejamento integrado e articulado das políticas, de forma a harmonizá-las.

O governante, na visão do sujeito entrevistado, ao agir dessa forma, levará a população a entender a importância da integração das políticas públicas, que por sua vez terá melhores condições de escolher seus representantes políticos, que promoverão a criação de uma agenda positiva em prol da preservação do bem público, passando obrigatoriamente pelo equilíbrio e pelo avanço dessas políticas, seja de saneamento, seja de recursos hídricos, de resíduos, de biodiversidade, de gerenciamento costeiro, de ocupação e gestão de territórios, entre outras.

Em suma, afirma que a gestão integrada não deve ocorrer apenas no CEIVAP, mas que deve ser mais ativa nos entes federativos, principalmente no município.

**Quadro 11 - Síntese da Entrevista com representante da INSTITUIÇÃO ALFA – Representante do setor industrial fluminense**

Nome da Organização	Proposição do Sujeito da Organização	Como Deve Ocorrer a Gestão Integrada na Visão do Sujeito
<p><b>INSTITUIÇÃO ALFA</b> <b>Representante do setor industrial fluminense</b></p>	<p>A Política Nacional dos Recursos Hídricos não está adequadamente implantada, e as ações necessárias para os avanços estão ligadas à atuação dos comitês de bacia. A Lei prevê a utilização de cinco instrumentos para seu funcionamento pleno destes comitês e desses instrumentos, somente a cobrança pelo uso da água encontra-se perfeitamente instalada na maioria dos comitês. A demora da efetivação dos instrumentos provoca fragilidades no planejamento, na execução e nos resultados, para a sociedade e para os interessados.</p>	<p>A efetivação da gestão integrada está diretamente ligada ao interesse político do governante, pois depende dele compreender as questões sociais, ambientais e econômicas de uma forma integrada, sustentável. Os governantes devem desenvolver a vocação para o planejamento integrado e articulado das políticas, de forma a harmonizá-las.</p> <p>O governante, ao agir dessa forma, levará a população a entender a importância da integração das políticas públicas, que por sua vez terá melhores condições de escolher seus representantes políticos, que promoverão a criação de uma agenda positiva em prol da preservação do bem público, passando obrigatoriamente pelo equilíbrio e pelo avanço dessas políticas, seja de saneamento, seja de recursos hídricos, de resíduos, de biodiversidade, de gerenciamento costeiro, de ocupação e gestão de territórios, entre outras. A gestão integrada não deve ocorrer apenas no CEIVAP, mas que deve ser mais ativa nos entes federativos, principalmente no município.</p>

Fonte: Elaboração própria com base em entrevista.

**5. Representantes de organizações da sociedade civil fluminenses**

**a. Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES**

## **1. Verificar como ocorre a relação entre os sujeitos da pesquisa e os demais atores do CEIVAP;**

O entrevistado relata que milita na área de meio ambiente e saneamento há muitos anos e já atuou no CEIVAP como representante de prefeitura, mas, após transferência de setor, afastou-se. Como já era membro da ABES há muitos anos e ocorrendo a dificuldade de locomoção do membro anterior, foi convidado, a partir da última eleição de membros do CEIVAP, para representá-la na região.

A atuação da entidade está voltada para a realização de cursos e palestras voltados para a área ambiental, saneamento e recursos hídricos, capacitando técnicos para atuação no mercado. Tem representação em todos os estados brasileiros e promove eventos em vários estados do Brasil e também no exterior. Assim, a relação da ABES com outras entidades ocorre conforme as necessidades da instituição pública ou privada que contrata seus serviços, sejam cursos ou palestras.

## **2. Extrair o conhecimento dos sujeitos sobre os avanços e os entraves da gestão dos recursos hídricos no Brasil;**

Na visão do entrevistado, a política brasileira de recursos hídricos precisa de profundas modificações, apesar dos avanços ocorridos com a implantação do CEIVAP. Mesmo assim, ele informa que as ações de melhoria ainda estão muito lentas. Um ponto importante que o entrevistado enxerga é a deficiência na fiscalização, o excesso de delegação e pouco controle por parte da ANA. Esclarece que o responsável pela fiscalização no Rio Paraíba do Sul seria o IBAMA, que tem um convênio com o INEA, que, por sua vez, faz convênios com secretarias municipais. Contudo, a estrutura existente em todos os órgãos é insuficiente e os convênios com os municípios nem sempre dão autonomia necessária para a efetivação da fiscalização. Além da pouca estrutura, o INEA tem outras atribuições, tais como atuar em ações para arrecadação aos cofres do estado do Rio de Janeiro, o que dificulta muito sua atuação no Rio Paraíba do Sul. Com isso, o entrevistado observa que praticamente não existe monitoramento preventivo, o que, para ele, facilita a fraude na declaração do consumo de água, tanto por parte dos municípios, como das indústrias. O entrevistado afirma que essa prática, aliada à ineficiência da fiscalização, anteriormente relatada, provoca redução na arrecadação do valor cobrado pelo uso da água. Então, conclui o representante da ABES que, com recursos insuficientes, somente se investe onde a situação é mais grave, no caso, o esgotamento sanitário.

O entrevistado informa a existência de outras fontes de financiamento para os municípios vindos do Estado, mas afirma que esse recurso ainda não é suficiente, pois as ações previstas nos Planos Diretores Municipais, que devem ser revistas a cada dois anos, não conseguem acompanhar as demandas do crescimento populacional e industrial. Outro problema que o entrevistado identifica com recursos do Estado é que, mesmo este sendo arrecadado para ações ambientais, seu destino não é controlado, o que facilita, no olhar do entrevistado, a aplicação desse recurso em outros programas municipais.

Explica o sujeito entrevistado que a ação dos prefeitos também colabora para o hiato existente entre investimento e crescimento, uma vez que, quando não há obrigatoriedade legal de investir determinado percentual do orçamento em saneamento, como exemplifica que ocorre com saúde e educação, os chefes do executivo não priorizam a manutenção e ampliação do sistema de saneamento conforme ele percebe.

Quanto à atuação do CEIVAP, avalia que está aquém do esperado. Ele afirma que, como o ingresso no CEIVAP não se dá por critérios técnicos, o interesse político se sobrepõe ao técnico, o que provoca uma disputa política interna, afastando o Comitê do seu objetivo principal. Esse afastamento, a seu ver, gera uma atuação morosa e ineficiente. Com isso, explica que os municípios não se sentem estimulados em participar do comitê, pois encontram dificuldade em conseguir financiamentos e levar a cabo ações que realmente sejam úteis e aplicáveis no tempo necessário. Os recursos disponibilizados para os comitês regionais também são insuficientes e falta entrosamento do CEIVAP com outras políticas, tais como saneamento e florestal, tornando deficiente sua atuação em ações de reflorestamento e preservação de nascentes. Contudo, ainda com todos esses entraves, o entrevistado vê aspectos positivos como CEIVAP, que está financiando a elaboração de planos diretores para os municípios de sua abrangência, ação essa que colabora com a lei de saneamento.

O entrevistado identifica que a representatividade da sociedade civil, como no seu caso junto ao CEIVAP, é muito pequena, sendo seu voto individual pouco significativo nas decisões, o que obriga a articulação desse segmento com o poder público. Também relata que a população não conhece a gestão de recursos hídricos, consequentemente nem as ações do CEIVAP, o que dificulta ações preventivas e corretivas.

### **3. Conhecer o significado de gestão integrada na visão dos sujeitos;**

O entrevistado entende que a gestão integrada se realiza por meio da integração entre a política de recursos hídricos e os órgãos ligados ao meio ambiente, ao saneamento e aos resíduos sólidos, interagindo com a administração pública, discutindo seus projetos de forma a identificar pontos convergentes e conflitantes. Defende também que o Estado deve ter participação próxima e integrada nessa gestão, com objetivo de alinhar as necessidades dos municípios. Essa integração deve envolver também ações de entidades delegatárias, fiscalizadoras e os órgãos executores.

### **4. Identificar quais são as outras políticas públicas das quais depende o desenvolvimento da política de recursos hídricos;**

O representante ressalta que as políticas hídricas e sanitárias devem interagir com a política de recursos hídricos, tais como saneamento, água, esgoto, drenagem, resíduos sólidos e hospitalares, e também que é preciso que haja estreita relação entre prefeituras, órgãos estaduais e comitês de bacia trabalhando em conjunto.

### **5. Evidenciar a visão dos sujeitos sobre as ações a serem realizadas para a efetivação da gestão integrada.**

Para a efetivação da gestão integrada, o entrevistado acredita que seja necessária uma mudança no CEIVAP de modo que se torne mais técnico e menos político. Pessoas técnicas devem fazer parte da diretoria com o objetivo de agilizar a efetivação dos projetos. Nesse mesmo sentido, o entrevistado sugere que deveria haver uma aproximação do CEIVAP, por meio de sua agência de bacia, com os municípios. Com isso, o entrevistado acredita que haveria uma melhoria na avaliação técnica na execução de projetos mais eficazes, buscando, assim, atender às reais necessidades dos municípios no tempo adequado.

Outra maneira de efetivar a gestão integrada, na visão do sujeito entrevistado, seria o reforço às fiscalizações, de modo a minimizar eventuais divergências de informações e contribuir para o aumento da arrecadação e consequente investimento na bacia.

Contudo, enfatiza o entrevistado que investimento pesado em educação é de fundamental importância para efetivar a integração da gestão, pois acredita que, sem educação ambiental, os resultados não serão os esperados.

**Quadro 12 - Síntese da Entrevista com representante da ABES – Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental**

Nome da Organização	Proposição do Sujeito da Organização	Como Deve Ocorrer a Gestão Integrada na Visão do Sujeito
<p><b>ABES</b> <b>Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental</b></p>	<p>As decisões tomadas no CEIVAP são influenciadas por interesses e disputas políticas internas, o que se reflete na demora na aplicação do recurso e no desestímulo dos municípios em participar ativamente das discussões no Comitê. A pouca estrutura dos órgãos fiscalizadores contribui para que a arrecadação seja inferior à possível e, por consequência, não se consegue atender os municípios e conscientizar a população sobre a importância do CEIVAP e da gestão de recursos hídricos.</p>	<p>Para a integração da gestão se faz necessário o fortalecimento das relações entre entidades de saneamento, drenagem, resíduos sólidos e hospitalares, florestais, órgãos fiscalizadores e o CEIVAP, participando todas da gestão dos municípios em ações coordenadas pelo Estado, propiciando assim a realização de projetos integrados com todos os responsáveis. A ação da agência delegatária deveria ser mais ativa e direta, apoiando os municípios na elaboração e execução dos projetos mais eficazes que acompanhem o crescimento das cidades. Para a efetivação da gestão integrada, o entrevistado acredita que seja necessária uma mudança no CEIVAP de modo que se torne mais técnico e menos político.</p>

Fonte: Elaboração própria com base em entrevista.

**6. Diretor do CEIVAP**

**1- Verificar como ocorre a relação entre os sujeitos da pesquisa e os demais atores do CEIVAP;**

O representante fluminense na diretoria do CEIVAP declara atuar no comitê desde o início das atividades, sempre representando a sociedade civil. Houve um período que ocupou cargo público, quando optou por não votar, acreditando haver conflitos de interesses entre o cargo público e sua atuação em ONG.

Apresenta uma atuação combativa, ressalta a importância do papel da sociedade civil quanto ao interesse na qualidade do rio e questiona a posição do governo, especialmente dos municípios, que, em sua opinião, participam pouco do processo decisório.

Reconhece a existência de conflitos e coalizões entre os usuários. Durante a formação do CEIVAP, participou de um fórum com intuito de fortalecer a sociedade civil no âmbito do comitê.

Relata manter relações com prefeituras e usuários. Contudo, explica que se trata de uma relação recente, advinda da evolução da relação construída entre os entes do CEIVAP.

## **2- Extrair o conhecimento dos sujeitos sobre os avanços e os entraves da gestão dos recursos hídricos no Brasil;**

O representante do CEIVAP enumerou 7 avanços e 18 entraves na gestão dos recursos hídricos.

Nos avanços, o diretor do CEIVAP ressaltou a importância da coalizão entre governo e sociedade civil para a implantação da cobrança, uma vez que os usuários não eram a favor, pois acreditavam ser um tributo. Contudo, outro avanço citado foi que o usuário evoluiu na sua percepção sobre o valor pago, pois o que antes se contabilizava apenas como mais um imposto, hoje já percebe que se trata de benefício efetivo para a bacia hidrográfica e consequentemente para seus usuários. Com isso, os conflitos percebidos no período da implantação do CEIVAP se reduziram, permitindo maior interação entre os atores envolvidos na gestão hídrica do rio Paraíba do Sul.

O entrevistado compreende que a Lei 9.433/97 representa um avanço para a gestão de recursos hídricos brasileira, pois promove a descentralização e empodera os comitês, além de garantir que os recursos da cobrança sejam utilizados exclusivamente para benefícios da bacia hidrográfica, respeitando os critérios de cobrança e aplicação definidos no âmbito do comitê.

Mesmo ressaltando a relevância da lei que definiu os critérios para a efetivação da gestão dos recursos hídricos, o entrevistado apontou maior quantidade de entraves, tais como a resistência dos usuários para a implantação da cobrança, as assimetrias de poder identificadas pelos interesses de cada grupo, sendo que numericamente os usuários públicos e privados têm maior representatividade numérica e o governo tende a se aliar a quem o trará vantagens, relegando a sociedade civil a ser o legalizador, ou seja, quando há alguma divergência entre os outros grupos, a sociedade civil pode fazer a maioria dos votos.

Outro relato do entrevistado é que há interesse em modificar a lei, pois o valor movimentado é considerável, mas interesses políticos atrasam a aplicação do recurso, além de que nem sempre as decisões tomadas no âmbito do comitê são efetivadas, ressaltando as resoluções sobre a cobrança, que são constantemente adiadas ou não cumpridas.

O entrevistado também identifica que a morosidade na aplicação do recurso nem sempre é de responsabilidade do CEIVAP e exemplifica a falta de estrutura nas prefeituras, que, por falta de pessoal ou estrutura, não conseguem atuar eficientemente na gestão dos recursos hídricos. Além disso, as cidades são as responsáveis pela aplicação do recurso, mas a dominialidade da água não é municipal.

Outro ponto destacado trata-se do contrato efetuado entre o CEIVAP e o estado do Rio de Janeiro sobre a transposição do Rio Guandu, que, na a visão do entrevistado, não arrecada o correto para aplicação no Rio Paraíba do Sul, pois o estado capta muito mais água do que paga para o CEIVAP.

O representante do CEIVAP também relata dificuldades na relação com órgãos superiores, tais como o Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), onde as deliberações realizadas por este órgão, das quais o CEIVAP depende, não são divulgadas com

a transparência e o tempo necessário para discussão no comitê. Outro comentário é que a própria ANA não atua de forma integrada, uma vez que a cobrança é efetivada por um órgão e a fiscalização por outro. Com isso, o entrevistado sente falta de comunicação, informação e transparência e informa que falta integração para efetivar a gestão dos recursos hídricos.

O entrevistado também relatou como entrave um possível conflito entre estados, uma vez que o rio Paraíba do Sul é a principal fonte de água para o estado do Rio de Janeiro, mas o estado de São Paulo pretende realizar uma transposição que afetará a quantidade de água disponibilizada para o estado do Rio de Janeiro.

### **3- Conhecer o significado de gestão integrada na visão dos sujeitos;**

O entrevistado reconhece que a lei prevê a integração entre as políticas públicas, porém acredita que há falta de interesse na concretização de ações e supõe que sejam consequências da forma em que foi realizada a democratização no Brasil.

Relata a formação de um grupo de trabalho na época da elaboração do planejamento estratégico do CEIVAP, cujo objetivo era a integração. O resultado foi o fortalecimento da integração entre os comitês regionais dos estados compreendidos na atuação do CEIVAP.

O entrevistado entende que a gestão dos recursos hídricos deve ser considerada em todas as políticas públicas, pois entende a interdependência destas com a gestão hídrica.

### **4- Identificar quais são as outras políticas públicas das quais depende o desenvolvimento da política de recursos hídricos;**

Não somente quando houve o questionamento, mas durante o decorrer da entrevista, o representante do CEIVAP não relatou políticas, mas ministérios que interagem ou ao menos deveriam interagir com a política de recursos hídricos, tais como Ministério do Meio Ambiente, Ministérios das Cidades, Ministério da Agricultura e em um momento relata que todos os ministérios deveriam interagir com a política de recursos hídricos. Exemplificou que para a implementação e desenvolvimento de cidades, há necessidade da existência de rios e de uma ação integrada entre os ministérios.

Quando perguntado sobre quais as políticas, menciona a política ambiental, a política de saúde, de urbanização e planejamento e resume que a gestão dos recursos hídricos deveria estar inserida em todas as políticas.

### **5- Evidenciar a visão dos sujeitos sobre as ações a serem realizadas para a efetivação da gestão integrada.**

Mesmo informando não possuir soluções fechadas, o entrevistado relata que já existe na Lei 9.433/97 o instrumento do enquadramento dos corpos hídricos que pode contribuir para a integração da gestão. Esse enquadramento responsabilizaria estado e conseqüentemente os municípios pela qualidade e quantidade dos recursos hídricos disponibilizados para o município seguinte.

Ressalta também a importância do papel da sociedade civil para a integração, pois, explica, apesar de a iniciativa para a realização de uma política integrada ser do Governo Federal, a sociedade civil tem historicamente o papel de tencionar para que essa integração



ocorra. Essa falta de integração que ainda ocorre nos órgãos internos do governo está ligada à construção da democracia no Brasil pós-ditadura.

De acordo com o entrevistado, as prefeituras têm um importante papel na execução da política de recursos hídricos, mas essa política não deveria estar centralizada na figura do prefeito, pois se observa que as constantes alterações ocorridas no poder público municipal dificultam a continuidade dos planos e projetos necessários para a realização da gestão hídrica. Essas ações de longo prazo deveriam, conforme o entrevistado, estar centralizada em órgãos mais perenes, tais como os conselhos municipais.

Outro ponto importante para a integração da gestão hídrica é o fortalecimento da informação e da comunicação, tanto para quem atua no setor como também para a população, pois o entrevistado considera que a política de recursos hídricos não é tão conhecida como deveria, mesmo por quem tem a função de efetivar essa política.

O investimento em saneamento é importante, pois representa a maioria da poluição do rio Paraíba. Contudo, o resultado desse investimento somente será eficaz se vier acompanhado de mobilização e educação ambiental.

Finalmente, o entrevistado ressalta que o CEIVAP vem praticando ações que abrangem outras políticas, como o financiamento dos planos de gerenciamento de resíduos sólidos aos municípios da bacia, mas entende que, além dos planos, o CEIVAP poderia financiar também os projetos com intuito de incentivar as prefeituras a realizarem seus planos com maior consciência das responsabilidades do município e das consequências do plano.

### Quadro 13 - Síntese da Entrevista com CEIVAP

Nome da Organização	Proposição do Sujeito da Organização	Como Deve Ocorrer a Gestão Integrada na Visão do Sujeito
CEIVAP	<p>A promulgação da Lei 9.433/97 representou importante avanço para a gestão integrada de recursos hídricos. Percebe-se que, desde o início de sua implementação, houve redução de conflitos de interesses entre os integrantes, o que não representa a ausência de assimetria de poder no âmbito do CEIVAP. Não obstante, a aplicação dos recursos torna-se mais demorada devido à falta de comunicação, informação e transparência, como também interesses políticos existentes no Comitê, assim como a baixa estrutura e alta rotatividade existente nas prefeituras, que resulta na baixa aplicabilidade dos recursos, além de que os municípios, apesar de serem os responsáveis pela aplicação de recursos, a dominialidade das águas é de âmbito Estadual ou Federal, tornando essa precária estrutura também complexa.</p> <p>A falta de integração que ocorre nos órgãos internos do governo ainda está ligada à construção da democracia no Brasil pós-ditadura.</p>	<p>A Lei 9.433/97, instrumento do enquadramento dos corpos hídricos, pode contribuir para a integração da gestão. Esse enquadramento responsabilizaria estado e conseqüentemente os municípios pela qualidade e quantidade dos recursos hídricos disponibilizados para o município seguinte.</p> <p>É importante o papel da sociedade civil para a integração, pois, apesar de a iniciativa para a realização de uma política integrada ser do Governo Federal, a sociedade civil tem historicamente o papel de tencionar para que essa integração ocorra.</p>

Fonte: Elaboração própria com base em entrevista.

## **7. Representante da Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia do Rio Paraíba do Sul (AGEVAP) (Entrevista Piloto)**

### **1- Verificar como ocorre a relação entre os sujeitos da pesquisa e os demais atores do CEIVAP;**

O entrevistado emitiu opinião pessoal sobre a sua relação individual com membros do CEIVAP, o que indicou o cuidado do pesquisador na abordagem junto aos sujeitos.

### **2- Extrair o conhecimento dos sujeitos sobre os avanços e os entraves da gestão dos recursos hídricos no Brasil;**

Para o representante da AGEVAP, a política de recursos hídricos é inovadora, descentralizada e participativa. Isso, na visão do representante, pressupõe grande responsabilidade nas decisões dos membros do CEIVAP. Contudo, percebe ausência de cultura colaborativa visando este fim, podendo haver decisões tomadas baseadas em interesses pessoais.

Outra percepção do entrevistado é que há dificuldade na aplicação dos recursos, pois a iniciativa privada não tem acesso a estes, e as prefeituras não têm estrutura de pessoal para captar e aplicar o recurso com eficiência.

As relações entre os estados tendem a ser conflituosas e os municípios, responsáveis por algumas políticas públicas, não estão integrados à PNRH, por falta de instrumentos necessários a essa integração.

O entrevistado também vê diferenças culturais entre as políticas ambientais já consolidadas com a política de recursos hídricos, o que cria dificuldade de integração entre elas.

O representante salienta que um membro, representante de um seguimento, não articula com os demais membros não presentes na composição do CEIVAP, indicando que o setor não é devidamente representando, apenas a instituição a que o representante está vinculado.

### **3- Conhecer o significado de gestão integrada na visão dos sujeitos;**

O representante da AGEVAP relata compreender a gestão integrada como:

- Envolvimento da sociedade civil, usuários e governos das esferas municipal, estadual e federal;

### **4- Identificar quais são as outras políticas públicas das quais depende o desenvolvimento da política de recursos hídricos;**

O entrevistado reconhece a importância da integração da política de recursos hídricos com a política ambiental, mas ressalta a dificuldade de integração observada entre elas, devido a diferenças estruturais.

Além da política ora mencionada, ele também cita a política de saneamento, a de gestão territorial e outras que não são políticas, mas influenciam e são influenciadas pela política de recursos hídricos, que são a defesa civil e o pagamento por serviços ambientais.

**5- Evidenciar a visão dos sujeitos sobre as ações a serem realizadas para a efetivação da gestão integrada.**

O entrevistado sugere que, para a efetivação da gestão integrada, há necessidade de: a) integrar as políticas ambientais com a de recursos hídricos; b) possibilitar que os membros de comitês municipais participem dos comitês de bacia; c) superar a dificuldade de integração entre os representantes públicos no âmbito do comitê; d) ampliar, por esforço do CEIVAP, a participação dos municípios e dos comitês municipais; e) incentivar a prestação de contas por meio da promoção de reuniões entre o representante de determinado segmento e os demais membros do segmento; f) promover ações, por parte do CEIVAP, de educação e mobilização.

**Quadro 14 - Síntese da Entrevista com representante da AGEVAP**

Nome da Organização	Proposição do Sujeito da Organização	Como Deve Ocorrer a Gestão Integrada na Visão do Sujeito
AGEVAP	As relações entre os estados tendem a ser conflituosas e os municípios, responsáveis por algumas políticas públicas, não estão integrados à PNRH, por falta de instrumentos necessários a essa integração. Mesmo com os avanços conquistados com a implantação da Política Nacional de Recursos Hídricos no sentido de descentralização nas decisões, podendo servir de exemplo inclusive para outras políticas públicas, as diferenças estruturais, a falta de cultura colaborativa e de participação da sociedade no âmbito do comitê e conflitos de interesse existentes entre os membros do CEIVAP, aliados à falta de estrutura e baixa participação dos municípios nas decisões, dificultam a integração da política hídrica com as demais políticas públicas.	a) integrar as políticas ambientais com a de recursos hídricos; b) Possibilitar que os membros de comitês municipais participem dos comitês de bacia; c) superar a dificuldade de integração entre os representantes públicos no âmbito do comitê; d) ampliar, por esforço do CEIVAP, a participação dos municípios e dos comitês municipais; e) incentivar a prestação de contas por meio da promoção de reuniões entre o representante de determinado segmento e os demais membros do segmento; f) promover ações, por parte do CEIVAP, de educação e mobilização.

Fonte: Elaboração própria com base em entrevista.

A seguir apresenta-se um quadro sintetizando as entrevistas realizadas:

**QUADRO 15 – Síntese das Entrevistas**

Nome da Organização	Proposição do Sujeito da Organização	Como Deve Ocorrer a Gestão Integrada na Visão do Sujeito
<p><b>INEA</b> <b>Instituto Nacional do Meio Ambiente</b></p>	<p>A promulgação da Lei 9433/97 representou um avanço institucional, pois foi vencida a inércia e a dificuldade para implementação da cobrança. Contudo, após 16 anos, sua implementação ainda não atingiu o nível esperado, pois muito do que consta na lei não pode ser aplicado, pois os instrumentos lá previstos não são suficientes para alcançar os seus princípios e diretrizes, o que impediu que o CEIVAP avançasse em discussões importantes por questões internas ou por falta de capacidade de articulação com outros setores.</p>	<p>Para que a Lei 9433/97 seja implementada em sua plenitude, é necessário que primeiramente haja vontade política e articulação entre os âmbitos Federal, Estadual e Municipal. Além disso, o CEIVAP precisa de maior autonomia, que será adquirida com parcerias e articulação com os municípios e setores produtivos, ou significativo aumento na arrecadação. Assim o CEIVAP cumpriria seu papel de centralizador e norteador dos investimentos oriundos de qualquer fonte que tenha como objetivo a proteção e conservação da bacia hidrográfica de sua abrangência.</p>
<p><b>Prefeitura Municipal de Volta Redonda</b></p>	<p>Apesar dos avanços obtidos com a Lei das Águas e a formatação do CEIVAP estar adequada às necessidades de integração, observa-se pouca quantidade e qualidade nas discussões e ineficiência nas ações de sua secretaria executiva, o que ocasiona demora nas tomadas de decisões.</p>	<p>A Política Nacional de Recursos Hídricos, por meio de seus comitês, empodera os atores quando fornece informações para que estes se reúnam para discutirem ações e projetos para aplicação dos recursos da cobrança pelo uso da água nas bacias hidrográficas, que retorna para a bacia, por meio de financiamento de projetos para os municípios. Contudo, a quantidade das reuniões e a qualidade das discussões, assim como a eficiência da agência de bacia na agilidade e qualidade das informações prestadas são questionáveis.</p>
<p><b>Prefeitura Municipal de Petrópolis</b></p>	<p>A Lei 9433/97 proporcionou a criação de uma nova forma de relação entre os membros do CEIVAP, onde poder público, usuários e sociedade civil não tem poder de resolução individual, mas precisam discutir e negociar entre si, posicionando o CEIVAP como um espaço democrático ainda maior que o existente nos conselhos municipais que foram criados para fomentar propostas, discussão e negociação entre os membros.</p>	<p>A gestão integrada deve considerar o planejamento em que as bacias hidrográficas sejam unidade de planejamento, uma vez que estas são as que provêm os recursos necessários para a produção, consumo e desenvolvimento dos países.</p>
<p><b>SAAETRI</b> <b>Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Três Rios</b></p>	<p>Há pouco comprometimento dos membros do CEIVAP, com alto número de faltosos nas reuniões, o que atrasa ou mesmo impede as discussões.</p> <p>Não há ainda a cultura arraigada de trabalhar juntos - empresa de saneamento e a do meio ambiente.</p>	<p>Todos os municípios estão elaborando seus planos municipais de saneamento, financiados pelo Estado ou pela União, destacando que a política de saneamento engloba a gestão de resíduos sólidos e que esta deveria estar integrada com a política ambiental, pois elas são diretamente ligadas à integração de recursos hídricos e essa integração deve ocorrer partindo de esferas governamentais menores (municípios), para escalas governamentais maiores (Estado e União).</p>

<p><b>CEDAE</b> <b>Companhia Estadual de Águas e Esgotos</b></p>	<p>A política de integração ainda não está suficientemente participativa e integrada e essa integração deveria existir entre os estados e setores responsáveis pela fiscalização e execução. Uma das razões para a falta de integração é que poucas pessoas conhecem com profundidade a Política de Recursos Hídricos brasileira e essas pessoas polarizam as discussões no CEIVAP.</p>	<p>O fortalecimento dos comitês regionais, onde há maior participação das prefeituras e as discussões são mais regionalizadas e focadas nos problemas comuns daquela região, criando assim subsídios para levar ao CEIVAP. A profundidade nas discussões está ligada à ampliação do número de participantes.</p>
<p><b>INSTITUIÇÃO ALFA</b> <b>Representante do setor industrial fluminense</b></p>	<p>A Política Nacional dos Recursos Hídricos não está adequadamente implantada, e as ações necessárias para os avanços estão ligadas à atuação dos comitês de bacia. A Lei prevê a utilização de cinco instrumentos para seu funcionamento pleno destes comitês e desses instrumentos, somente a cobrança pelo uso da água encontra-se perfeitamente instalada na maioria dos comitês. A demora da efetivação dos instrumentos provoca fragilidades no planejamento, na execução e nos resultados, para a sociedade e para os interessados.</p>	<p>A efetivação da gestão integrada está diretamente ligada ao interesse político do governante, pois depende dele compreender as questões sociais, ambientais e econômicas de uma forma integrada, sustentável. Os governantes devem desenvolver a vocação para o planejamento integrado e articulado das políticas, de forma a harmonizá-las.</p> <p>O governante, ao agir dessa forma, levará a população a entender a importância da integração das políticas públicas, que por sua vez terá melhores condições de escolher seus representantes políticos, que promoverão a criação de uma agenda positiva em prol da preservação do bem público, passando obrigatoriamente pelo equilíbrio e pelo avanço dessas políticas, seja de saneamento, seja de recursos hídricos, de resíduos, de biodiversidade, de gerenciamento costeiro, de ocupação e gestão de territórios, entre outras. A gestão integrada não deve ocorrer apenas no CEIVAP, mas que deve ser mais ativa nos entes federativos, principalmente no município.</p>
<p><b>ABES</b> <b>Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental</b></p>	<p>As decisões tomadas no CEIVAP são influenciadas por interesses e disputas políticas internas, o que se reflete na demora na aplicação do recurso e no desestímulo dos municípios em participar ativamente das discussões no Comitê. A pouca estrutura dos órgãos fiscalizadores contribui para que a arrecadação seja inferior à possível e, por consequência, não se consegue atender os municípios e conscientizar a população sobre a importância do CEIVAP e da gestão de recursos hídricos.</p>	<p>Para a integração da gestão se faz necessário o fortalecimento das relações entre entidades de saneamento, drenagem, resíduos sólidos e hospitalares, florestais, órgãos fiscalizadores e o CEIVAP, participando todas da gestão dos municípios em ações coordenadas pelo Estado, propiciando assim a realização de projetos integrados com todos os responsáveis. A ação da agência delegatária deveria ser mais ativa e direta, apoiando os municípios na elaboração e execução dos projetos mais eficazes que acompanhem o crescimento das cidades. Para a efetivação da gestão integrada, o entrevistado acredita que seja necessária uma mudança no CEIVAP de modo que se torne mais técnico e menos político.</p>
<p><b>CEIVAP</b></p>	<p>A promulgação da Lei 9.433/97 representou importante avanço para a gestão integrada de recursos hídricos. Percebe-se que, desde o início de sua implementação, houve redução de conflitos de interesses entre os integrantes, o que não representa a ausência de assimetria de poder no</p>	<p>A Lei 9.433/97, instrumento do enquadramento dos corpos hídricos, pode contribuir para a integração da gestão. Esse enquadramento responsabilizaria estado e conseqüentemente os municípios pela qualidade e quantidade dos recursos hídricos disponibilizados para o município seguinte.</p>

	<p>âmbito do CEIVAP. Não obstante, a aplicação dos recursos torna-se mais demorada devido à falta de comunicação, informação e transparência, como também interesses políticos existentes no Comitê, assim como a baixa estrutura e alta rotatividade existente nas prefeituras, que resulta na baixa aplicabilidade dos recursos, além de que os municípios, apesar de serem os responsáveis pela aplicação de recursos, a dominialidade das águas é de âmbito Estadual ou Federal, tornando essa precária estrutura também complexa.</p> <p>A falta de integração que ocorre nos órgãos internos do governo ainda está ligada à construção da democracia no Brasil pós-ditadura.</p>	<p>É importante o papel da sociedade civil para a integração, pois, apesar de a iniciativa para a realização de uma política integrada ser do Governo Federal, a sociedade civil tem historicamente o papel de tencionar para que essa integração ocorra.</p>
<p><b>AGEVAP</b></p>	<p>As relações entre os estados tendem a ser conflituosas e os municípios, responsáveis por algumas políticas públicas, não estão integrados à PNRH, por falta de instrumentos necessários a essa integração. Mesmo com os avanços conquistados com a implantação da Política Nacional de Recursos Hídricos no sentido de descentralização nas decisões, podendo servir de exemplo inclusive para outras políticas públicas, as diferenças estruturais, a falta cultura colaborativa e de participação da sociedade no âmbito do comitê e conflitos de interesse existentes entre os membros do CEIVAP, aliados à falta de estrutura e baixa participação dos municípios nas decisões, dificultam a integração da política hídrica com as demais políticas públicas.</p>	<p>a) integrar as políticas ambientais com a de recursos hídricos; b) Possibilitar que os membros de comitês municipais participem dos comitês de bacia; c) superar a dificuldade de integração entre os representantes públicos no âmbito do comitê; d) ampliar, por esforço do CEIVAP, a participação dos municípios e dos comitês municipais; e) incentivar a prestação de contas por meio da promoção de reuniões entre o representante de determinado segmento e os demais membros do segmento; f) promover ações, por parte do CEIVAP, de educação e mobilização.</p>

Fonte: Elaboração própria com base em entrevista.

## 5. RESULTADOS DA PESQUISA

O intuito deste capítulo é articular o principal aporte teórico do estudo com os achados provenientes dos relatos extraídos da pesquisa de campo e das fontes documentais.

As entrevistas tiveram como ponto de partida compreender como se relacionam os sujeitos da pesquisa e os demais atores do CEIVAP. Os entrevistados, apesar de se colocarem como representantes das suas organizações, expondo as conexões entre estas e o CEIVAP, quase sempre expunham sobre suas experiências pessoais e também dentro das suas organizações. Conforme Masini (1991), essa postura deve ser respeitada, pois representa uma interpretação singular dos fatos na visão do sujeito, fornecendo importantes significados técnicos, práticos e emancipatórios estimulados por princípios habermasianos (1972; 1984), o que se alinha ao método utilizado.

Outro aspecto relevante nesse sentido e que também articula teoria com empiria foi que a maioria dos entrevistados declarou que as relações entre estes e o CEIVAP ocorrem sempre em nível institucional; contudo, no decorrer da entrevista, se revelam outros tipos de experiências mais informais, extrainstitucionais, mas cujo mote é o CEIVAP. Essas trocas mais informais são explicadas por Secchi (2009), quando esclarece sobre redes de políticas públicas, que reconhece uma estrutura de interações informais para alavancar políticas públicas, almejando soluções coletivas de maneira não hierárquica, mais espontânea.

Ao buscar se compreender a percepção dos sujeitos sobre os avanços e entraves da gestão dos recursos hídricos no Brasil desde a implantação da Política Nacional de Recursos Hídricos, os entrevistados focalizaram com mais ênfase a problemática vivida pela sua própria instituição para lidar com a gestão dos recursos hídricos do que propriamente sobre a PNRH.

Os avanços e entraves relatados eram também deslocados do próprio CEIVAP para o âmbito dos comitês estaduais, uma vez que alguns entrevistados mostram que a sua atuação é mais efetiva nos fóruns dessa esfera pública. Também houve relatos de que, a partir de determinado momento, o ingresso no CEIVAP ficou condicionado à prévia participação nesses comitês.

Como um dos motivos da escolha do CEIVAP como base empírica do estudo foi sua função integradora com os comitês estaduais (BRASIL, 1997), essa postura dos entrevistados torna-se coerente, pois leva a compreender que está havendo estímulo ao debate regionalizado para posterior consolidação no âmbito do CEIVAP.

Houve relatos de alguns membros de que não conheciam ainda plenamente o funcionamento e atuação do CEIVAP, seu regimento, o que mostra a presença de novos atores com um menor nível de experiência para atuarem de forma mais efetiva nas questões críticas que requerem maior capacitação. Por um lado, essa situação pode trazer um impacto negativo no sentido de um ritmo mais lento ou desfocado na atuação do CEIVAP, mas, por outro, revela uma característica como rede aberta. Entretanto há também um efeito político dessa situação que acaba favorecendo atores mais experientes e mais organizados. Nesse sentido, diversos autores (ABERS, 2007; JACOBI, 2005; ABERS; KECK, 2008) questionam se os comitês são espaços realmente democráticos ou se as decisões são predominantes de alguns atores mais organizados. Porto e Porto (2008) relatam ausência de capacitação e de sistemas de informação nos comitês, o que, para o autor, afeta a qualidade das decisões.

A análise dessa questão orientadora mostra que há mais entraves do que avanços. Somente dois atores, um representante de prefeitura e outro representante de organização privada, identificaram mais avanços que entraves. Nessa questão, não foi identificado um ponto em que convergissem as opiniões desses atores, mas observou-se que estes apresentaram um conhecimento bastante aprofundado sobre o tema, assim como uma compreensão mais crítica sobre como ocorrem as relações no âmbito do CEIVAP e principalmente como ocorre a sistemática de aplicação dos recursos.

Houve, no entanto, pontos convergentes em todas as entrevistas, no que se refere à importância da promulgação da Lei 9433/97. Todos concordam que esta lei favoreceu a possibilidade de tomadas de decisões de forma democrática, baseada na negociação entre segmentos distintos, mas com interesse comum na bacia do Rio Paraíba do Sul e também na criação do CEIVAP e na nomeação da AGEVAP como agência delegatária. Isso foi posto como elementos que propiciaram a criação de um ambiente institucional favorável para fomentar discussões sobre a gestão integrada dos recursos hídricos. Estudos de Porto e Porto (2008) e Carneiro e Brito (2009) chamam atenção para esses aspectos como positivos, enfatizando a posição do Brasil entre os países com a legislação mais avançada no tema dos recursos hídricos.

Ao se analisar os relatos sobre a questão orientadora relativa à identificação de outras políticas públicas das quais depende o desenvolvimento da política de recursos hídricos, foi percebida uma forte ênfase na importância da integração da política de recursos hídricos com a política ambiental, a de saneamento, a de gestão territorial, entre outras, além de atividades que influenciam e são influenciadas pela política de recursos hídricos, que são a defesa civil e o pagamento por serviços ambientais. Nessa questão, emergiram muitas dificuldades políticas, institucionais e estruturais para articular as políticas entre si de modo a efetivar-se a integração entre elas.

Ainda nessa questão, há visões convergentes entre os entrevistados sobre a burocracia que envolve a aplicação dos recursos oriundos da cobrança, o que, na percepção dos mesmos, provoca demora e ineficácia no objetivo desse recurso, o que eles afirmam que é a recuperação da qualidade do rio Paraíba do Sul. Santos e Formiga-Johnsson (2012) já haviam identificado os avanços ocorridos em termos de participação dos atores, mas com resultados lentos quando se trata da proteção e recuperação dos recursos hídricos.

A cobrança, inclusive, é um tema recorrente nas entrevistas, pois, dos instrumentos previstos na Lei 9433/97, é o que parece apresentar maiores avanços na implementação. Contudo, a pesquisa mostra que a sua arrecadação não é suficiente para promover resultados na quantidade e qualidade da água disponível na bacia do rio Paraíba do Sul. Quanto ao valor de arrecadação, é um assunto polêmico e não se observou um consenso. Percebe-se, não somente na empiria, mas em outros estudos, que há os que acreditam que o valor da cobrança deve ser aumentado, enquanto outros creem que, por maior que seja o valor da cobrança, não será suficiente para atender à maior necessidade da bacia, que é o saneamento.

Um dos entrevistados, representante da Instituição ALFA, apresentou números que demonstram a necessidade do saneamento para a bacia do rio Paraíba do Sul e acredita que os recursos devem vir de outras fontes federais, devido à sua monta. Já o representante do INEA acredita que o CEIVAP deve fazer parcerias com a iniciativa privada para alavancar recursos com intuito de atender às necessidades de investimentos da bacia. Outros entrevistados que concordam que o valor da arrecadação é insuficiente não apresentaram alternativas para



possíveis soluções, mas todos concordam que este recurso é importante para o financiamento a projetos e planos para as prefeituras. O representante da instituição ALFA, inclusive, ressalta que o recurso do CEIVAP é bastante atrativo para prefeituras de pequeno porte.

Nesse trabalho, foram localizados diversos autores (TUNDISI, 2008; TUCCI, 2008; BRITTO; BESSA, 2009; CARNEIRO; BRITTO, 2009; CARNEIRO *et al.*, 2010; NORONHA *et al.*, 2013) que discutem o papel das cidades na gestão integrada dos recursos hídricos, os quais apontam que no âmbito das políticas municipais há possibilidades de melhorias sob a gestão local. Também foram localizados estudos de Porto e Porto (2008), que recomendam o incentivo como a única forma de intervenção que a gestão de recursos hídricos pode fazer aos municípios.

Também se percebe que faltam importantes ações para que ocorra efetivamente a gestão integrada. O representante do INEA julga que em nível nacional, a implantação da Lei 9433/97 está de “mediana a medíocre” e, junto com outros entrevistados, compreende que deve se levar a cabo ações que dependem não apenas de discussões e decisões internas do CEIVAP, mas também de ações que levem à implementação plena dos instrumentos previstos na lei. Neste trabalho, foram identificados autores, como Abers *et al.* (2009), que ressaltam a importância da implementação dos instrumentos legais como fundamental para orientar na aplicação dos recursos.

Alguns entrevistados, cientes do “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido” apresentado a estes, pelo pesquisador, antes das entrevistas solicitaram a confidencialidade dos seus nomes ou cargos ou mesmo dos nomes das suas organizações. E dessa forma se sentiram mais à vontade para abordarem certos assuntos e se colocarem de forma mais espontânea. Por exemplo, julgam o CEIVAP com baixa representatividade, avaliam que seus integrantes não possuem mais tanto poder de decisão como no passado, e que por essas e outras razões o CEIVAP não está vigoroso e pujante tanto quanto deveria estar. Também foi comentado sobre os papéis dos órgãos gestores, que, na visão desses entrevistados, não estão atuantes como deveriam. Com isso, creem que o CEIVAP está “morno”, e que precisa urgentemente apresentar efeitos positivos, sob o risco de enfraquecer e criar um colapso no seu sistema de gestão, que, na visão de alguns, já se encontra em crise, com resultados muito abaixo do planejado.

Quando se quis compreender a percepção dos entrevistados sobre o significado de gestão integrada, não foi identificado um consenso entre os atores. Há entrevistados que associam a integração como previsto em lei, outros interpretam como a união das instituições no CEIVAP; há ainda que associam a integração com a participação dos seus membros.

Esse resultado na pesquisa não surpreende, uma vez que os estudiosos da temática chamam atenção para o fato de que, mesmo na literatura especializada, há diversas interpretações sobre gestão integrada. Ressalta-se, todavia, um alinhamento entre os achados de campo e a teoria nas definições dos autores Porto e Porto (2008) e Tundisi (2008), consideradas esclarecedoras para a pesquisa. Esses autores, em particular, atribuem à integração um caráter amplo e holístico, abrangendo os meios físico, social, econômico e cultural que envolvem uma bacia hidrográfica. Essa noção se observou nas interpretações de gestão integrada dos representantes do INEA da Prefeitura de Petrópolis e da instituição ALFA, as quais convergem com as definições dos autores supracitados, reforçando as perspectivas dos entrevistados de como deve ocorrer a gestão integrada dos recursos hídricos.

Quando se observa no quadro síntese sobre como deve ocorrer a gestão integrada na visão do sujeito da pesquisa (aquele que está representando a sua organização), o que se observa nas possíveis soluções para a efetivação da gestão integrada é o melhor funcionamento do CEIVAP e uma boa articulação entre as políticas que perpassam a de recurso hídricos. Essas observações acenam para a importância da rede relacional sobre a qual se apoia o CEIVAP, pois esta pressupõe uma interface entre as políticas públicas que devem ser discutidas por todos os atores no âmbito do comitê, onde se buscam soluções num nível acima das alianças e conflitos, conforme preconiza Skogstad (2005).

Outros pontos destacados para a melhoria da atuação do CEIVAP, como fatores que estimulam uma gestão integrada, são: a vontade política dos governantes de todas as esferas de governo e também no âmbito do CEIVAP, assim como a atuação do CEIVAP na política de educação, seja por meio de divulgação em escolas, seja por meio de qualificação de pessoal ou inserção do tema nas escolas. Outras percepções, dos entrevistados que não desejaram ser identificados, giram em torno de críticas sobre a falta de ousadia do CEIVAP em suas ações e projetos, a falta de criatividade de seus integrantes e também a sugestão de que a cobrança seja extinta de modo a obrigar o CEIVAP a se articular e buscar soluções de forma criativa sem depender do recurso da cobrança, o que é visto como um fator de acomodação de alguns dos seus membros.

Em suma, a pesquisa autoriza a sugerir que, de um modo geral, as soluções apontadas pelos entrevistados sobre como deveria ocorrer uma efetiva gestão integrada reforçam a importância da escolha da abordagem teórico-metodológica que orientou a pesquisa que privilegiou as relações entre atores em redes relacionais de políticas que ocorrem em estruturas multiator, empoderando-as em prol de um bem comum.

## 6. CONCLUSÕES

O objetivo desta pesquisa foi analisar, sob a perspectiva relacional, a experiência de integração na atuação do Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (CEIVAP) no contexto da gestão dos recursos hídricos brasileira, expondo o potencial de articulação desta política com outras políticas públicas, apresentando, assim, novas abordagens para a efetivação da gestão integrada e participativa pelo Comitê.

Para tal, realizou-se uma revisão de literatura de modo que se compusesse um panorama da política de recursos hídricos, as principais experiências internacionais e nacionais, assim como seus desdobramentos que resultaram na criação da atual Política Nacional de Recursos Hídricos até se chegar ao âmbito da gestão integrada dos comitês de bacias hidrográficas envolvendo o CEIVAP, culminado com uma discussão sobre a dimensão relacional das políticas públicas, a questão dos atores sociais e a relação dessa dimensão com a atuação do CEIVAP.

Escolheu-se uma abordagem teórico-metodológica que orientou tanto a análise teórica quanto a análise dos relatos de campo apoiada em princípios da hermenêutica habermasiana (1972;1984) com influência de Masini (1991), seguindo-se o procedimento metodológico até se chegar às proposições dos entrevistados e às soluções por eles apresentadas para que ocorra uma gestão integrada mais efetiva do CEIVAP. Essa interface se constitui um avanço no campo da administração pública e não foram localizados nas bases de dados consultadas, como o SciELO e o portal de periódicos da Capes, estudos dessa natureza voltados para o campo disciplinar específico da pesquisa.

O estudo procurou explorar o seguinte problema de pesquisa: como articular a gestão dos recursos hídricos com outras políticas públicas e atores sociais, de modo a promover a efetivação da gestão integrada e participativa que se propõe o Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (CEIVAP)?

Para tal, elaborou-se a suposição de que a atuação do CEIVAP na gestão integrada e participativa dos recursos hídricos é limitada, pois não estimula a inter-relação entre atores e entre a política de recursos hídricos com outras políticas públicas devido a dificuldades em conciliação de interesses e assimetria de poder existentes no âmbito do comitê. Explorar a suposição desse estudo foi gratificante e revelador, pois se podem perceber visões convergentes, divergentes e até mesmo conflitantes sobre a gestão integrada e consequentemente diferentes alternativas para a efetivação de uma integração mais consequente entre as políticas públicas envolvidas com a atuação do CEIVAP.

Com base no conhecimento teórico, foi possível elaborar cinco questões norteadoras que serviram de orientação à pesquisa realizada. A vantagem dessa opção metodológica é que, como o próprio nome sugere, elas norteiam a entrevista de modo a deixar fluir o diálogo entre o pesquisador e os sujeitos da pesquisa de maneira mais espontânea, servindo de estímulo para expor as suas visões, o que enriqueceu consideravelmente os relatos.

Pretendeu-se, com a seleção dos entrevistados, buscar diversidade de visões, uma vez que houve preocupação em se atingir todos os segmentos representados no âmbito do CEIVAP. As entrevistas revelaram que as articulações entre os atores ocorrem de forma institucional, mas que também há relações que se dão de maneira mais informal, mais espontânea, mas sem perder que o foco nessa aproximação é o CEIVAP. Essa situação se explica com a contribuição dos autores utilizados no estudo, que exploram as redes relacionais de políticas públicas, confirmando que outras formas de relação mais espontâneas,

observadas, por exemplo, por Moura e Silva (2008), ajudam a vencer barreiras institucionais para a consecução de um objetivo comum.

A importância e o maior conhecimento dos comitês regionais sobre os problemas localizados também foram pontos bastante enfatizados pelos entrevistados, pois transparece que são nesses fóruns mais locais que os novos integrantes do CEIVAP vêm adquirindo maior experiência, o que os habilita a atuar no comitê federal. De fato, os comitês regionais têm grande importância para a gestão dos recursos hídricos e o CEIVAP, como comitê integrador, deve dar especial atenção às suas atividades. Tal fato direciona luzes sobre o papel pouco explorado dos conselhos municipais, que, pela sua própria natureza, possuem articulação política e experiências acumuladas sobre as problemáticas locais podendo trocar experiências ou mesmo atuar em conjunto como o CEIVAP para buscar soluções integradas, o que encontra respaldo na perspectiva relacional das redes de políticas públicas.

Assim, cabe concluir que o a política de recursos hídricos é de extrema importância para gestão das águas e a Lei 9433/97 representou um importante passo, propiciando a criação de um ambiente institucional onde atores de diversos segmentos definem a gestão hídrica. Contudo, a baixa representatividade e a morosidade das ações podem prejudicar ou mesmo retroceder essas conquistas alcançadas ao longo dos 17 anos de existência da lei.

Os resultados da pesquisa confirmam a suposição inicial e expõem as limitações da gestão integrada dos recursos hídricos brasileira e ao mesmo tempo subsidiam recomendações de novas abordagens que articulem políticas públicas que venham fortalecer a atuação do CEIVAP.

Como sugestão de ampliação e continuidade dessa pesquisa, registram-se aqui as seguintes recomendações:

- a) Expandir as entrevistas para os demais estados, uma vez que esta dissertação privilegiou a compreensão dos atores da porção fluminense da bacia do Rio Paraíba do Sul;
- b) Ampliar a investigação para os comitês estaduais e para os conselhos municipais de modo a conhecer as perspectivas localizadas de gestão integrada e seu potencial de articulação com o CEIVAP;
- c) Aprofundar a abordagem teórico-metodológica para que se possa mapear as relações de poder que interferem na articulação interna no CEIVAP e deste com outras políticas públicas. Dessa forma, acredita-se ser possível evidenciar os bloqueios que geram as desconexões entre as esferas nacionais e subnacionais de governo que afetam a articulações locais e propor políticas públicas efetivamente integradoras.

## REFERÊNCIAS

ABERS, Rebecca Naeara. Organizing for Governance: Building Collaboration in Brazilian Rivers Basins. In: **World Development**, v. 35, n. 8, 2007.

ABERS, Rebecca Naeara; KECK, Margaret E. Representando a diversidade: Estado, sociedade e “relações fecundas” nos conselhos gestores. In: **Caderno CRH**, v. 21, n. 52. Salvador, 2008.

ABERS, Rebecca Naeara; FORMIGA-JOHNSSON, Rosa Maria; FRANK, Beate; KECK, Margaret Elizabeth; LEMOS, Maria Carmen. Inclusão, deliberação e controle: três dimensões de democracia nos comitês e consórcios de bacia hidrográfica no Brasil. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. XII, n. 1 p. 115-132, jan.-jun. 2009.

ABRUCIO, Fernando Luiz. A coordenação federativa no Brasil: a experiência do período FHC e os desafios do governo Lula. **Revista de Sociologia e Política**, n. 24, p. 41-67, jun. 2005.

AGEVAP. **10º Relatório de Execução do Contrato de Gestão, exercício 2011**. Disponível em: <http://www.ceivap.org.br/downloads%202012/Relatorio2011.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2011.

AGEVAP. **Relatório Técnico - Bacia do Rio Paraíba do Sul - Subsídios às Ações de Melhoria da Gestão 2011a**. Disponível em: <http://www.agevap.org.br/downloads/Relatorio%20Geral%20versao%20para%20site%2029dez11.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2013.

ANA – AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS. **Conjuntura dos recursos hídricos no Brasil: informe 2012**. Ed. Especial. Brasília: ANA, 2012.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RECURSOS HÍDRICOS. Carta de Foz do Iguaçu. **Associação Brasileira de Recursos Hídricos**, 1989. Disponível em: <http://www.abrh.org.br/cartadefoz.doc> >. Acesso em: 11 abr. 2013.

ARRETCHE, Martha. Federalismo e políticas sociais no Brasil: problemas de coordenação e autonomia. **São Paulo em perspectiva**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 17-26, 2004.

BARIL, Pierre; MARANDA, Yvon; BAUDRAND, Julien. Integrated watershed management in Quebec: A participatory approach centered on local solidarity. **Water-Sci.-Technol.**, v.53 n.10, p. 301-307, 2006.

BARTH, Flávio Terra. Fundamentos para gestão de recursos hídricos. In: BARTH, Flávio Terra *et. al.*(orgs.). **Modelos para gerenciamento de recursos hídricos**. São Paulo: Nobel; BBRH, 1987, p. 1-91.

BRASIL, 1996. Decreto n. 1.842, de 22 de Março de 1996. Institui Comitê para Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul - CEIVAP, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D1842.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1842.htm). Acesso em: 10 abr. 2013.

BRASIL, 1997. Lei Ordinária Federal n. 9.433, de 08 de janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos - PNRH, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de

Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei 7.990, de 28 de dezembro de 1989. **Diário Oficial** da República Federativa do Brasil, Brasília, p. 16.509, 02 set. 1981.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm)>. Acesso em: 25 jul. 2012.

BRASIL, 2008. Decreto n. 6.591, de 1º de Outubro de 2008. Altera a denominação do Comitê instituído pelo Decreto n. 1.842, de 22 de março de 1996, e acresce parágrafo único ao seu art. 1º. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6591.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6591.htm). Acesso em: 10 abr. 2013.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; DINIZ, Eli. Empresariado industrial, democracia e poder político. **Novos estudos - CEBRAP** [online]. 2009, n.84, p. 83-99. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002009000200006>. Acesso em: 10 out. 2012.

BRITTO, Ana Lucia; BARRAQUÉ, Bernard. Discutindo gestão sustentável da água em áreas metropolitanas no Brasil. **Cadernos MetrÓpole**, São Paulo, n. 19, p. 123-142, 2008.

BRITTO, Ana Lucia; BESSA, Eliane da Silva. Território e governo: possibilidades de novos arranjos institucionais e escalas espaciais na gestão do saneamento. In: **XIII ENAnpur**, Florianópolis, 25-29 maio 2009.

CAMPOS, José Nilson. A Gestão Integrada dos Recursos Hídricos: uma Perspectiva Histórica. **Gesta - Revista Eletrônica de Gestão e Tecnologias Ambientais**, Salvador, v. 1, n. 1, p. 105-114. 2013.

CARNEIRO, Paulo Roberto Ferreira; BRITTO, Ana Lucia de Paiva. Gestão metropolitana e gerenciamento integrado de recursos hídricos. **Cadernos MetrÓpole**, São Paulo, v. 11, n. 22, p. 593-614, jul.-dez. 2009.

CARNEIRO, Paulo Roberto; CARDOSO, Adauto Lucio; ZAMPRONIO, Gustavo Bezerra; MARTINGIL Melissa de Carvalho. A gestão integrada de recursos hídricos e do uso do solo em bacias urbano-metropolitanas: o controle de inundações na bacia dos rios Iguaçu/Sarapuí na Baixada Fluminense. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. XIII, n. 1, p. 29-49, jan.-jun. 2010.

CASTRO, César Nunes de. **Gestão das águas: experiências internacional e brasileira**. Brasília, DF: IPEA, jun. 2012.

CASTRO, Krishna Neffa Vieira de. **O comitê para integração da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul – CEIVAP: um campo sócio-político-ambiental em disputa**. 2008. 106p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2008.

CEIVAP – COMITÊ PARA INTEGRAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL. **Regimento Interno**. Resende, 2007. Disponível em: <http://www.ceivap.org.br/downloads/regimentoceivap.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2013.

\_\_\_\_\_. **Pelas águas do Paraíba**. Resende: CEIVAP, 2011.

\_\_\_\_\_. **AGEVAP – Apresentação**. Disponível em: [http://www.ceivap.org.br/agevap\\_1.php](http://www.ceivap.org.br/agevap_1.php). Acesso em: 05 nov. 2012.

CERQUEIRA, Luiz Fernando Flores; PIMENTEL DA SILVA, Luciene. Política Habitacional Brasileira, a Proliferação de Assentamentos Informais e a Sustentabilidade Urbana na Cidade do Rio de Janeiro. **Labor & Engenho**, Campinas [Brasil], v.7, n.2, p.26-44, 2013. Disponível em: <[www.conpadre.org](http://www.conpadre.org)>.

COLTRO, Alex. A fenomenologia: um enfoque metodológico para além da modernidade. **Caderno de Pesquisa em Administração**, São Paulo, v.01, número 11, 1º trimestre 2000. Disponível em: <http://www.ead.fea.usp.br/cadpesq/arquivos/C11-art05.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2013.

CORDEIRO, Berenice da Silva; BRITTO, Ana Lucia; PEREIRA, Tatiana Dahmer. **A política nacional de saneamento: notas sobre avanços e impasses nos governos Lula (2003-2010)**. XIV Encontro Nacional da ANPUR, Rio de Janeiro, maio 2011

COSTA, Adriana Lustosa da. **Participação, redes e capital social para a governança da água no Brasil**: um olhar sobre o Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Brasília, 2012. 65 p. Dissertação de Mestrado. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil: limites e possibilidades. In: DAGNINO, E. (Org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DAGNINO, Evelina; OLIVEIRA, Alberto; PANFICHI, Aldo (Orgs.). **A disputa pela construção democrática na América Latina**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

DINIZ, Eli. Estado, variedades de capitalismo e desenvolvimento em países emergentes. **Desenvolvimento em Debate**, São Paulo, jan.-abr. 2011, p. 7-27.

DINIZ, Eli. Globalização, reforma do estado e teoria democrática contemporânea. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 15 n.4, p. 13-22, 2001. Disponível em <http://dx.doi.org/S0102-88392001000400003>. Acesso em 04 ago. 2012.

EGLER, Mariana. **Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos no Estado do Rio Janeiro**: ensaio de indicador para o estabelecimento da avaliação das relações entre qualidade da água e cobertura vegetal. 2012. 315p. Tese (doutorado) Programa de Planejamento Energético – UFRJ/ COPPE/, 2012. Rio de Janeiro: UFRJ/COPPE, 2012.

GAETANI, Francisco. As Políticas de Gestão Pública e os Desafios da Coordenação. In: OLIVEIRA, F. B. (Org.). **Política de Gestão Pública Integrada**. Rio de Janeiro: FGV, 2008, p. 38-46.

GIDDENS, Anthony. **Social Theory and Modern Sociology**. Cambridge: Polity Press, 1987.

GRUBEN, Anna; LOPES, Paula Duarte; FORMIGA-JOHNSSON, Rosa Maria. Retratos 3x4 das Bacias pesquisadas: Bacia do rio Paraíba do Sul. In: FORMIGA-JOHNSSON, R. M.; LOPES, P. D. (Orgs.). **Projeto Marca d'Água: Seguindo as mudanças na gestão das bacias hidrográficas brasileiras**. Brasília: FINATEC, 2003, p. 110-117.

HABERMAS, Jürgen. **Knowledge and human interests**. London: Heinemann, 1972.

\_\_\_\_\_. The Theory of Communicative Action. In: **Reason and rationalization of society**. v. 1. Boston: Beacon Press, 1984.

\_\_\_\_\_. **Consciência Moral e Agir Comunicativo**. Biblioteca Tempo Universitário 84, Tempo Brasileiro, RJ, 1989.

JACOBI, Pedro Roberto. **Gestão Participativa dos Recursos Hídricos: Reflexões sobre as Novas Institucionalidades**. São Paulo, 2005.

LAVALLE, Adrian Gurza. Sem pena nem glória. O debate sobre a sociedade civil nos anos 90. **Novos Estudos**, São Paulo, n. 66, p. 91-109, jul. 2003. Disponível em: <http://www.cebrap.org.br/imagens/Arquivos/SemPenaNemGloriaNovosEstudos.pdf>. Acesso em: 3 maio 2012.

LEAL, Márcia Souza. **Gestão ambiental de recursos hídricos por bacias hidrográficas: sugestões para o modelo brasileiro**. Rio de Janeiro. 122p. Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Planejamento Energético) Programas de Pós-Graduação em Engenharia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1997

LONG, Norman. From Paradigma lost to Paradigma Regained? – The Case of an Actor-oriented Sociology of Development. In: LONG, N.; LONG, A. (Eds.). **Battlefield of Knowledge**. London: Routledge, 1992, p. 3-43.

LOTTA, Gabriela Spanghero; PAVEZ, Thais Regina. Agentes de Implementação: Mediação, Dinâmicas e Estruturas Relacionais. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**. v. 15, n. 56, p. 109-125, 2010.

MACHADO, Carlos José Saldanha. Recursos Hídricos e Cidadania no Brasil: Limites, Alternativas e Desafios. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, V. VI nº. 2 jul./dez. 2003

MAGALHÃES JUNIOR, Antonio Pereira. **Indicadores ambientais e recursos hídricos: realidade e perspectivas para o Brasil a partir da experiência francesa**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

MALCOLM, Waters. **Modern Sociological Theory**. London: Sage, 1994.

MASINI, Elci F. Salzano. Enfoque metodológico de pesquisa em educação. In: Fazenda, Ivani (org.). **Metodologia de Pesquisa Educacional**. 2 ed. São Paulo: Cortez: 1991, p. 59-67.

MARQUES, Eduardo César. Redes sociais e poder no Estado brasileiro: aprendizados a partir das políticas urbanas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 21, n. 60, p. 15-41, fev. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v21n60/29759.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2012.



McAULEY, John. Hermeneutics as a Practical Research Methodology in Management. **Management Education and Development**. Sage Publication. v. 16, n. 3, p. 292-299, 1985.

MMA – MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/agua/recursos-hidricos/sistema-nacional-de-gerenciamento-de-recursos-hidricos>. Acesso em: 20 out. 2012.

MMA – MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE Agenda 21, Rio de Janeiro, 1992. <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-global>. Acesso em: 13 abr. 2013.

\_\_\_\_\_. Programas do Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/agua/recursos-hidricos/sistema-nacional-de-gerenciamento-de-recursos-hidricos/item/8272-programas-mma>. Acesso em: 12 abr. 2013.

MIRANDA, Grazielle Muniz. Sustentabilidade e desempenho na gestão dos recursos hídricos nos municípios das bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá. In: **XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR**, maio 2011. Rio de Janeiro, RJ, 2011.

MOURA, Joana Teresa Vaz de; SILVA, Marcelo Kunrath. Atores sociais em espaços de ampliação da democracia: as redes sociais em perspectiva. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 16, número suplementar, p. 43-54, ago. 2008.

MÜLLER, Ana Luisa. **A construção das políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos**. 132 p. Porto Alegre. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.

NORONHA, Gustavo Carneiro; HORA, Mônica de Aquino Galeano Massera da; CASTRO, Elza Maria Neffa Vieira de. O papel do Poder Público Municipal na gestão dos recursos hídricos. **Labor & Engenho**, Campinas [Brasil], v.7, n.2, p.94-107, 2013. Disponível em: [www.conpadre.org](http://www.conpadre.org)

NOVAES, Ricardo Carneiro. **Cooperação e conflito nas águas da Bacia do Rio Paraíba do Sul: limites e possibilidades de gestão integrada no “trecho paulista”**. 175 p. São Paulo. Tese (doutorado). Universidade de São Paulo, 2006.

NUNES JUNIOR, Tarcísio Tadeu. **Perspectivas de efetivação da cobrança pelo uso da água no Brasil com base na investigação da percepção e aceitação social na porção mineira da Bacia do Rio Paraíba do Sul**, 2007. 167 p. Dissertação (Mestrado em Análise Ambiental). Programa de Pós-Graduação do Departamento de Geografia. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2007.

ONU – Organização das Nações Unidas. Fatos Sobre Água e Saneamento, jun. 2012. Disponível em: <http://www.onu.org.br/rio20/agua.pdf>. Acessado em 15 abr. 2013.

PAES DE PAULA, Ana Paula. Administração pública brasileira: entre o gerencialismo e a gestão social. **RAE**. v. 45, n. 1, p. 36-49, 2005.

PECI, Alketa. Reforma regulatória no Brasil da pós-privatização. In: MARTINS, P.; PIERANTI, O. **Estado e gestão pública**. Rio de Janeiro: FGV, 2007. p. 161-187.

PEREIRA, Dilma Seli Pena; FORMIGA-JOHNSSON, Rosa Maria (Orgs.). **Governabilidade dos recursos hídricos no Brasil: a implementação dos instrumentos de gestão na Bacia do rio Paraíba do Sul**. Brasília: Agência Nacional de Águas, 2003.

\_\_\_\_\_. Descentralização da gestão dos recursos hídricos em bacias nacionais no Brasil. **REGA - Revista de Gestão de Água da América Latina**, São Paulo, n. 2, p. 53-72, 2005.

PEREIRA, Ramiro Manoel Pinto Gomes; CÂNDIDO, Gesinaldo Ataíde. Análise da sustentabilidade da gestão dos recursos hídricos: um estudo exploratório na região da Bacia do Alto Curso do Rio Paraíba (PB). **Revista Verde**, Mossoró – RN, v. 7, n. 2, p. 13-24, abr.-jun., 2012.

PORTO, Monica F. A.; PORTO, Rubem da Laina. Gestão de bacias hidrográficas. **Estudos avançados** [online]. 2008, v.22, n.63, p. 43-60. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142008000200004>. Acesso em: 29 jul. 2012.

PRASAD, Anshuman; PRASAD, Pushkala. The Coming of Age of Interpretative Organizational Research. In: **Organizational Research Methods**. Sage Publication. v. 5, n. 1, January, p. 4-11, 2002.

PRASAD, Anshuman. The Contest Over Meaning: Hermeneutics as a Interpretative Methodology for Understanding Texts. In: **Organizational Research Methods**. Sage Publication. v. 5, n. 1, January, p. 12-33, 2002.

ROESCH, Silvia Maria A. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração: guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso**. 3. ed. Colaboração Grace Vieira Becker, Maria Ivone de Mello. 6ª reimp. São Paulo: Atlas, 2010.

SAITO, Carlos Hiroo. As mútuas interfaces entre projetos e ações de educação ambiental e de gestão de recursos hídricos: subsídios para políticas de estado. **Ambiente e Sociedade** [online]. 2011, v. 14, n. 1, p. 213-227. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-753X2011000100012>. Acesso em: 17 dez. 2012.

SANTOS, Marilene de Oliveira Ramos Múrias dos. **O Impacto da cobrança pelo uso da água no comportamento do usuário**. 2002. 231 p. Tese (doutorado) - Programa de Planejamento Energético – UFRJ/ COPPE/, 2002. Rio de Janeiro: UFRJ/COPPE, 2002.

\_\_\_\_\_. O princípio poluído-pagador e a gestão de recursos hídricos: a experiência europeia e brasileira. In: MAY, P. H. **Economia do meio ambiente**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. p. 333-352.

SANTOS, Marilene de Oliveira Ramos Múrias dos; FORMIGA-JOHNSSON, Rosa Maria. **Água, gestão e transição para uma economia verde no Brasil** – propostas para o setor público. Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável – FBDS, 2012. Disponível em: <<http://fbds.org.br/fbds/IMG/pdf/doc-558.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2013.

SCANTIMBURGO, André Luis. Os limites democráticos presentes na política nacional de recursos hídricos. **Org e Demo**, Marília, v. 13, n. 1, p. 51-72, jan./jun., 2012.

SECCHI, Leonardo. Modelos organizacionais e reformas da administração pública. **RAP**. Rio de Janeiro, v. 43(2), p. 347-69, mar./abr. 2009.

SERRICCHIO, Claudio; CALAES, Virgínia; FORMIGA-JOHNSSON, Rosa Maria; LIMA, Angelo José Rodrigues; ANDRADE, Edilson de Paula. Prêmio CAIXA melhores práticas em gestão local 2003-2004. **O CEIVAP e a gestão integrada dos recursos hídricos da bacia do rio Paraíba do Sul**. Um relato da prática. Coordenação de Rosa Maria Formiga Johnsson. Rio de Janeiro: GESTEC/CAIXA, 2005.

SILVA FILHO, José Carlos Lázaro; ABREU, Mônica Cavalcanti Sá de; KÜSHLER, Johanes. Participação, integração e paradigmas como variáveis de análise da gestão ambiental regional através dos comitês de gerenciamento de bacias hidrográficas. **Revista Eletrônica de Administração-REAd** [online], 15 (n. 2), maio-ago. 2009.

SILVA, Marcelo Kunrath. Das substâncias às relações: uma proposta teórico-metodológica para a análise dos processos de participação social no Brasil. In: III CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE CIÊNCIA POLÍTICA, 3, 2006, São Paulo. **Anais...**, Campinas, 2006.

SILVA, Maria Valesca Damásio de Carvalho. **O(s) Significado(s) da Participação dos Usuários das Águas e da Sociedade Civil no Comitê de Integração da Bacia do Rio Paraíba do Sul – CEIVAP**. 2011. 280p. Tese (doutorado) Núcleo de Pós-Graduação em Administração, 2011. Salvador: UFBA, 2011.

SILVA, Maria Valesca Damásio de Carvalho. De que Participação estamos falando afinal? A Participação Social na Implementação da Cobrança pelo Uso da Água Bruta no Comitê de Integração da Bacia do Rio Paraíba do Sul-Ceivap. **RIGS Revista Interdisciplinar de Gestão Social**. Salvador, v.1 n.1, p. 173-193, jan./abr. 2012.

SKOGSTAD, G. Policy networks and policy communities: conceptual evolution and governing realities. In: ANNUAL MEETING OF THE CANADIAN POLITICALSCIENCE ASSOCIATION, 2005, Ontario, Canada. **Anais...** Disponível em: <http://www.cpsa-acsp.ca/papers-2005/Skogstad.pdf>. Acesso em: 3 maio 2012.

TEIXEIRA, Maria Gracinda Carvalho. Background and Origins of the Actor-Oriented Approach. In: **Energy Policy in Latin America: Social and Environmental Dimensions of Hydropower in Amazônia**. UK: Avebury/Sage, 1996. p.149-180.

TUCCI, Carlos E. M. Águas Urbanas. **Estudos avançados** 22 (63), 2008.

TUNDISI, José Galizia. Recursos hídricos no futuro: problemas e soluções. **Estudos avançados** 22 (63), 2008

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de pesquisa em administração**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

\_\_\_\_\_. **Métodos de coleta de dados no campo**. São Paulo: Atlas, 2009.

VICTORINO, Igor P. Os comitês de bacias hidrográficas e os conflitos pelo uso da água no Distrito Federal. **Ambiente e Sociedade**. Campinas, 06 (2). jul./dez. 2003.


VIEIRA, Marcelo Milano Falcão. Por uma boa pesquisa (qualitativa) em administração. In: VIEIRA, M.; ZOUAIN, D. (Orgs.). **Pesquisa qualitativa em Administração**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

WANG, Guangyu. **Integrated watershed management**: China-wide analysis and a case study in the Min River Basin, Fujian, China. Tese de Doutorado em Filosofia. University of British Columbia, Vancouver, EUA, 2009. 234 p.

ZOLTAY, Viktoria I.; VOGEL, Richard M.; KIRSHEN, Paul H.; WESTPHAL, Kirk S. Integrated Watershed Management Modeling: Generic Optimization Model Applied to the Ipswich River Basin. **Journal of Water Resources Planning and Management**. n. sept/oct., 2010. p. 566-575.

## ANEXOS

### ANEXO I – Quadro de Composição do CEIVAP

		<b>Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul - CEIVAP</b> <b>Composição e Representação 2013 - 2015</b> <b>*Indicados para representação em Fórum Eleitoral ou Contato em Ficha de Inscrição</b>
<i>a partir de 18.04.13</i>		
<b>PRESIDENTE</b>		
Danilo Vieira Júnior - representante da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável/MG		
<b>VICE-PRESIDENTE</b>		
Vera Lúcia Teixeira - representante O Nosso Vale! A Nossa Vida/RJ		
<b>SECRETÁRIO</b>		
Tarcísio José Souza e Silva - representante do CIESP São José dos Campos/SP		
<b>REPRESENTANTES DA UNIÃO</b>		
1. Titular	<b>Instituição:</b>	<b>Ministério do Meio Ambiente / Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano</b>
	<b>Nome:</b> <b>Endereço:</b> <b>Telefone:</b> <b>Fax:</b>	Julio Thadeu Silva Kettelhut SEPN 505, Lote 02, Bloco B, Ed. Marie Prendi Cruz - Sala T01, Brasília/DF, 70.730-542 (61) 2028-2040 (61) 2028-2041
		<b>Celular:</b> <b>E-mail:</b> julio.kettelhut@mma.gov.br
Suplente	<b>Instituição:</b>	<b>Ministério do Meio Ambiente / Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano</b>
	<b>Nome:</b> <b>Endereço:</b> <b>Telefone:</b> <b>Fax:</b>	Roseli dos Santos Souza SEPN 505, Lote 02, Bloco B, Ed. Marie Prendi Cruz - Sala T01, Brasília/DF, 70.730-542 (61) 2028-2052
		<b>Celular:</b> <b>E-mail:</b> roseli.souza@mma.gov.br
2. Titular	<b>Instituição:</b>	<b>Ministério do Meio Ambiente / ICMBIO</b>
	<b>Nome:</b> <b>Endereço:</b> <b>Telefone:</b> <b>Fax:</b>	Luis Felipe de Luca de Souza Caixa Postal nº 7993, Brasília/DF, CEP 70.670-350 (21) 2484-8306
		<b>Celular:</b> <b>E-mail:</b> luiz-felipe.souza@icmbio.gov.br
Suplente	<b>Instituição:</b>	<b>Ministério do Meio Ambiente / ICMBIO</b>
	<b>Nome:</b> <b>Endereço:</b> <b>Telefone:</b> <b>Fax:</b>	Sérgio de Siqueira Bertoche Caixa Postal nº 7993, Brasília/DF, CEP 70.670-350 (24) 2222-1651
		<b>Celular:</b> <b>E-mail:</b> sergio.bertoche@icmbio.org.br
3. Titular	<b>Instituição:</b>	<b>Ministério do Meio Ambiente / Ministério da Integração Nacional</b>
	<b>Nome:</b> <b>Endereço:</b> <b>Telefone:</b> <b>Fax:</b>	Rafael Eduardo Teza de Souza Ed. APEX Brasil, Setor Bancário Norte Quadra 02, Lote 11, Sala 327, Brasília/DF, 700.40-020 (61) 3414-4213
		<b>Celular:</b> <b>E-mail:</b> rafael.souza@integracao.gov.br
Suplente	<b>Instituição:</b>	<b>Ministério do Meio Ambiente / Ministério da Integração Nacional</b>
	<b>Nome:</b> <b>Endereço:</b>	José Luiz de Souza Ed. APEX Brasil, Setor Bancário Norte Quadra 02, Lote 11, Sala 327, Brasília/DF,

	<b>Telefone:</b> <b>Fax:</b>	700.40-020 (61) 3414-5539	<b>Celular:</b> <b>E-mail:</b>	 jose.souza.mi@gmail.com
<b>MINAS GERAIS</b>				
<b>Governo do Estado</b>				
<b>4. Titular</b>	<b>Instituição:</b> <b>Nome:</b> <b>Endereço:</b> <b>Telefone:</b> <b>Fax:</b>	<b>Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD</b> Danilo Vieira Júnior Rod. Prof. Américo Gianetti, S/Nº, Prédio Minas, 2º andar, Serra Verde - Belo Horizonte/MG, 31.630-900	<b>Celular:</b> <b>E-mail:</b>	 gabinete.adjunto@meioambiente.mg.gov.br
Suplente	<b>Instituição:</b> <b>Nome:</b> <b>Endereço:</b> <b>Telefone:</b> <b>Fax:</b>	Fundação Estadual do Meio Ambiente - FEAM Evandro Florêncio Rod. Prof. Américo Gianetti, Prédio Minas, 1º e 2º andar, Serra Verde, Belo Horizonte/MG, 31.630-900	<b>Celular:</b> <b>E-mail:</b>	 evandro.florencio@meioambiente.mg.gov.br
<b>5. Titular</b>	<b>Instituição:</b> <b>Nome:</b> <b>Endereço:</b> <b>Telefone:</b> <b>Fax:</b>	<b>Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM</b> Marília Carvalho de Melo Rod. Prof. Américo Gianetti, S/Nº, Prédio Minas, 1º andar, Serra Verde - Belo Horizonte/MG, 31.630-900	<b>Celular:</b> <b>E-mail:</b>	 marilia.melo@meioambiente.mg.gov.br
Suplente	<b>Instituição:</b> <b>Nome:</b> <b>Endereço:</b> <b>Telefone:</b> <b>Fax:</b>	Instituto Estadual de Florestas - IEF Renata Martins de Meirelles Av. Santos Dumond, 420, Centro, Juiz de Fora/MG, 36.010-570	<b>Celular:</b> <b>E-mail:</b>	 (32) 9965 8261 renata.meirelles@meioambiente.mg.gov.br
<b>6. Titular</b>	<b>Instituição:</b> <b>Nome:</b> <b>Endereço:</b> <b>Telefone:</b> <b>Fax:</b>	<b>Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SEAPA</b> Joaquim Arildo Borges Rod. Prof. Américo Gianetti, S/Nº, Serra Verde - Belo Horizonte/MG, 31.630-901	<b>Celular:</b> <b>E-mail:</b>	 (32) 8827 3941 joaquim.borges@ruralminas.mg.gov.br
Suplente	<b>Instituição:</b> <b>Nome:</b> <b>Endereço:</b> <b>Telefone:</b> <b>Fax:</b>	Secretaria de Estado de Saúde - SES Maria da Graças Honório Ramos Amado Av. dos Andradas, 222, Centro, Juiz de Fora/MG, 36.036-000	<b>Celular:</b> <b>E-mail:</b>	 (32) 3257 8829 / 8830 / 8831 (32) 9982 4204 / (32) 8888 3377 epidemi.jfo@saude.mg.gov.br / mg.amado@yahoo.com.br
<b>Prefeituras ou Associações de Municípios</b>				
<b>7. Titular</b>	<b>Instituição:</b> <b>Nome:</b> <b>Endereço:</b> <b>Telefone:</b>	<b>Prefeitura Municipal de Juiz de Fora</b> Luis Cláudio Santos Pinto Av. Barão de Rio Branco, 1843, 6º andar, Centro, Juiz de Fora/MG, 36.013-020	<b>Celular:</b>	 (32) 3690 7142

	<b>Fax:</b>		<b>E-mail:</b>	sma@pjf.mg.gov.br/ smaassessoria@pjf.mg.gov.br
Suplente	<b>Instituição:</b> <b>Nome:</b> <b>Endereço:</b> <b>Telefone:</b> <b>Fax:</b>	Prefeitura Municipal de Lima Duarte Geórgia Maria Fonseca Oliveira* Praça JK, 173, Centro, Lima Duarte/MG, 36.140-000 (32) 3281-2232	<b>Celular:</b> <b>E-mail:</b>	(32) 9942 0729 georgiamfo@yahoo.com.br
8. Titular	<b>Instituição:</b> <b>Nome:</b> <b>Endereço:</b> <b>Telefone:</b> <b>Fax:</b>	<b>Associação dos Municípios da Micro Região do Vale do Paraíba - AMPAR</b> Virgílio Furtado da Costa Av. Rui Barbosa, 642, Santa Terezinha, Juiz de Fora/MG, 36045-410 (32) 3224 8400	<b>Celular:</b> <b>E-mail:</b>	(32) 8417 6640 ampar@ampar-g.org.br/ rosifaza@hotmail.com
Suplente	<b>Instituição:</b> <b>Nome:</b> <b>Endereço:</b> <b>Telefone:</b> <b>Fax:</b>	Prefeitura Municipal de Rio Preto Sarah Maria Souza Pereira Rua Dr. Ramalho Pinto, 75, Rio Preto/MG, 36.130-000 (32) 3283 3887 (32) 3283 3851	<b>Celular:</b> <b>E-mail:</b>	sarah.msperreira2012@gmail.com
9. Titular	<b>Instituição:</b> <b>Nome:</b> <b>Endereço:</b> <b>Telefone:</b> <b>Fax:</b>	<b>Prefeitura Municipal de Rodeiro</b> Raquel de Oliveira* Praça São Sebastião, 615, Centro, Rodeiro/MG, 36.510-000 (32) 3577 1309	<b>Celular:</b> <b>E-mail:</b>	(32) 8433 1185 assessoria.convenio@rodeiro.mg.gov.br
Suplente	<b>Instituição:</b> <b>Nome:</b> <b>Endereço:</b> <b>Telefone:</b> <b>Fax:</b>	Prefeitura Municipal de Guidoal Sandro Moretti Alves de Lima* Praça Santo Antônio, 71, Centro, Guidoal/MG, 36.515-000 (32) 3578 1241	<b>Celular:</b> <b>E-mail:</b>	(32) 8419 4418 sandromorettialves@hotmail.com
10. Titular	<b>Instituição:</b> <b>Nome:</b> <b>Endereço:</b> <b>Telefone:</b> <b>Fax:</b>	<b>Prefeitura Municipal de Divinésia</b> Danilo Marcelino dos Reis* Rua Padre Jacinto, 16, Centro, Divinésia/MG, 36.546-000 (32) 3535 1144	<b>Celular:</b> <b>E-mail:</b>	(32) 8458 5923 convenios.divinesia@yahoo.com.br
Suplente	<b>Instituição:</b> <b>Nome:</b> <b>Endereço:</b> <b>Telefone:</b> <b>Fax:</b>	Prefeitura Municipal de Muriaé Juliana Maria Lopes Aquino* Centro Adm. Pres. Tancredo Neves, Av. Maestro Sansão, Centro, 236, Muriaé/MG, 36880-000	<b>Celular:</b> <b>E-mail:</b>	(32) 8833 0407 juliana_ma@muriae.mg.gov.br
<b>Usuários de Recursos Hídricos</b>				
11. Titular	<b>Instituição:</b> <b>Nome:</b> <b>Endereço:</b> <b>Telefone:</b> <b>Fax:</b>	<b>Companhia de Saneamento Municipal de Juiz de Fora - CESAMA</b> Paulo Afonso Valverde Júnior Av. Barão do Rio Branco, 1843, 10º andar, Centro, Juiz de Fora/MG, 36.013-020 (32) 3239 1204	<b>Celular:</b> <b>E-mail:</b>	(32) 9988 9433 pvalverde@cesama.com.br
Suplente	<b>Instituição:</b> <b>Nome:</b>	Departamento Municipal de Água e Esgoto de Lima Duarte - DEMAE Gildo Bernardino Pires de Almeida		

	<b>Endereço:</b> <b>Telefone:</b> <b>Fax:</b>	Rua Oldemar Guimarães, 158, Centro, Lima Duarte/MG (32) 3281 1281 [Celular: (32) 8467 4718] [E-mail: demaeld@ldonline.com.br]
<b>12. Titular</b>	<b>Instituição:</b> <b>Nome:</b> <b>Endereço:</b> <b>Telefone:</b> <b>Fax:</b>	<b>Departamento Municipal de Saneamento Urbano de Muriaé - DEMSUR</b> Renato Bernardes da Silva Av. Maestro Sansão, 236, 2º andar, Centro Administrativo, Muriaé/MG, 36.880-000 (32) 3696 3487 / 3696 3462 [Celular: ] [E-mail: setortecnico@demsur.com.br / renatolicita@bol.com.br]
Suplente	<b>Instituição:</b> <b>Nome:</b> <b>Endereço:</b> <b>Telefone:</b> <b>Fax:</b>	Companhia de Saneamento de Minas Gerais -COPASA Leonardo James Magalhães Av. Quintino Poggiali Gaspoarini, 439, Waldemar Castro, Ubá/MG (32) 3541 2544 [Celular: ] [E-mail: leonardo.magalhaes@copasa.com.br]
<b>13. Titular</b>	<b>Instituição:</b> <b>Nome:</b> <b>Endereço:</b> <b>Telefone:</b> <b>Fax:</b>	<b>Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - FIEMG</b> Deivid Lucas de Oliveira Avenida do Contorno, 4520, Funcionários, Belo Horizonte/MG, 30.110-916 (31) 3263 4509 [Celular: ] [E-mail: deivid.oliveira@fiemg.com.br]
Suplente	<b>Instituição:</b> <b>Nome:</b> <b>Endereço:</b> <b>Telefone:</b> <b>Fax:</b>	Arcelor Mittal Juiz de Fora Carlos Alexandre de Miranda Rod. BR 040 Km 769, Dias Tavares, Juiz de Fora/MG, 32.092-901 (32) 3229 1092 [Celular: ] [E-mail: carlos.miranda@arcelormittal.com.br]
<b>14. Titular</b>	<b>Instituição:</b> <b>Nome:</b> <b>Endereço:</b> <b>Telefone:</b> <b>Fax:</b>	<b>Laticínios Cortez Indústria e Comércio Ltda</b> Renato Gomes* Rod. Jonas Esteves Marques, Km 166, Zona Rural, Faria Lemos/MG, 36.840-000 (32) 3539 2740 [Celular: (32) 9985 3310] [E-mail: renato.gomes@meioambiente.mg.gov.br]
Suplente	<b>Instituição:</b> <b>Nome:</b> <b>Endereço:</b> <b>Telefone:</b> <b>Fax:</b>	Votorantim Metais Valter Caramello* BR 267, Km 119, Igrejinha, Juiz de Fora/MG, 36.091-970 (32) 3081 3030 [Celular: ] [E-mail: valter.caramello@vrmetais.com.br]
<b>15. Titular</b>	<b>Instituição:</b> <b>Nome:</b> <b>Endereço:</b> <b>Telefone:</b> <b>Fax:</b>	<b>Agro-Indústria Reserva das Gerais Ltda</b> Claudio Luis Dias Amaral* Avenida Antônio Esteves Ribeiro, 75, Centro, Dona Euzébia/MG, 36784-000 [Celular: (32) 8411 3733] [E-mail: claudiodamaral@gmail.com / claudiodamaral@yahoo.com.br]
Suplente	<b>Instituição:</b> <b>Nome:</b> <b>Endereço:</b> <b>Telefone:</b> <b>Fax:</b>	Coletivos Muriaense Ltda Felício Brum Lugão* Rod. BR 356, Km 270, Barra, Muriaé/MG (32) 3722 5880 [Celular: ] [E-mail: coletivos@coletivosmuriaeense.co]



				m.br; coletivos@bol.com.br
16. Titular	<b>Instituição:</b> <b>Nome:</b> <b>Endereço:</b> <b>Telefone:</b> <b>Fax:</b>	<b>Minas PCH S.A</b> Murilo Franco Machado* Av. Getulio Vargas, 874, 10º andar, Savassi, Belo Horizonte/ MG, 30.112-020 (31) 3069 0770	<b>Celular:</b> <b>E-mail:</b>	(31) 9983 9557 murilomachado@minaspch.com.br
Suplente	<b>Instituição:</b> <b>Nome:</b> <b>Endereço:</b> <b>Telefone:</b> <b>Fax:</b>	PCH Zé Tunin* <b>SEM INFORMAÇÃO NO SITE</b>	<b>Celular:</b> <b>E-mail:</b>	
17. Titular	<b>Instituição:</b> <b>Nome:</b> <b>Endereço:</b> <b>Telefone:</b> <b>Fax:</b>	<b>Energisa Soluções S A</b> Maria Aparecida Borges Pimentel Vargas* Praça Rui Barbosa, 80, Centro, Cataguases/MG, 36.770-000 (27)3319 9640	<b>Celular:</b> <b>E-mail:</b>	(27)8837 9640 vargasma@terra.com.br
Suplente	<b>Instituição:</b> <b>Nome:</b> <b>Endereço:</b> <b>Telefone:</b> <b>Fax:</b>	CEMIG Geração e Transmissão Diogo Carneiro Ribeiro Buenos Martins Av. Barbacena, 1200, 14º andar, Ala A2, Belo Horizonte/MG, 30.190-131 (31) 3506 4189	<b>Celular:</b> <b>E-mail:</b>	diogo.martins@cemig.com.br
18. Titular	<b>Instituição:</b> <b>Nome:</b> <b>Endereço:</b> <b>Telefone:</b> <b>Fax:</b>	<b>Consórcio do Rio Muriaé</b> Antônio José Francisco* Rua Antônio Francisco, 59, Barra, Muriaé/MG, 36.880-000 (32) 3721 2036	<b>Celular:</b> <b>E-mail:</b>	(32) 9972 2444 rmuriae@gmail.com
Suplente	<b>Instituição:</b> <b>Nome:</b> <b>Endereço:</b> <b>Telefone:</b> <b>Fax:</b>	<b>Consórcio Intermunicipal para Proteção e Recup. Amb. da Bacia do Rio Paraibuna - CONPAR</b> Maria Magaly H. S. Bucci Av Rio Branco, 1843, 6º andar, Centro, Juiz de Fora/MG, 36.013-020 (32) 3690 7771	<b>Celular:</b> <b>E-mail:</b>	magalybucci@gmail.com
<b>Sociedade Civil Organizada</b>				
19. Titular	<b>Instituição:</b> <b>Nome:</b> <b>Endereço:</b> <b>Telefone:</b> <b>Fax:</b>	<b>Associação Regional de Proteção Ambiental - ARPA</b> Alexandre de Castro Leal* Rua N. Sra. das Dores, 1070, Bairro Granjaria, Horto Florestal, Cataguases/MG, 36.770-000 (32) 3429 2528	<b>Celular:</b> <b>E-mail:</b>	(32) 8457-4430 alexandreleal.pmmg@gmail.com
Suplente	<b>Instituição:</b> <b>Nome:</b> <b>Endereço:</b> <b>Telefone:</b> <b>Fax:</b>	<b>Biologia da Conservação - Educação e Projetos Ambientais - BIOCEP</b> Marco Antônio P. Barbosa* Av. Coronel Artur Cruz, 193, Centro, Cataguases/MG, 36.700-000 (32) 3422 2780	<b>Celular:</b> <b>E-mail:</b>	(32) 8417 2425 marcao@vertambiental.com.br
20. Titular	<b>Instituição:</b> <b>Nome:</b>	<b>Instituto Ambiental Vale do Rio Preto - IAVARP</b> Marilda Cruz Lima da Silva		

	<b>Endereço:</b> <b>Telefone:</b> <b>Fax:</b>	Rua Dom José Eugênio Corrêa, 62-D, Centro, Rio Preto/MG, 36.130-000 (32) 3283 1758 <b>Celular:</b> (32) 8435 0132 <b>E-mail:</b> iavarp@hotmail.com
Suplente	<b>Instituição:</b> <b>Nome:</b> <b>Endereço:</b> <b>Telefone:</b> <b>Fax:</b>	Programa de Educação Ambiental - PREA Matheus Machado Cremonese Av. Senhor dos Passos, 1155, São Pedro, Juiz de Fora/MG, 36.037-490 <b>Celular:</b> (32) 8835 7176 <b>E-mail:</b> cremonese78@yahoo.com.br
<b>21. Titular</b>	<b>Instituição:</b> <b>Nome:</b> <b>Endereço:</b> <b>Telefone:</b> <b>Fax:</b>	<b>Evata Educação Avançada</b> Grasiela Thierney Andrade Rua Julia Alvim, 84, Centro, Ubá/MG, 36.500-000 (32) 3532 8053 <b>Celular:</b> (32) 3891 2927 <b>E-mail:</b> grasiella@evata.com.br
Suplente	<b>Instituição:</b> <b>Nome:</b> <b>Endereço:</b> <b>Telefone:</b> <b>Fax:</b>	<b>VAGO</b>  <b>Celular:</b> <b>E-mail:</b>
<b>22. Titular</b>	<b>Instituição:</b> <b>Nome:</b> <b>Endereço:</b> <b>Telefone:</b> <b>Fax:</b>	<b>VAGO</b>  <b>Celular:</b> <b>E-mail:</b>
Suplente	<b>Instituição:</b> <b>Nome:</b> <b>Endereço:</b> <b>Telefone:</b> <b>Fax:</b>	<b>VAGO</b>  <b>Celular:</b> <b>E-mail:</b>
<b>SÃO PAULO</b>		
<b>Governo do Estado</b>		
<b>23. Titular</b>	<b>Instituição:</b> <b>Nome:</b> <b>Endereço:</b> <b>Telefone:</b> <b>Fax:</b>	<b>Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo</b> Marcos Martinelli Rua Dr. Ariberto Cunha, 310, Guaratinguetá/SP, 12.500-000 (12) 3125 3288 <b>Celular:</b> <b>E-mail:</b> edr.guaratin@cati.sp.gov.br
Suplente	<b>Instituição:</b> <b>Nome:</b> <b>Endereço:</b> <b>Telefone:</b> <b>Fax:</b>	<b>Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo</b> Paulo Henrique S. de Queiroz Av. N. Sra. Bom Sucesso, 1181, Campo Alegre, Pindamonhangaba/SP, 12.420-010 (12) 3643 2022 <b>Celular:</b> <b>E-mail:</b> edr.pinda@cati.sp.gov.br
<b>24. Titular</b>	<b>Instituição:</b> <b>Nome:</b> <b>Endereço:</b> <b>Telefone:</b> <b>Fax:</b>	<b>Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo</b> Fabiano Vanone Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 - Pinheiros - São Paulo/SP, 05.459-900 (11) 3133 3191 <b>Celular:</b> (12) 8126 9270 <b>E-mail:</b> fabianov@ambiente.sp.gov.br
Suplente	<b>Instituição:</b> <b>Nome:</b>	<b>Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo</b> Maria Judith M. S. Schmidt

	<b>Endereço:</b> <b>Telefone:</b> <b>Fax:</b>	Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 - Pinheiros - São Paulo - SP, 05.459-900 (12) 3634 8284 mjudiths@cetesbnet.sp.gov.br \ mjudiths8@yahoo.com.br	<b>Celular:</b> <b>E-mail:</b>
<b>25. Titular</b>	<b>Instituição:</b> <b>Nome:</b> <b>Endereço:</b> <b>Telefone:</b> <b>Fax:</b>	<b>Secretaria de Estado de Saneamento e Recursos Hídricos de São Paulo</b> Nazareno Mostarda Neto Largo Santa Luzia, 25, Bairro Santa Luzia, Taubaté/SP, 12.010-510 (12) 3632 9133	<b>Celular:</b> <b>E-mail:</b> nmneto@sp.gov.br
Suplente	<b>Instituição:</b> <b>Nome:</b> <b>Endereço:</b> <b>Telefone:</b> <b>Fax:</b>	<b>Secretaria de Estado de Saneamento e Recursos Hídricos de São Paulo</b> Wanderley de Abreu Soares Junior Largo Santa Luzia, 25, Bairro Santa Luzia, Taubaté/SP, 12.010-510 (12) 3622 4039	<b>Celular:</b> <b>E-mail:</b> wasjunior@sp.gov.br
<b>Prefeituras ou Associações de Municípios</b>			
<b>26. Titular</b>	<b>Instituição:</b> <b>Nome:</b> <b>Endereço:</b> <b>Telefone:</b> <b>Fax:</b>	<b>Prefeitura Municipal de Piquete</b> Paulo Noia de Miranda Praça Dom Pedro I, 88, Piquete/SP, 12.620-000	<b>Celular:</b> <b>E-mail:</b> pnmiran@gmail.com
Suplente	<b>Instituição:</b> <b>Nome:</b> <b>Endereço:</b> <b>Telefone:</b> <b>Fax:</b>	Prefeitura Municipal de Roseira <b>SEM INFORMAÇÃO NO SITE</b> Praça Sant'Anna, 201, Roseira/SP, 12.580-000	<b>Celular:</b> <b>E-mail:</b>
<b>27. Titular</b>	<b>Instituição:</b> <b>Nome:</b> <b>Endereço:</b> <b>Telefone:</b> <b>Fax:</b>	<b>Prefeitura Municipal da Estância Turística de São Luís do Paraitinga</b> Alex Euzébio Torres Praça Dr. Oswaldo Cruz, 03, Centro, São Luís do Paraitinga/SP, 12.140-000 (12) 3671-7000	<b>Celular:</b> (12) 9613 8399 <b>E-mail:</b> gabinete@saoluizdoparaitinga.sp.gov.br
Suplente	<b>Instituição:</b> <b>Nome:</b> <b>Endereço:</b> <b>Telefone:</b> <b>Fax:</b>	Prefeitura Municipal de Santa Branca <b>SEM INFORMAÇÃO NO SITE</b> Rua Prudente de Moraes, 93, Centro, Santa Branca/SP, 12.380-000	<b>Celular:</b> <b>E-mail:</b>
<b>28. Titular</b>	<b>Instituição:</b> <b>Nome:</b> <b>Endereço:</b> <b>Telefone:</b> <b>Fax:</b>	<b>Prefeitura Municipal de Aparecida</b> Luis Marcelo Marcondes Pinto Rua Prof. José Borges Ribeiro, 167, Centro, Aparecida/SP, 12570-000 (12) 3104 4021 (12) 3401 4013	<b>Celular:</b> (12) 8138 7200 / (12) 97769839 <b>E-mail:</b> marcelo@marcelomarcondes.com
Suplente	<b>Instituição:</b> <b>Nome:</b> <b>Endereço:</b> <b>Telefone:</b> <b>Fax:</b>	Prefeitura Municipal de Igaratá <b>SEM INFORMAÇÃO NO SITE</b> Av. Benedito Rodrigues de Freitas, 330 Igaratá, 12.350-000	<b>Celular:</b> <b>E-mail:</b>
<b>Usuários de Recursos Hídricos</b>			
<b>29.</b>	<b>Instituição:</b>	<b>Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP</b>	

<b>Titular</b>	<b>Nome:</b> <b>Endereço:</b> <b>Telefone:</b> <b>Fax:</b>	Renato Veneziani Av. Dr. Adhemar de Barros, 550, Vila Adyana, São José dos Campos/SP, 12245-011 (12) 3947 1519 <b>Celular:</b> <b>E-mail:</b> rveneziani@sabesp.com.br
Suplente	<b>Instituição:</b> <b>Nome:</b> <b>Endereço:</b> <b>Telefone:</b> <b>Fax:</b>	<b>VAGO</b>  <b>Celular:</b> <b>E-mail:</b>
<b>30. Titular</b>	<b>Instituição:</b> <b>Nome:</b> <b>Endereço:</b> <b>Telefone:</b> <b>Fax:</b>	<b>CAB Guaratinguetá S.A</b> Maria Clarisse Beloso Garcia Silvestre Rua Dr. Neir Augusto Ortiz pereira, 1209, Campo do Galvão, Guaratinguetá/SP (12) 2131 8207 <b>Celular:</b> <b>E-mail:</b> mclarisse@cabambiental.com.br
Suplente	<b>Instituição:</b> <b>Nome:</b> <b>Endereço:</b> <b>Telefone:</b> <b>Fax:</b>	<b>VAGO</b>  <b>Celular:</b> <b>E-mail:</b>
<b>31. Titular</b>	<b>Instituição:</b> <b>Nome:</b> <b>Endereço:</b> <b>Telefone:</b> <b>Fax:</b>	<b>Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP</b> Danilo Henrique Vergílio Rod. Gal. Euryale de Jesus Zerbine, Km 84, São Silvestre, Jacareí/SP, 12.340-010 (11) 3549 4200 <b>Celular:</b> (12) 9606 2839 <b>E-mail:</b> federacao@fiesp.org.br; danilo.vergilio@fibria.com.br; danilohv@gmail.com
Suplente	<b>Instituição:</b> <b>Nome:</b> <b>Endereço:</b> <b>Telefone:</b> <b>Fax:</b>	Fibria Camila Reggiani da Silva* Rod. Euryale de Jesus Zerbini, Km 84, São Silvestre, Jacareí/SP, 12.340-010 <b>Celular:</b> (12) 9626 7596 <b>E-mail:</b> camila.reggiani@fibria.com.br
<b>32. Titular</b>	<b>Instituição:</b> <b>Nome:</b> <b>Endereço:</b> <b>Telefone:</b> <b>Fax:</b>	<b>Centro das Indústrias do Estado de São Paulo - CIESP Jacareí</b> Danielle Lopes Bacelar Av. Presidente Humberto Alencar Castelo Branco, 2911, Jacareí/SP, 12321-150 (12) 2127 1427 <b>Celular:</b> <b>E-mail:</b> danielle.bacelar@heineken.com.br
Suplente	<b>Instituição:</b> <b>Nome:</b> <b>Endereço:</b> <b>Telefone:</b> <b>Fax:</b>	Cervejarias Kaiser Brasil João Carlos Rodrigues Av. Presidente Humberto A. C. Branco, 2911, Rio Abaixo, Jacareí/SP, 12.321-901 (12) 2127 1602 <b>Celular:</b> <b>E-mail:</b> joao.rodrigues@heineken.com.br
<b>33. Titular</b>	<b>Instituição:</b> <b>Nome:</b> <b>Endereço:</b> <b>Telefone:</b> <b>Fax:</b>	<b>Centro das Indústrias do Estado de São Paulo - CIESP Taubaté</b> Zeila Piotto * Rua Coronel João Cursino, 104, apto. 31, São José dos Campos/SP, 12.243-680 (12) 3945 0133 <b>Celular:</b> (12) 8156 6252 <b>E-mail:</b> zeila.piotto@fiesp.org.br /zc_piotto@uol.com.br
Suplente	<b>Instituição:</b>	Oxiteno

	<b>Nome:</b> <b>Endereço:</b> <b>Telefone:</b> <b>Fax:</b>	Luiz Gustavo Manfredini Andraus Av. Agostinho Manfredini, 56, Bairro dos Guedes, Tremembé/SP, 12.120-000 (12) 3607 3268 <b>Celular:</b> <b>E-mail:</b> luiz.andraus@oxiteno.com
<b>34. Titular</b>	<b>Instituição:</b> <b>Nome:</b> <b>Endereço:</b> <b>Telefone:</b> <b>Fax:</b>	<b>Centro das Indústrias do Estado de São Paulo - CIESP São José dos Campos</b> Tarcísio José Souza e Silva* Rua Euclides Miragaia, 394, conj. 601, São José dos Campos/SP (12) 3941 7123 <b>Celular:</b> (12) 9121 9678 <b>E-mail:</b> souzasil@bighost.com.br
Suplente	<b>Instituição:</b> <b>Nome:</b> <b>Endereço:</b> <b>Telefone:</b> <b>Fax:</b>	EMBRAER Maria Inez Capps Av. Brigadeiro Faria Lima, 2170, Putim – São José dos Campos/SP, 12.227-901 (12) 2927 5624 <b>Celular:</b> (12) 8139 3838 <b>E-mail:</b> maria.capps@embraer.com.br
<b>35. Titular</b>	<b>Instituição:</b> <b>Nome:</b> <b>Endereço:</b> <b>Telefone:</b> <b>Fax:</b>	<b>Sindicato Rural de Monteiro Lobato</b> João Marcelino da Silva* Rua Abílio Pereira Dias, nº 181, Centro, Monteiro Lobato/SP, 12.250-000 (12) 3979 1165 <b>Celular:</b> (12) 9704 1297 <b>E-mail:</b> srlobato@iconet.com.br joaomarcelinossilva@gmail.com
Suplente	<b>Instituição:</b> <b>Nome:</b> <b>Endereço:</b> <b>Telefone:</b> <b>Fax:</b>	<b>VAGO</b>  <b>Celular:</b> <b>E-mail:</b>
<b>36. Titular</b>	<b>Instituição:</b> <b>Nome:</b> <b>Endereço:</b> <b>Telefone:</b> <b>Fax:</b>	<b>Usina Paulista Queluz de Energia S.A.</b> Renata Barini Felippe Av. Dr. Cardoso de Melo, 1955, Bloco 1, 6º andar, Vila Olímpia, São Paulo/SP, 04.548-005 (11) 4095 1612 <b>Celular:</b> (11) 97647-1387 <b>E-mail:</b> rbarini@fozrioclaro.com.br
Suplente	<b>Instituição:</b> <b>Nome:</b> <b>Endereço:</b> <b>Telefone:</b> <b>Fax:</b>	Usina Paulista Lavrinhas de Energia S/A Thiago Estácio Antonio Rod. Presidente Dutra, Km 19,5, sentido SP/RJ, Centro, Lavrinhas/SP, 12.760-000, Cx. Postal 14 (12) 3147 2306 <b>Celular:</b> (12) 7820 6002 <b>E-mail:</b> tantonio@queluzenergia.com.br
<b>Sociedade Civil Organizada</b>		
<b>37. Titular</b>	<b>Instituição:</b> <b>Nome:</b> <b>Endereço:</b> <b>Telefone:</b> <b>Fax:</b>	<b>Sociedade Amigos da Pedra da Mina - SOAPEDRA</b> Rutnei Morato Erica Ladeira São João, 71, Queluz/SP, 12.800-000 (12) 3147 1479 <b>Celular:</b> (12) 9624 1068 (12) 3147 2540 <b>E-mail:</b> soapedra@terra.com.br/ nei.morato@terra.com.br
Suplente	<b>Instituição:</b> <b>Nome:</b> <b>Endereço:</b> <b>Telefone:</b> <b>Fax:</b>	Associação Desportiva e Cultural dos Moradores do Centro Urbano de Queluz Napoleão Seretta Neto Rua Victor Jose Dobrovolski, 63, Queluz/SP, 12.800-000 <b>Celular:</b> (12) 9642 9319 <b>E-mail:</b> soapedra@terra.com.br

38. Titular	Instituição: Nome: Endereço: Telefone: Fax:	Instituto Águas do Prata - IAP Carlos Cabral* Trav. Próspero Olivetti, 598 - Sl. 03,V. Abernédia - Campos do Jordão/SP, 12460-000 (12) 3662 5768 Celular: E-mail: rose.atuati@iapbrasil.org
Suplente	Instituição: Nome: Endereço: Telefone: Fax:	Fundação Christiano Rosa Evelye Maria Monteiro Chaves dos Reis* Rua Prof. Luiz de Castro Pinto, 31, Vila Coronel Montes, Piquete/SP (12) 3156 4062 Celular: E-mail: fundacaochristianorosa@bol.com.br
39. Titular	Instituição: Nome: Endereço: Telefone: Fax:	Vale Verde Associação de Defesa do Meio Ambiente Márcia Ferreira Silva Av. Engº Francisco José Longo, 149, sobrepiso, São Dimas,S. José dos Campos/SP, 12.245-900 (12) 3921 6199 Celular: (12) 9758 0101 E-mail: valeverde@valeverde.org.br; administracao@valeverde.org.br
Suplente	Instituição: Nome: Endereço: Telefone: Fax:	VAGO Celular: E-mail:
40. Titular	Instituição: Nome: Endereço: Telefone: Fax:	Universidade do Estado de São Paulo - USP / Escola de Engenharia de Lorena Teresa Cristina Brazil de Paiva* Estrada Municipal do Campinho, s/nº, Bairro do Campinho, Lorena/SP, 12.602-810 (12) 3159 5123 / 5036 Celular: (12) 8151 0146 E-mail: dge@eel.usp.br / teresa@debiq.eel.usp.br
Suplente	Instituição: Nome: Endereço: Telefone: Fax:	VAGO Celular: E-mail:
41. Titular	Instituição: Nome: Endereço: Telefone: Fax:	Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - ABES Seção SP Luiz Roberto Barretti* Av. Heitor Villa Lobos, 624, São José dos Campos/SP, 12.243-260 Celular: (12) 9713 8785 E-mail: abesvp@bol.com.br
Suplente	Instituição: Nome: Endereço: Telefone: Fax:	VAGO Celular: E-mail:
<b>RIO DE JANEIRO</b>		
<b>Governo do Estado</b>		
42. Titular	Instituição: Nome:	Secretaria de Estado do Ambiente do Rio de Janeiro - SEA/RJ Luiz Firmino Martins Pereira

	<b>Endereço:</b> <b>Telefone:</b> <b>Fax:</b>	Av. Venezuela, 110, 5º andar, Saúde, Rio de Janeiro/RJ, 20.081-312 <b>Celular:</b> <b>E-mail:</b>
Suplente	<b>Instituição:</b> <b>Nome:</b> <b>Endereço:</b> <b>Telefone:</b> <b>Fax:</b>	Secretaria de Estado do Ambiente do Rio de Janeiro - SEA/RJ Gláucia Freitas Sampaio Av. Venezuela, 110, 3º andar, Saúde, Rio de Janeiro/RJ, 20.081-312 (21) 2334-9660 <b>Celular:</b> (21) 8596-5183 <b>E-mail:</b> glaucia.inea@gmail.com
43. Titular	<b>Instituição:</b> <b>Nome:</b> <b>Endereço:</b> <b>Telefone:</b> <b>Fax:</b>	<b>Instituto Estadual do Ambiente do Rio de Janeiro - INEA/RJ</b> Rosa Maria Formiga Johnsson Av. Venezuela, 110, 3º andar, Saúde, Rio de Janeiro/RJ, 20.081-312 (21) 2334 9646 <b>Celular:</b> (21) 9276 3525 / 8596 8769 <b>E-mail:</b> formiga.inea@gmail.com
Suplente	<b>Instituição:</b> <b>Nome:</b> <b>Endereço:</b> <b>Telefone:</b> <b>Fax:</b>	Instituto Estadual do Ambiente do Rio de Janeiro - INEA/RJ Lívia Soalheiro Romano Av. Venezuela, 110, 3º andar, Saúde, Rio de Janeiro/RJ, 20.081-312 (21) 2334-9596 <b>Celular:</b> (21) 8596-5183 <b>E-mail:</b> liviasoalheiro@gmail.com liviasoalheiro@gmail.com
44. Titular	<b>Instituição:</b> <b>Nome:</b> <b>Endereço:</b> <b>Telefone:</b> <b>Fax:</b>	<b>Fundação do Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro - FIPERJ</b> Ive Santos Muzitano Terminal Rodoviário Roberto Silveira, Pça. Fonseca Ramos, s/nº, Centro, Niterói/RJ, 24.030-020 (24) 2458 6163 <b>Celular:</b> <b>E-mail:</b> ive@fiperj.gov.br
Suplente	<b>Instituição:</b> <b>Nome:</b> <b>Endereço:</b> <b>Telefone:</b> <b>Fax:</b>	Instituto Estadual do Ambiente do Rio de Janeiro - INEA/RJ Lilian Machado Av. Venezuela, 110, Saúde, Rio de Janeiro/RJ, 20.081-312 (21) 2334 9598 <b>Celular:</b> <b>E-mail:</b> lilianferro@gmail.com
<b>Prefeituras ou Associações de Municípios</b>		
45. Titular	<b>Instituição:</b> <b>Nome:</b> <b>Endereço:</b> <b>Telefone:</b> <b>Fax:</b>	<b>Prefeitura Municipal de Volta Redonda</b> Daniela Vidal Vasconcelos* Rua General Silvío Raulino de Oliveira, 139, Ponte Alta, Volta Redonda/RJ, 27.265-340 (24) 3350 7464 <b>Celular:</b> (24) 9953 4775 / (24) 9242 4775 <b>E-mail:</b> eng.dvasconcelos@hotmail.com/ dani-vasconcelos@hotmail.com/ dvasconcelos@poli.ufrj.br
Suplente	<b>Instituição:</b> <b>Nome:</b> <b>Endereço:</b> <b>Telefone:</b> <b>Fax:</b>	Prefeitura Municipal de Barra do Piraí Madalena Sofia Avila Cardoso de Oliveira Travessa Assumpção, 69, Centro, Barra do Piraí/RJ, 27.123-1622 (24) 2443 2013 <b>Celular:</b> (24) 9967 5653 / (24) 9218 7524 <b>E-mail:</b> madalena.oliveira@barradopirai.rj.gov.br
46. Titular	<b>Instituição:</b> <b>Nome:</b> <b>Endereço:</b>	<b>Prefeitura Municipal de Petrópolis</b> Oscar Rosa Nepomuceno da Silva Neto* Rua Sete de Abril, 609, Centro, Petrópolis/RJ, 25.681-031

	<b>Telefone:</b> <b>Fax:</b>	(24) 2246 8961	<b>Celular:</b>	sma@petropolis.rj.gov.br / oscarsilva.ambiental@gmail.com
Suplente	<b>Instituição:</b> <b>Nome:</b> <b>Endereço:</b> <b>Telefone:</b> <b>Fax:</b>	Prefeitura Municipal de Areal Júlio Cesar Esteves Praça Duque de Caxias, 39, Centro, Areal/RJ, 25.845-000 (24) 2257 3919	<b>Celular:</b> <b>E-mail:</b>	(24) 9267 6398 sec.ambientearealrj@gmail.com\ julioarealambiente@gmail.com
47. Titular	<b>Instituição:</b> <b>Nome:</b> <b>Endereço:</b> <b>Telefone:</b> <b>Fax:</b>	<b>Prefeitura Municipal de Macuco</b> Edward Brito Reis Júnior* Rua Dr. Mario Freire Martins, 100, Centro, Macuco/RJ, 28.545-000 (22) 2554 9100	<b>Celular:</b> <b>E-mail:</b>	meioambiente@prefeituramacuco. rj.gov.br
Suplente	<b>Instituição:</b> <b>Nome:</b> <b>Endereço:</b> <b>Telefone:</b> <b>Fax:</b>	Prefeitura Municipal de Santa Maria Madalena Antonio Marcos Rizzeto* Av. João Espanhol, 77 Casa 1, Largo do Machado, Santa Maria Madalena/RJ, 28.770-000 (22) 2561 3300	<b>Celular:</b> <b>E-mail:</b>	meioambientemadalena@yahoo.co m
48. Titular	<b>Instituição:</b> <b>Nome:</b> <b>Endereço:</b> <b>Telefone:</b> <b>Fax:</b>	<b>Prefeitura Municipal de São João da Barra*</b> Sidney Salgado do Santos Rua Barão de Barcelos, 88, Centro, São João da Barra/RJ, 28.200-000	<b>Celular:</b> <b>E-mail:</b>	(22) 9877 4581 kuarupconsultoria@yahoo.com.br
Suplente	<b>Instituição:</b> <b>Nome:</b> <b>Endereço:</b> <b>Telefone:</b> <b>Fax:</b>	Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes Zacarias Albuquerque Oliveira Cel. Ponciano de Azevedo Furtado, 49, Pq St Amaro, Campos dos Goytacazes/RJ, 28.010-040 (22) 2738 1096	<b>Celular:</b> <b>E-mail:</b>	zacariasalbuquerque@campos.rj.go v.br
<b>Usuários de Recursos Hídricos</b>				
49. Titular	<b>Instituição:</b> <b>Nome:</b> <b>Endereço:</b> <b>Telefone:</b> <b>Fax:</b>	<b>Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Três Rios - SAAETRI</b> Maria Luiza Ferreira da Silva Rua 14 de Dezembro, 398/412, Centro, Três Rios/RJ, 25.802-210 (24) 2255 4200 (24) 2252 3692	<b>Celular:</b> <b>E-mail:</b>	(24) 9964 2993 luizamsa@uol.com.br
Suplente	<b>Instituição:</b> <b>Nome:</b> <b>Endereço:</b> <b>Telefone:</b> <b>Fax:</b>	Eletróbrás Furnas Marcelo Roberto Rocha de Carvalho Rua Real Grandeza, 219, Botafogo, Rio de Janeiro/RJ, 22.281-900 (21) 2528 3360	<b>Celular:</b> <b>E-mail:</b>	(21) 9965 7632 mrrcarv@furnas.gov.br
50. Titular	<b>Instituição:</b> <b>Nome:</b> <b>Endereço:</b> <b>Telefone:</b>	<b>Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE</b> Jaime Teixeira Azulay Av. Presidente Vargas, 2655, Cidade Nova, Rio de Janeiro/RJ, 20.210-030	<b>Celular:</b>	(21) 8776-6352



	Fax:		E-mail:	azulay@cedae.com.br
Suplente	Instituição: Nome: Endereço: Telefone: Fax:	Werner Fábrica de Tecidos S/A Tiago Almeida da Silva Rua Bingen, 1737, Bingen, Petrópolis/RJ, 25.660-007 (24) 2291 9572 (24) 2291 9501	Celular: E-mail:	tiago@wernertecidos.com.br
51. Titular	Instituição: Nome: Endereço: Telefone: Fax:	<b>Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro - FIRJAN</b> Hipólito Eládio Rodriguez Fontenla Av. Graça Aranha, 1, Centro, Rio de Janeiro/RJ, 20.030 002 (24) 2109 3041	Celular: E-mail:	(24) 9916 4888 hipolito.adv@gmail.com
Suplente	Instituição: Nome: Endereço: Telefone: Fax:	LAFARGE <b>SEM INFORMAÇÃO NO SITE</b> Av. Almirante Barroso, 52 - 15º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, 20.031-000 (21) 3804-3100	Celular: E-mail:	
52. Titular	Instituição: Nome: Endereço: Telefone: Fax:	<b>Associação dos Extratores de Areia do Sul Fluminense - AEASUF</b> Walter Souza Portes* Av. Presidente Kennedy, 2364, Ano Bom, Barra Mansa/RJ, 27.325 002 (24) 3323 4312	Celular: E-mail:	(24) 9831 1766 / 7834 5284 aeasuf@hotmail.com / arealvp@hotmail.com
Suplente	Instituição: Nome: Endereço: Telefone: Fax:	Companhia Fluminense de Refrigerantes Fernanda Spinassi Facca Dalla Vechia Av. Dom Pedro II, 87, Centro, Porto Real/RJ,	Celular: E-mail:	(24) 9267 8872 fvechia@ciaflu.com.br
53. Titular	Instituição: Nome: Endereço: Telefone: Fax:	<b>Companhia Paduana de Papéis - COPAPA</b> Tércia Faria Alves* Av. José Homem da Costa, 635/693, São Luís, Santo Antônio de Pádua/RJ, 28.470-000 (22) 3854 9962 (22) 3854 9900	Celular: E-mail:	tercia@copapa.com.br
Suplente	Instituição: Nome: Endereço: Telefone: Fax:	Companhia Siderúrgica Nacional - CSN <b>SEM INFORMAÇÃO NO SITE</b>		
54. Titular	Instituição: Nome: Endereço: Telefone: Fax:	<b>Light Energia</b> Alexandre Nascimento da Silveira* Usina de Fontes - Rodovia Presidente Dutra, km 219, Pirai/RJ, 27.175-000 (24) 2431 9304	Celular: E-mail:	(24) 8802 3879 alexandre.silveira@light.com.br
Suplente	Instituição: Nome: Endereço: Telefone: Fax:	Energisa Nova Friburgo* <b>SEM INFORMAÇÃO NO SITE</b>	Celular: E-mail:	

55. Titular	<b>Instituição:</b> <b>Nome:</b> <b>Endereço:</b> <b>Telefone:</b> <b>Fax:</b>	<b>Associação Fluminense de Plantadores de Cana - ASFLUCAN</b> Zenilson do Amaral Coutinho Rua Conselheiro Otaviano,233, Centro, Campos dos Goytacazes/RJ, 28.015-140 (22) 2734 5267 <b>Celular:</b> (22) 9825 9852 <b>E-mail:</b> atendimento@asflucan.org.br zenilsoncoutinho@gmail.com
Suplente	<b>Instituição:</b> <b>Nome:</b> <b>Endereço:</b> <b>Telefone:</b> <b>Fax:</b>	<b>Associação dos Produtores Orgânicos de Petrópolis - APOP</b> Paula Beatriz Pareto* Estrada União e Indústria, 9626, Itaipava, Petrópolis/RJ, 25.730-735 (24) 2222 0349 <b>Celular:</b> (24) 9238 8629 <b>E-mail:</b> paulapareto@oi.com.br
56. Titular	<b>Instituição:</b> <b>Nome:</b> <b>Endereço:</b> <b>Telefone:</b> <b>Fax:</b>	<b>Sindicato Rural de Campos</b> José do Amaral Ribeiro Gomes* Av. Presidente Vargas, 116, Pecuária, Campos dos Goytacazes/RJ, 28.035-100 (22) 2721 0267 <b>Celular:</b> (21) 9911 5938 <b>E-mail:</b> srcampos.rol@terra.com.br
Suplente	<b>Instituição:</b> <b>Nome:</b> <b>Endereço:</b> <b>Telefone:</b> <b>Fax:</b>	<b>Associação dos Produtores Rurais da Margem Esquerda do Rio Paraíba do Sul - APROMEPS</b> Joana Nascimento Siqueira* Faz. Barra Seca, Rod. RJ 194, Km 10, Campos dos Goytacazes/RJ, 28.240-000 <b>Celular:</b> (22) 9951 5518 <b>E-mail:</b> jnsiqueira@gmail.com
<b>Sociedade Civil Organizada</b>		
57. Titular	<b>Instituição:</b> <b>Nome:</b> <b>Endereço:</b> <b>Telefone:</b> <b>Fax:</b>	<b>Instituto Rio Carioca</b> Roberto Machado de Oliveira* Rua Barão do Flamengo, 32, 12º andar, Flamengo, Rio de Janeiro/RJ, 22.220-080 (21) 3624 2012 <b>Celular:</b> (21) 8251 2014 <b>E-mail:</b> oliveirar90@yahoo.com.br
Suplente	<b>Instituição:</b> <b>Nome:</b> <b>Endereço:</b> <b>Telefone:</b> <b>Fax:</b>	<b>Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Petrópolis - Grupo Ação, Justiça e Paz - CDDH</b> Paulo de Souza Leite* Rua Monsenhor Bacelar, 400, Centro, Petrópolis/RJ, 25.685-113 (24) 2242 2462 <b>Celular:</b> (24) 9947 8779 <b>E-mail:</b> paulososl@hotmail.com
58. Titular	<b>Instituição:</b> <b>Nome:</b> <b>Endereço:</b> <b>Telefone:</b> <b>Fax:</b>	<b>O Nosso Vale! A Nossa Vida</b> Vera Lúcia Teixeira* Rua Orlando Brandão, 258/301, Ano Bom, Barra Mansa, 27.325-270 <b>Celular:</b> (24) 9214 3512 / (24) 8839 3513 <b>E-mail:</b> nossovalenossavida@yahoo.com.br / veluciateixeira@yahoo.com.br
Suplente	<b>Instituição:</b> <b>Nome:</b> <b>Endereço:</b> <b>Telefone:</b> <b>Fax:</b>	<b>ECOANZOL Sport Fishing</b> Luiza Figueiredo Salles* Rua Operário Campista, 136, Parque São Caetano, Campos dos Goytacazes/RJ, 28.030-255 <b>Celular:</b> (22) 9944 2710 <b>E-mail:</b> contato.ecoanzol@yahoo.com.br
59. Titular	<b>Instituição:</b> <b>Nome:</b>	<b>Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - ABES Seção RJ</b> Luiz Tavares de Melo

	<b>Endereço:</b>	Avenida Beira Mar, 216/1103, Centro, Rio de Janeiro/RJ, 20.021-060		
	<b>Telefone:</b>	(21) 2262 3602	<b>Celular:</b>	(21) 9619 7821
	<b>Fax:</b>	(21) 2262 3602	<b>E-mail:</b>	diretoria@abesrio.org.br/ luiztmelo@bol.com.br
Suplente	<b>Instituição:</b>	Instituto Ipanema		
	<b>Nome:</b>	Jaime Bastos*		
	<b>Endereço:</b>	Rua Serafim Valandro, 06, Apto. 304, Botafogo, Rio de Janeiro/RJ, 22260 110		
	<b>Telefone:</b>	(21) 2527 8747	<b>Celular:</b>	
	<b>Fax:</b>		<b>E-mail:</b>	jaimebneto@institutoipanema.net / ipanema@institutoipanema.net
60. Titular	<b>Instituição:</b>	<b>Universidade Estadual do Norte Fluminense - UENF</b>		
	<b>Nome:</b>	João Gomes Siqueira*		
	<b>Endereço:</b>	Av. Alberto Lamego, 2000, Pq. Califórnia, Campos dos Goytacazes/RJ, 28.013-602		
	<b>Telefone:</b>	(22) 2725 1399	<b>Celular:</b>	(22) 9991 8289
	<b>Fax:</b>	(22) 2739 7243	<b>E-mail:</b>	siqueirauenf@gmail.com
Suplente	<b>Instituição:</b>	VAGO		
	<b>Nome:</b>			
	<b>Endereço:</b>			
	<b>Telefone:</b>		<b>Celular:</b>	
	<b>Fax:</b>		<b>E-mail:</b>	

## ANEXO II – Modelo do Termo de Consentimento



**Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Instituto de Ciências Humanas e Sociais  
Curso de Mestrado em Gestão e Estratégia**

### **TERMO DE CONSENTIMENTO PARA A ENTREVISTA**

#### **CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Meu nome é Julio Francisco Alvarenga, aluno do curso de Mestrado Profissional em Gestão e Estratégia (MPGE) do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e convido-o (a) a participar da pesquisa referente ao projeto: **“A Gestão da Política Pública Brasileira de Recursos Hídricos: Uma Abordagem Relacional a Partir da Experiência em Gestão Integrada do Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul”**, sob a Orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Gracinda Carvalho Teixeira, membro do quadro permanente de professores do MPGE/UFRRJ matrícula SIAPE 1805336. A pesquisa tem fins puramente científicos e tem como objetivo descrever, na visão dos atores integrantes do Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul e daqueles que interagem com este Comitê, como deve ser estimulada a gestão dos recursos hídricos, de maneira que ocorra a articulação da política hídrica com outras políticas públicas brasileiras.

Sua participação na pesquisa, fornecendo uma entrevista e se necessário uma segunda entrevista, é de vital importância para o sucesso do projeto. Entretanto, a sua participação é absolutamente voluntária, e, portanto poderá ser declinada se essa for a sua vontade. O pesquisador ficará à sua disposição para qualquer esclarecimento sobre os desdobramentos da pesquisa.

A entrevista será gravada em áudio, e se você não desejar que o seu nome seja identificado no registro dos resultados da pesquisa, será mantida a confidencialidade do seu nome.

Após ler este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, e aceitar participar da pesquisa, solicitamos a sua assinatura em duas vias, sendo que uma delas permanecerá em seu poder.

Qualquer informação adicional ou esclarecimento acerca deste estudo poderá ser obtido com o pesquisador/mestrando pelo telefone (24) 99828-2010, e-mail julioalvarenga10@gmail.com

Julio Francisco Alvarenga

Aluno do MPGE-UFRRJ  
Matrícula 201216140009-4

#### **Consentimento Pós-Informação**

Eu \_\_\_\_\_, portador do número de identidade \_\_\_\_\_, declaro por meio deste documento, meu consentimento em participar da pesquisa “A Gestão da Política Pública Brasileira de Recursos Hídricos: Uma Abordagem Relacional a Partir da Experiência em Gestão Integrada do Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul” que será realizada na universidade onde o pesquisador atua.

Rio de Janeiro, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Assinatura: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_

Entrevistado:

Assinatura: \_\_\_\_\_